



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 29

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 9 de julho de 2013

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 48 minutos.

Após a chamada, passou-se diretamente para a Agenda da Reunião, que teve como primeiro ponto o **Debate de Urgência sobre a Administração Pública: funcionamento, transparência e isenção**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE e PPM.

Após a intervenção inicial feita pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), participaram no debate os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*).

No decorrer do debate e relativamente a uma das intervenções do Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), usou da palavra para defesa da honra o Sr. Deputado Francisco César (*PS*).

Concluído o debate referente ao primeiro ponto da Agenda, passou-se para a votação do pedido de [Autorização para prestação de depoimento do Deputado Miguel António Moniz da Costa, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 89/13.2BEPDL](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se para a apresentação e discussão da [Proposta de Resolução n.º 3/2012 – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2011”](#).

Após a apresentação do relatório pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*), relator da Comissão de Economia, usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Francisco César (*PS*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma supracitado foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 07 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Encarregou-me Sua Excelência, a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de conduzir a sessão de hoje porque está em visita oficial ao Uruguai, em representação da Região Autónoma dos Açores, para as Comemorações dos 250 anos da emigração açoriana naquele País.

Amanhã o Sr. Vice-Presidente conduzirá os trabalhos.

Na quinta feira a Sra. Presidente retomará os trabalhos pelas 10 horas da manhã.

Agradecia que o Sr. Secretário fizesse o favor de proceder à chamada.

Eram 10 horas e 48 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça Oliveira Silva**

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz Costa

Paulo Alexandre Vieira Borges

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão. Pode entrar o público.

Um cumprimento especial ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves pelo seu regresso à Assembleia Legislativa Regional.

Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberou a Conferência de Líderes o período da manhã dos nossos trabalhos está reservado ao seguinte ponto: **Debate de Urgência sobre a Administração Pública: funcionamento, transparência e isenção**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e Representações Parlamentares do BE e PPM.

O debate rege-se pelo artº. 185º. e 186º. do nosso Regimento e a em Conferência de Líderes foram fixados os seguintes tempos:

Governo Regional -32 minutos;

PS – 32 minutos;

CDS-PP -32 minutos;

BE - 32 minutos;

PPM - 32 minutos;

PSD - 24 minutos;

PCP – 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o proponente designado, o Sr. Deputado Artur Lima do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Winston Churchill disse: "A Democracia é o pior regime, com excepção de todos os outros"...

Deputado Francisco César (PS): O Portas também disse que se ia embora, mas continua lá!

O Orador: No último século assistimos a mudanças históricas ao nível cívico e político que possibilitaram a evolução democrática dos regimes, por oposição aos decrépitos e de má memória sistemas totalitaristas e autoritários.

Nos Açores, também evoluímos para um regime democrático!

Um regime político e social assente em pilares constitucionais que garantem aos cidadãos direitos, liberdades e garantias que, jamais, podem ser postos em causa por qualquer cidadão e, muito menos, por qualquer entidade pública ou privada.

A Lei fundamental, a Constituição da República Portuguesa é clara:

- "Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres

consignados na Constituição" (Princípio da universalidade - art.º 12, n.º 1);

- "Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei"

(Princípio da igualdade - n.º 1, art.º 13);

- "Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas"

(Princípio da Força Jurídica - n.º 1, art.º 18);

- "A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao

desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom

nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada

e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação"

(Princípio de outros direitos pessoais - n.º 1, art.º 26).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porém, ultimamente, nos Açores, tem havido preocupantes sinais de degeneração para um novo regime, onde o défice democrático parece ser a regra.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não faz sentido nenhum! Foi a falta de oxigénio!

O Orador: Um regime do vale tudo;

Deputado Berto Messias (PS): Vale tudo para si!

O Orador: Um regime da imposição do dever de obediência;

Um regime da violação do segredo médico;

Um regime da devassa dos dados pessoais dos cidadãos;

Um regime onde o colaboracionismo renasce...

É o regime dos comissários políticos e dos colaboracionistas que praticam a bisbilhotice e a devassa da privacidade e da intimidade dos cidadãos.

Deputado Berto Messias (PS): Logo o senhor a fazer essa afirmação!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o pagamento de automóveis também!

O Orador: Temos, portanto, um regime que induz intimidação e provoca medo aos Açorianos.

E, infelizmente, já são vários os exemplos destas acções de perseguição política, alguns até já julgados em tribunal e a Região condenada por isso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um dos mais recentes casos prende-se com o *bullying* profissional sobre uma inspectora do quadro da Inspecção Administrativa Regional.

Esta funcionária apresentou no serviço um certificado de incapacidade temporária para o trabalho que, prontamente, foi posto em causa pelo Inspector Regional, seu superior hierárquico.

Ora, estamos a falar de um jurista que colocou em causa a veracidade da doença e, por conseguinte, a legalidade do atestado médico e, conseqüentemente, a capacidade, idoneidade, isenção e seriedade profissional da médica que atestou a doença daquela funcionária pública.

O jurista, não é um qualquer jurista, é o Inspector Regional, com um golpe de vista, determinou que não havia doença, farejou uma acção ilegal do médico e mandou instaurar um processo disciplinar à funcionária doente.

A perseguição prossegue e a teia adensa-se. São convocadas as Inspecções Regionais da Educação e Saúde ao processo.

O queixoso, o Inspector da Inspecção Administrativa Regional, diz que a baixa médica que a sua funcionária entregou no serviço é falsa porque desconfia que ela quer ir passar férias, nomeadamente celebrar o seu aniversário, ao Continente, com a família.

Deputado Berto Messias (PS): Pelo amor de Deus! Isso não faz sentido nenhum!

O Orador: Estávamos em outubro de 2012. O atestado dá entrada no serviço no dia 2 e logo imediatamente o Inspector Regional pede uma Junta Médica ao delegado de saúde, por suspeitar de "*comportamento fraudulento*" da funcionária e solicita, simultaneamente, que o Inspector Regional de Saúde intervenha junto da médica que atestou a doença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Prosseguindo o ímpeto persecutório o senhor Inspector Regional ordenou à instrutora do processo disciplinar que pedisse à SATA dados pessoais de uma passageira que, ilegal e vergonhosamente, a SATA facultou mesmo sabendo da oposição manifesta da cidadã.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Isso é o Big-brother!*

O Orador: Depois o Inspector Regional da Saúde viola a lei ao entrar no consultório da médica que seguia a doente, tira fotocópias do processo clínico, sem a devida autorização, violando também assim o sigilo médico.

Feitas várias diligências no âmbito deste processo, a sua instrutora decidiu pelo arquivamento.

Todavia, entra em acção o Sub-inspector Regional da Inspeção Administrativa Regional que, na salvaguarda do seu Inspector Regional e, aparentemente, eivado do mesmo espírito persecutório, determina:

"Afigura-se-me prudente que o processo seja novamente devolvido, para que a instrutora, ao abrigo do princípio da obediência, deduza acusação (...)". Que regime totalitário.

Pelo meio, a funcionária apresentou vários problemas de saúde e chegou a ser assistida nos serviços de saúde várias vezes. Esteve mesmo internada.

Mas, para o senhor Inspector Regional, o atestado médico foi apenas "*um estratagema ludibriador da lei*" para que essa fosse, mais uma vez, celebrar o seu aniversário com a família.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aí é que está!

O Orador: De acordo com o Inspector Regional, em anos anteriores a funcionária "*gozando de prerrogativa legal para se ausentar*" havia celebrado o seu aniversário fora da Região. Ademais esta funcionária tinha férias previamente marcadas para a data do seu aniversário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco César:

Este é apenas um dos mais recentes casos de perseguição a funcionários públicos na Região. Um dos mais recentes porque, todos os dias, existem

muitos comissários políticos e colaboracionistas que perseguem, ameaçam, coagem, criando um verdadeiro ambiente de intimidação na sociedade açoriana.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor tem que provar isso que está dizendo!

Isso é uma brincadeira!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Assim, quatro décadas depois do 25 de Abril, da conquista da liberdade, da democracia e da Autonomia, ressurgem sinais perigosos e preocupantes de um retrocesso civilizacional e democrático que julgávamos impossíveis.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É esta a oposição que temos!

O Orador: A ânsia de manter o poder a todo o custo cria condições favoráveis ao aparecimento de comportamentos oportunistas de quem não olha a meios para atingir os fins.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente eu gostaria de continuar.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra. Pode continuar se faz favor.

O Orador: Eu gostaria de continuar Sr. Presidente.

Presidente: Eu estou a dar-lhe a palavra Sr. Deputado. Pode continuar.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

Com a convocação deste debate de urgência e a denúncia deste caso pretendemos ilustrar as ameaças que fazem perigar a nossa democracia. Estão em causa atitudes condenáveis e reprováveis de funcionários de altos cargos da administração pública regional e do sector empresarial regional (SATA) que devem ser devidamente avaliados pelos seus superiores, devendo ser assacadas as devidas responsabilidades e consequências...

Tais actos só acontecem com este novo Governo, porque faz manter em funções velhos protagonistas.

De renovada maioria em novo governo a democracia nos Açores vai-se degradando a olhos vistos.

Não há cidadão que possa confiar nesta administração pública regional quando as entidades dessa administração com atribuição para garantir a legalidade, isenção e o bom funcionamento da máquina administrativa regional dão o supremo exemplo da intimidação e da perseguição, numa clara, grosseira e boçal violação dos mais elementares direitos dos cidadãos e conseqüentemente do estado de direito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Nem a sua bancada aplaudiu, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Queria fazer um cumprimento especial e informar a câmara que estão na galeria os alunos finalistas do Jardim de Infância “ O Golfinho”, da Calheta, da Ilha de S. Jorge.

(Aplausos da Câmara)

Sem mais demoras estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região está a passar por enormes dificuldades económicas e sociais.

Vivemos tempos muito difíceis. Tempos de enormes dificuldades, em que cada amanhã se vive no limiar do desespero em muitos lares açorianos. Estes não são verdadeiramente tempos novos. São velhos!

Pertencem ao álbum de velhas recordações de um tempo que nós julgávamos aprisionado no passado. Um tempo passado que se faz agora presente e que se insinua no horizonte do nosso futuro, com a força brutal das eternas e espessas nuvens cinzentas que pintam quotidianamente o nosso céu.

Esses tempos passados feitos presente significam que todos seremos menos iguais que outros; que a igualdade de oportunidades deixará de ser um sonho que chegámos a tocar com a imaginação; que os nossos velhos não viverão os seus últimos dias com a dignidade conquistada e suada na longa jornada da vida; que na doença nem todos terão a oportunidade merecida e a vitória justa sobre a dor.

Nunca fomos iguais, mas chegámos a ser menos diferentes. Nunca tivemos as mesmas oportunidades, mas quase todos chegámos a ter algumas.

Nunca sonhámos o mesmo, mas houve um tempo em que quase todos chegámos a sonhar que sonhar era um direito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pergunto-me, muitas vezes, o que devo fazer no âmbito das circunstâncias dramáticas que estamos a viver. As respostas que encontro nunca me satisfazem de forma suficiente. Devo, certamente, contribuir para que a riqueza da nossa Região seja repartida de forma justa por todos. Devo promover e pensar formas de produzir riqueza e emprego. Devo assegurar a dignidade dos mais desfavorecidos e dos mais débeis. Devo assegurar a justiça das nossas leis e das nossas práticas. Devo assegurar a preservação da nossa identidade cultural. Devo assegurar a liberdade de expressão. Devo favorecer práticas que promovam a igualdade de oportunidades e devo assegurar, e com isso digo tudo, a manutenção do nosso sistema democrático.

Acredito – julgo que nunca deixarei de acreditar – que a democracia é sinónimo de prosperidade e de justiça. Noutros tempos, noutras crises, alguns promoveram sistemas autocráticos que esmagaram muitas democracias.

Ditaram a ordem em contraponto ao pressuposto caos democrático.

Decretaram a obediência em oposição à liberdade. Impuseram uma ideia sem concessão à liberdade de pensamento. Substituíram a justiça para todos, pela glória de alguns.

No final, a ordem, a glória e o império foram efémeros. A felicidade de um povo é a soma da liberdade de todos. Um povo nunca será feliz se uns

alcançarem a felicidade à custa da felicidade de todos os outros. Por isso apenas a democracia é o caminho. A democracia do “Governo do Povo pelo Povo e para o Povo”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por tudo o que disse anteriormente, o meu programa chama-se democracia. A minha esperança reside na democracia. A minha aspiração é a democracia. A minha missão é a democracia. O meu sonho é a democracia.

Mas a democracia, meus senhores, está ameaçada nos Açores. O Partido Socialista governa há quase 17 anos. Ao longo deste longuíssimo período, o Partido Socialista instalou-se em todas as zonas de poder e de decisão na nossa sociedade. Na nossa sociedade todos são teoricamente iguais, mas os socialistas são hoje muito mais iguais que os outros.

Em todas as áreas sociais e económicas da nossa sociedade é o poder socialista que dita as regras. Nada pode prosperar contra a vontade do aparelho partidário do partido socialista, desde a mais pequena freguesia dos Açores até à mais poderosa empresa privada. A Administração Pública Regional está completamente submetida aos caprichos e à tutela política do Partido Socialista. Quem se tornar incómodo ao poder pode ver transformada a sua vida num inferno. Quem se opuser a um qualquer baronete do poder socialista será esmagado numa primeira oportunidade.

Meus senhores! A democracia nos Açores transformou-se num plebiscito colorido que o Partido Socialista celebra de 4 em 4 anos. A verdadeira democracia é muito mais que realizar eleições em cada quadriénio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Devia ser!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há muito que venho denunciando, em artigos e discursos, a perseguição, por motivos políticos, que o Governo Regional vem realizando aos seus opositores políticos. Em artigo recentemente publicado na comunicação social, o

Presidente da Direção do Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino pediu-me para eu clarificar a quem me dirijo e do que falo. É precisamente isso que aqui penso fazer hoje. Com toda a transparência. Com toda a frontalidade.

Falo, Sr.º Presidente, da perseguição brutal que este Governo Regional está a fazer, através da inspeção regional de educação, à minha mulher na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Mouzinho da Silveira.

Perseguem-na por minha causa. Perseguem-na para me intimidar e me condicionar. Perseguem-na por cobardia. Perseguem-na com os mesmos métodos utilizados pelos pides no regime salazarista.

Foi em julho de 2012 – repito julho de 2012, faz agora um ano - que pela primeira vez uma equipa da inspeção regional de educação, a coberto de uma denúncia realizada em conluio com altos responsáveis da direção regional ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

O Orador: ... e da inspeção regional de educação, se dirigiu à Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para iniciar uma ação inspetiva que tinha como objetivo a destruição da carreira da minha mulher e o seu afastamento do cargo de presidente do conselho executivo dessa escola.

Ao longo desse longo período realizaram-se sete ações inspetivas à escola, algo que causou um alarme social imenso no âmbito de uma escola com pouco mais de trinta alunos e uma população de cerca de 400 habitantes. O processo foi conduzido de uma forma vergonhosa, através da ameaça e da coação a alguns dos que trabalham na escola do Corvo. A própria inspetora que conduziu o processo conta – sem qualquer pudor e com indisfarçável orgulho – como as próprias testemunhas apresentavam uma respiração ofegante e um grande mal-estar físico perante o que ela própria descreve como a sua “firmeza”.

As testemunhas foram fabricadas através do conluio partidário e aproveitando os que, de uma forma ou de outra, têm capital de queixa por uma qualquer ambição ou capricho não satisfeito. A indignidade e brutalidade do processo é tal que eu tenho dúvidas que muitas das antigas brigadas da PIDE se dispusessem a realizar o papel torcionário desempenhado pela Inspeção Regional de Educação.

Durante um ano interminável, a Deolinda Estêvão foi submetida a uma pressão e a um sofrimento que vai para além do que aqui muitos podem sequer imaginar. Sabem o que significa passar na rua e ser olhada como uma espécie de criminosa? Ou ouvir as gargalhadas trocistas daqueles que sendo próximos do poder se comprazem com a notícia da vinda de mais uma equipa inspetiva? Riram e gozaram com a crueldade própria dos cobardes que se sabem protegidos pelos poderosos.

Alguém sabe o que significa explicar aos filhos que a mãe nada fez de errado e que devem confiar na sua inocência. Imaginam o trauma que significa para uma criança de apenas doze anos de idade ser utilizada como arma de arremesso contra a própria mãe, por um pressuposto tratamento privilegiado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma vergonha!

O Orador: No meio deste processo, mais uma humilhação. Uma carta anónima repete muitas das acusações em investigação e assim se abre mais um processo inspetivo em acumulação com uma acusação já formulada. Por uma carta anónima escrita na ignomínia da cobardia. Por quem sabe que pode acusar e não pode ser acusado. São ouvidos novamente todos os professores, funcionários e representantes dos pais, num processo interminável que aposta no esgotamento da vítima. No prazo legal não chega nenhuma acusação, pelo que se pressupõe o seu arquivamento, por serem falsas as acusações proferidas. E no final de tudo isto, qual é a acusação do processo principal? Um pressuposto tratamento desigual aos docentes, fundado em sorrisos para uns, rosto fechado para outros. A formulação de uma acusação a respeito de um suposto tratamento privilegiado concedido ao filho. Acusação esta unicamente sustentada no facto da equipa do mesmo (com dez alunos) ter afixado uma folha A4 a cores na escola e da outra equipa o ter feito a preto e branco. O resto do processo está recheado de parvoeiras e idiotices deste tipo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tenho nenhuma dúvida que o objetivo deste longo processo é obter da vítima a demissão por exaustão. Nunca a obterão, pela simples razão que esta

questão é para a minha mulher uma questão de honra. Ela nunca desistirá de resistir. Ela nunca desistirá de ser livre.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Um dia este processo chegará aos tribunais e aí acabar-se-á o controlo do regime sobre este processo. Demorará alguns anos, mas um dia os responsáveis por este vergonhoso processo serão judicialmente confrontados com as suas responsabilidades.

Ao longo deste último ano refleti bastante sobre a minha continuidade na vida política regional. Sinto-me culpado pela perseguição hedionda que está a ser movida pelo regime à minha família. Sinto que isto nunca terminará enquanto eu for deputado regional pela oposição.

Sei, no entanto, que não tenho o direito de desistir. O meu dever é lutar pela liberdade de todos os açorianos. Jamais conseguiria viver vergado ao peso de uma qualquer bota da ditadura. A vida não tem significado sem liberdade. A liberdade de pensamento e de expressão constituem a mais alta realização da alma humana. Enquanto lutarmos por elas, nunca nos derrotarão. A batalha pela liberdade não se perde em mil derrotas, apenas na primeira desistência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pediram-me exemplos e eu dei o que me está mais próximo. Se fazem isto à mulher de um deputado e presidente de um partido da oposição imaginem o que está a acontecer aos anónimos funcionários da administração regional.

Ninguém fala, ninguém discorda, ninguém se opõe. O regime esmaga qualquer discordância e persegue todos os que se atrevem a pensar e a agir de forma livre.

O regime socialista açoriano é já, em muitos aspetos, uma ditadura de modelo clássico. Uma ditadura com um Presidente jovem, simpático e de rosto reformista. Uma ditadura com um único e derradeiro limite: o poder judicial.

Nestas circunstâncias só nos resta, a todos os que amam a liberdade, dar o bom combate. Um combate pela liberdade. Um combate pela democracia.

Um combate pelo futuro dos Açores, pois não existe futuro que valha a pena se a gloriosa bandeira azul e branca não ondear agitada pelo vento indomável da liberdade.

Viva a liberdade!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que depois destas duas intervenções iniciais está claro que a este debate podíamos referir aquela velha expressão que “a montanha deu à luz, diria que nem foi um rato, nem um ratinho, a montanha não deu nada à luz neste debate”.

Trouxeram, em nome de um debate dito de urgência, duas situações concretas.

Em relação a uma delas eu diria que devo descontar a emoção natural da forma como foi abordada. Vou também não ter em conta as considerações e os efeitos comparativos que fizeram em relação a polícias políticas e a regimes ditatoriais, por um enorme respeito pelas pessoas que sofreram pelas ditaduras...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... aliás como disse, e muito bem, o Presidente do Sindicato dos Inspetores da Educação.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo exemplo: eu penso que sobre a matéria da Administração Pública Regional, estamos claros e cito só as palavras de dois militantes, de dois partidos, um do PS e um do PCP, que são responsáveis máximos das centrais sindicais nos Açores, que em relação à última greve da administração pública disseram claramente que, “conforme se demonstrou pela fraquíssima adesão à greve nos Açores, que os funcionários públicos da Região não tinham razões para aderir à greve”.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, sobre essas matérias estamos claros.

Vamos aos casos concretos.

Permitam-me fazer uma primeira observação clara e falo dos casos concretos porque ao abrigo do artº. 33º. do Estatuto Disciplinar, o caso que o Sr. Deputado Artur Lima referiu, é um caso que já não estando em sede de segredo processual, pode ser aqui perfeitamente abordado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era essa a ideia!

O Orador: ... e tenho muito gosto em fazê-lo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem gosto?

O Orador: Tenho. Tenho gosto porque este é um caso concreto de que devemos, em primeiro lugar, salvaguardar o respeito pelos funcionários públicos e são milhares deles que cumprem as suas obrigações.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós, o melhor exemplo e incentivo que devemos dar aos funcionários públicos que cumprem as suas obrigações, é não poder ser coniventes com práticas que são claramente incorretas e que para respeitar quem cumpre, devem ser devidamente abordadas do ponto de vista disciplinar.

Vamos a este caso concreto que referi, lamento ter que trazer aqui um caso concreto mas vamos exatamente a esse caso concreto.

Refere-se a um processo disciplinar colocado a uma pessoa que exerce uma função e que coincidentemente nos meses que fazia o seu aniversário ficava doente e ausentava-se da Região. É esse o caso concreto que estamos a falar.

Portanto, perante essa evidência repetida em mais de um ano, foram verificadas as condições de enquadramento desse mesmo atestado médico.

Primeira situação que não é admissível: não pode uma funcionária ir a uma consulta no dia 24 de setembro e ser-lhe passado um atestado médico para o dia 2 de outubro.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Afinal não é perseguição!

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado Artur Lima omitiu um relatório insuspeito do Ministério da Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Suspeito!

O Orador: Passo a citar o relatório ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui!

O Orador: ... da Inspeção Geral de Atividades da Saúde, do Ministério da Saúde.

Que eu saiba o Ministério da Saúde não tem nada a ver com o Governo Regional e com a administração regional e cito ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é cobardia!

O Orador: ... as páginas 151 e 152 do relatório do Ministério da Saúde, da Inspeção Geral de Atividades de Saúde, que diz claramente que “o registo clínico da médica é escasso em informação clínica que justifique a doença do utente;

De que o diagnóstico registado só por si não é indicador (repito, não é indicador) de incapacidade para o trabalho;

De que esse mesmo registo não é válido já que teria que ser emitido à data da consulta e não para uma doença que se projetou, ...

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Isso é que é a perseguição!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... passados dez dias, coincidentemente com a data que ela se ausentava da Região para, como tinha feito no ano anterior, ir passar o mês de outubro fora da Região”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: É o relatório, não de nenhuma entidade regional, não de nenhuma entidade sobre a tutela da Região, é o relatório da Inspeção Geral de Atividades de Saúde, do Ministério da Saúde.

Perante este facto, que o Sr. Deputado Artur Lima omitiu essa segunda parte, foi solicitada, de acordo com a lei, uma junta médica para aferir da doença que estava neste atestado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Essa funcionária faltou à junta médica, logo ao faltar à junta médica está sob alçada disciplinar, que é o processo que está neste momento a ser analisado.

Ou seja, temos uma pessoa que um mês antes de se ausentar adquire uma passagem; que 10 dias antes de se ausentar vai a um médico que lhe passa um

atestado médico dizendo que tem uma doença para 10 dias depois; que a Inspeção Geral de Atividades de Saúde identifica que o procedimento não é válido, (repito, não é válido), o Ministério da Saúde diz que o procedimento não é válido. Perante essa dúvida é solicitada uma junta médica que é marcada e essa pessoa ausenta-se.

Estes são os factos.

Deputados Berto Messias e Pedro Moura (PS): Muito bem!

O Orador: Não me vou pronunciar para além dos factos. Este é um processo que decorre de acordo com a legislação em vigor e é neste contexto que o mesmo deve ser abordado.

Trago aqui a identificação destes factos para demonstrá-los e para que seja do conhecimento de todos a realidade dos factos, e sem que do mesmo decorra da minha pessoa qualquer análise subjetiva que não seja relatar os factos e citar as fontes.

Portanto, neste contexto o que eu solicitava é que estas matérias que envolvem necessariamente pessoas devem começar pelo respeito pelas próprias pessoas e não devemos utilizar pessoas ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... para fazer análises e abordagens neste âmbito político.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não demonstramos o respeito pelas pessoas quando utilizamos pessoas para tirar protagonismo político.

Deputado Berto Messias (PS): Tome nota, Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Nós demonstramos o respeito pelas pessoas quando defendemos a sua própria privacidade na abordagem, não pública, destes assuntos. É este o respeito das instituições e é esta a forma democrática como devemos abordá-los.

Deputados Francisco Coelho e Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso não faço, não farei e o Governo não fará, nem está disponível, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas vai estar!

O Orador: ... para utilizar pessoas para entrar num debate que não tem nenhum objetivo que não seja desviar as atenções daquilo que é a verdadeira agenda política, daquilo que interessa efetivamente aos açorianos e daquilo que interessa efetivamente aos portugueses.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: As instituições funcionam nesta Região com todo o respeito pela legalidade. Ninguém é perfeito. Ninguém faz tudo bem feito, mas uma coisa que nós nos orgulhamos de fazer é saber respeitar as instituições, saber respeitar as pessoas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perseguição!

O Orador: ... e saber respeitar o bem mais supremo que todos nós temos, que é o direito à nossa privacidade.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento relativamente àquilo que foi dito da atividade do Inspetor Regional da Saúde, relendo aquilo que é o artigo 5º. do Decreto Legislativo Regional 40/2002/A...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, na escola que o senhor andou eu já fui professor!

O Orador: ... que diz de uma forma muito sucinta que “a Inspeção Regional da Saúde, no âmbito das suas competências e atribuições, tem o poder de aceder

aos documentos e informação existentes nos arquivos clínicos das instituições e serviços públicos ou privados que atuem no Serviço Regional da Saúde”.

Este Decreto Legislativo Regional foi aprovado por esta Casa a 4 de setembro de 2012, é pois bastante estranho que não passado sequer um ano, alguns Deputados desta Casa o desconheçam ou não se lembrem daquilo que aprovaram.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O seu *modus operandis* é conhecido, mas já vai levar troco!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de responder às questões que foram levantadas emotivamente (eu entendo) pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e gostaria de começar por dizer que o Sr. Deputado Paulo Estêvão é quase para mim duas pessoas, a pessoa que está lá fora e a pessoa que está cá dentro.

Sr. Deputado, nós temos conversado várias vezes sobre esta matéria. O Sr. Deputado todas as vezes que entende falar comigo, falamos. Acontece o mesmo com a sua esposa, enquanto Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, que sempre que necessário, telefona-me para o meu telemóvel e tem as respostas necessárias.

Dizer, sugerir que há aqui perseguição, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tenho dúvidas!

O Orador: ... o Sr. Deputado terá que o provar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E provo!

O Orador: Vou dar-lhe dados.

No dia 12 de julho de 2012 foi instaurado um processo pela DREF, na altura, um processo de inquérito à Escola Básica Mouzinho da Silveira, na sequência de uma participação de um docente da escola e solicita à IRE a instrução processual.

No dia 20 de julho a IRE nomeia inquiridores; no dia 29 de agosto é concluído o processo que é remetido à entidade decisora, ou seja, a DRE.

Nesse processo os inquiridores verificaram a existência de infrações disciplinares com propostas de cinco processos disciplinares à Presidente do Conselho Executivo, a dois docentes ex-membros do Conselho Executivo, a um docente e a um assistente técnico.

No dia 4 de setembro vem essa informação.

No dia 9 de outubro a DRE, na sequência do relatório da IRE, instaura um procedimento disciplinar a estas cinco situações.

No dia 10 de outubro, no dia seguinte, a IRE nomeia o instrutor para os processos.

O processo neste momento está concluído da parte da inspeção, foi entregue à DRE, atual sucessora da DREF, onde deu entrada e aguarda despacho.

Portanto, a situação é esta.

Eu não tenho conhecimento dos conteúdos, apenas tenho conhecimento do processo, da sequência dos acontecimentos. Não tenho, nem quero ter conhecimento dos conteúdos a não ser que eventualmente venha parar à minha mão por recurso hierárquico ou outra situação qualquer. Que fique claro.

Aliás, eu devo dizer uma coisa Sr. Deputado, e o senhor sabe isto e está a ser injusto. A sua esposa tinha dez dias para responder, para consultar o processo em Ponta Delgada, porque a sede de instrução era em Ponta Delgada, podia nomear um advogado para fazê-lo, no entanto o Inspetor Regional, com a minha concordância, entendeu fazer deslocar o processo ao Corvo, para que a sua mulher tivesse acesso ao processo no Corvo, e não ter que se deslocar a Ponta Delgada. Isto é perseguição, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é perseguição?!

O Orador: Aliás, há quem diga que isso foi um processo ilegal, mas foi um processo humano com o meu conhecimento.

Portanto, Sr. Deputado, foi concedida à sua mulher a prorrogação do prazo de defesa, por despacho da Diretora Regional, no dia 8 de abril de 2013.

Portanto, a Diretora Regional que concede prorrogação do prazo para a sua mulher se defender está a perseguir politicamente a sua mulher, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim, sim! Eu já vou responder!

(Risos do Deputado Francisco César)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor fala como protegido do poder!

Deputado Francisco César (PS): E o senhor fala em interesse próprio! É a sua mulher!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já lhe vou responder ao interesse próprio! Onde é que quer que eu a defenda? Na rua?

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado abusa!

Presidente: Srs. Deputados o Sr. secretário da Educação está no uso da palavra. Agradecia que moderassem os vossos apartes, Srs. Deputados Francisco César e Paulo Estêvão.

O Orador: Aliás, a sua esposa teve a gentileza de me dirigir a mim diretamente (que não tinha sido o instrutor do processo), enquanto Secretário Regional, queixas diretas sobre a instrutora.

Não pus essas cartas no processo, mas poderia pô-las, porque essas cartas sim, dariam origem a outro inquérito, porque a linguagem que a sua esposa utilizava não era de facto a linguagem adequada para um investigador absolutamente independente, que não tem nada a ver com a tutela em termos de orientação política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Absolutamente independente?

Deputado Berto Messias (PS): Muito Bem, Sr. Secretário!

O Orador: Mas não ficamos por aqui Sr. Deputado. Esse processo está à espera da decisão da instituição que o pediu, a Direção Regional, terá em breve o despacho, a sua esposa tomará conhecimento do despacho, depois agirá conforme entender, inclusive pode fazer recurso hierárquico e então aí poderá acusar-me a mim da minha decisão. Depois há os tribunais e tudo o que quiser. Agora, não pode é haver a má-fé que o senhor está a apresentar aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Outra história: o senhor referiu-se às cartas anónimas. Sim senhor, elas circularam por aqui, vários Deputados receberam-nas. Eram cartas de teor extremamente grave e das duas, uma: ou aquelas cartas falavam verdade, e aqueles factos eram graves, ou as cartas mentiam e era igualmente grave e quem levantou essa suspeita teria que ser devidamente castigado.

Foi por isso que eu, não a Diretora Regional, mandei instaurar o processo e tive o cuidado de pedir ao inspetor que nomeasse outros inspetores, para a sua esposa não poder dizer que estava a ser perseguida por uma determinada inspetora.

Esses inspetores foram, estiveram lá, falámos disso diversas vezes ali no jardim, Sr. Deputado. Expliquei-lhe exatamente o que é que se passava. O objetivo dessa decisão era exatamente proteger a sua esposa, porque quem escreveu aquela carta, se não pudesse provar como não provou, que aquilo era mentira, teria que ter as suas consequências. Em vez de ficarem as suspeitas mandei investigar. Isso é perseguição, Sr. Deputado? Isso da sua parte é demagogia e desculpe que eu utilize a sua esposa, a sua situação familiar para fazer demagogia política aqui, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque ou fala diretamente comigo, como sempre falou com lealdade, ou então não vale a pena.

Agora, o Sr. Deputado vai provar aqui, porque fez a acusação, por factos, quais são as situações em que a sua esposa, por sua causa, ou por outra qualquer, foi vítima de perseguição política.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Apresente aqui os factos e eu responderei e farei as investigações que foram necessárias.

Agora, se se queixa que levantam suspeitas acerca da sua esposa tem que ter em consideração que não pode levantar suspeitas acerca da administração.

A IRE está a proceder de acordo com a lei, de acordo com a independência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Então prove! Prove Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois provo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por duas ou três questões prévias.

Primeira questão: do ponto de vista do BE é absolutamente indiferente quem são os cidadãos ou as cidadãs que aqui são chamados à coação como casos concretos sobre um comportamento menos apropriado do nosso ponto de vista da administração pública.

É completamente indiferente quem é a pessoa “A”, cidadão ou a cidadã “B”, ou o cidadão “C”. É indiferente.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas nem todos os funcionários públicos estão casados com Deputados! Isso é a diferença por baixo!

A Oradora: Portanto, não estamos aqui a defender pessoas. Estamos aqui a defender direitos e garantias que estão constitucionalmente consignados.

Segunda questão prévia: disse o Sr. Vice-Presidente que “a montanha pariu um rato”. Sr. Vice-Presidente deixe-me dizer-lhe que pelo menos teria parido dois, porque estamos a falar de dois casos concretos, mas surpreende-me ouvi-lo dizer isso, porque aquilo que eu esperaria de um governante com a sua responsabilidade era ouvi-lo dizer que nem que fosse a denúncia de um único caso, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

A Oradora: ... de um comportamento menos legítimo da administração pública, o senhor seria o primeiro a averiguar, a punir e a pôr a lei no sítio onde ela deveria estar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

A Oradora: Portanto, minorizar e reduzir ao ditado popular que “a montanha pariu um rato” é uma forma muito levezinha, muito poucozinha para utilizar

uma expressão que agora está em voga para se referir aos dois ratos que estão em questão.

Terceiro ponto prévio: disse também o Sr. Vice-Presidente que todos os cidadãos têm direito à sua privacidade. Tanta razão que o Sr. Vice-Presidente tem, mas, primeiro, as pessoas que foram aqui mencionadas não pediram para nós não pormos aqui a sua história, ao contrário, solicitaram aos Deputados e Deputadas desta Casa que fossem a sua voz na denúncia daquilo que eles entendem que é um comportamento reprovável da parte da administração pública.

Portanto, não se ponha por detrás da privacidade porque o Sr. Vice-Presidente esqueceu-se disso quando a SATA divulgou as viagens, as horas, o modo de pagamento de um bilhete de uma cidadã desta Região; quando um inspetor entra num consultório privado de uma médica e obriga-a a pôr a sua ficha clínica em cima da mesa para tirar fotocópias e distribuir por toda a gente e o senhor não se preocupou com a privacidade.

Portanto, não venha agora com a privacidade porque foram as pessoas que pediram para os Deputados desta Casa trazerem o assunto aqui.

Quarto ponto prévio: que fique claro que tudo aquilo que foi dito daquela tribuna pelo Deputado Artur Lima está comprovado por documentos.

O BE não vai pelo ouvido, nem pela opinião, nem pela subjetividade. Há documentos que comprovam cada afirmação de um processo “kardequiano” que houve nesta Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Persecutório!

A Oradora: Finalmente para o Sr. Secretário Regional ainda nas questões prévias da educação.

Sr. Secretário Regional, qualquer cidadão ou cidadã desta Região dirá o seguinte: uma escola com pouco mais de trinta alunos, numa comunidade com pouco mais de quatrocentas pessoas, que num ano é sujeita a sete actos inspetivos das duas, uma: ou é um caso de polícia ou é um caso de perseguição.

Ninguém nesta Região poderá pensar doutra maneira, porque o Sr. Secretário vai dizer quantas escolas desta Região é que não tiveram um único acto

inspetivo; quantas escolas nesta Região é que tiveram sete, com trinta alunos. Se é caso de polícia tratem-no como tal, se não é, alguma coisa está profundamente errada.

Estas eram as questões prévias.

Agora, daquilo que nós na realidade estamos aqui a falar é de uma coisa que se chama abuso de poder, abuso de poder cometido por altos quadros da hierarquia pública; abuso de poder que são claros e violadores de um estado de direito democrático, cometido por altos quadros da hierarquia pública que se consideram acima da lei e convencidos da sua impunidade. Impunidade que é alimentada por uma maioria política que crescentemente confunde legitimidade eleitoral com poder absoluto.

Esta lógica de abuso de poder que corrói o estado de direito democrático e a democracia tem como vértice, neste caso concreto, o Governo Regional.

Quando há cerca de dois anos (aqui vai mais um rato Sr. Vice-Presidente), o Governo Regional negou ao BE os relatórios dos actos inspetivos da Inspeção Regional de Trabalho à RTP Açores, acto que é simbólico da negação do papel da Assembleia Legislativa dos Açores e dos seus Deputados e Deputadas, na fiscalização do Governo, esta negação só foi possível de ser ultrapassada após queixa do BE à CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos), situação esta que hoje, após dois anos, se repete exactamente nos mesmos moldes, exactamente com o mesmo tipo de argumentação que foi negada pela CADA há dois anos atrás, mas agora no que diz respeito aos actos inspetivos à SATA.

Não estamos, portanto, a falar, Sras. e Srs. Deputados, de comportamentos casuísticos, mas antes de uma noção de impunidade no exercício do poder público.

Esta linha de atuação é a seiva que alimenta uma hierarquia onde alguns, sedentos de agradar ao poder, não olham a meios para atingir os fins.

A averiguação da vida privada de uma cidadã, feita à revelia de todas as condições de garantia dos seus direitos constitucionais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí é que está o problema!

A Oradora: ... ao arrepio do poder judicial, utilizando os instrumentos de correia de transmissão, assentes no cartão do partido e na troca de favores, Sras. e Srs. Deputados é apenas apanágio das ditaduras, as ditaduras que todos nós, inclusive os membros do Governo Regional e do partido da maioria, criticam e bem. Mas afinal nos Açores há comportamentos que se aproximam perigosamente deste tipo de atuação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh!

Deputado Luís Garcia (PSD): Completamente!

A Oradora: Para trazer alguém insuspeito de qualquer tipo de cedência ao poder político, como disse Mário Soares, “a democracia só se defende praticando-a”, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É esta a oposição que temos!

A Oradora: ... e a bem da democracia, porque a democracia o exige, o Governo Regional tem de arrear caminho nestas práticas.

Ainda como também disse Mário Soares, “o direito à indignação é um direito constitucional”. E é aqui nesta tribuna que uma Deputada indignada com os abusos de poder que aqui foram trazidos ao nosso conhecimento, diz às Sras. e aos Srs. Deputados, ao partido da maioria e ao Governo Regional, que jamais se calará quando uma cidadã ou cidadão vier ter com ela e lhe disser: seja a minha voz! Denuncie o meu caso! Diga que estão a abusar do poder! Diga que me estão a perseguir! Peça-lhes explicações!

Sempre o faremos agora e até ao fim.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, devo confessar que ouvi com toda a atenção (uma atenção que o senhor agora não revela em relação à minha intervenção) e com toda a expectativa a sua intervenção naquela tribuna.

Quando um partido da oposição, neste caso três, usam a figura de debate de urgência, é evidente que é perfeitamente razoável nós assumirmos que estamos perante uma situação potencialmente grave e que carece precisamente de uma abordagem urgente.

Não nos ocorria, olhando para as últimas semanas, atendendo ao tempo que premeia entre os nossos dois plenários, o que é que poderia ser propriamente esta questão urgente, mas de facto nós estávamos na expectativa e eu, particularmente, segui com toda a atenção a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima.

Afinal era uma intervenção revogável.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado é bom que se diga que o senhor fez uma intervenção ao abrigo de um debate de urgência que carece de uma fundamentação que o senhor não foi capaz de apresentar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já agora só falta me proibir aqui! Sr. Deputado José San-Bento, proíba-me!

O Orador: Queria também dizer que o senhor foi manifestamente infeliz. Manifestamente infeliz!

O senhor procurou, partindo de um caso particular, que eu não conhecia, mas que o Sr. Presidente teve a oportunidade e também os Srs. Secretários que intervieram de poder esclarecer, uma generalização infeliz e injusta, lançando um manto de suspeitas sobre a administração pública e sobre os dirigentes superiores da Administração Pública Regional, o que é muito grave.

Quando se fazem afirmações dessa gravidade, a sua obrigação é vir aqui provar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou polícia!

O Orador: Não é apresentar um caso, fazer uma generalização e daí partir para a opção socialista que é cada vez mais e todos os dias desmentida pela realidade.

Aliás, a sua intervenção foi tão embrulhada, tão confusa, correu-lhe tão mal que nem a sua bancada, como normalmente é habitual, aplaudiu quando o senhor terminou.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, está desatento!

O Orador: Portanto, a nossa perplexidade é partilhada pelos seus dois colegas. Portanto, queria por isso mesmo dizer, Sr. Deputado, como tenho dito várias vezes neste Parlamento que é com pena que nós constatamos que o CDS-PP e particularmente o Sr. Deputado Artur Lima continua cada vez mais alienado da realidade. O senhor parece viver num universo paralelo e deixe-me que lhe diga, o senhor parece ter escolhido, e também isso lamentamos, ser o Deputado Paulo Estêvão da Terceira.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é isto? O Deputado Paulo Estêvão da Terceira?!

O Orador: Queria também dizer em relação ao verdadeiro e original Paulo Estêvão que eu nunca tive a pretensão, apesar de me assumir com orgulho como um Deputado sénior nesta Casa, à semelhança de muitos outros felizmente, a experiência também é importante, nunca pensei assistir a este espetáculo que o senhor aqui trouxe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espetáculo?!

O Orador: Sim, senhor. Foi lamentável, foi vergonhoso, aquilo que o senhor aqui fez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lamentável é perseguir a vida de inocentes!

O Orador: Quero dizer, em nome de todos os Deputados do Grupo Parlamentar do PS, que nós continuaremos a estar abertos, disponíveis, para receber sindicatos, funcionários, associações da nossa administração pública. É esse o nosso papel. Nós estamos disponíveis, lidamos com esse tipo de insatisfações, de algumas queixas, cada vez mais raras, mas que acontecem.

O PS continuará, todos os nossos Deputados continuarão, a manifestar essa disponibilidade, agora aquilo que nós nunca faremos é trazer aqui, ao

Parlamento dos Açores, um espetáculo degradante de fulanização, de defesa e de juízos em causa própria, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... ao virmos aqui defender causas relacionadas com os nossos familiares, com os nossos irmãos, com os nossos filhos ou com os nossos sobrinhos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é para isso que nós fomos eleitos. Isso não é digno de um Deputado Regional.

Aquilo que se pede a um Deputado Regional é que tenha a serenidade e o distanciamento que muitas vezes é difícil e para isso não relevam apenas os laços familiares, revelam o sentimento e a convicção de injustiça profunda, que por vezes acontece, fruto de muitos fatores e que não são culpa do Governo nem da maioria. É aquilo que tem a ver com a vida e com os imponderáveis da nossa experiência, da nossa vida. Nós temos que ter esse exercício. Nós temos que ter uma serenidade e um distanciamento que nos permita, na melhor das nossas capacidades, defender a dignidade deste importante cargo que nós desempenhamos. É isso que nós procuramos fazer. Por isso, Sr. Deputado, lamento dizer que o senhor teve aqui uma atitude no mínimo quixotesca, absolutamente dispensável, lamentável e que não pode ser sancionada por esta Casa.

Deixe-me também que lhe diga. Esta sua insistência, para já de vir para aqui e num registo exaltado e de gritaria, querer fazer através da forma aquilo que não tem no conteúdo, já basta. Não basta gritar para ter razão, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso que nos entendamos sobre isto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olha quem fala!

O Orador: Há mais uma coisa que eu lhe quero dizer.

Nós gostamos de ser criticados, nós achamos que a pluralidade, a diversidade da nossa sociedade, e naturalmente traduzida neste Parlamento, é extremamente positiva, nós gostamos desse debate, desse confronto de ideias e de projetos e sobretudo Sr. Deputado há uma coisa que nós não podemos aceitar: o PS não aceita lições democráticas da parte do PPM. Meta isso na cabeça.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Meta isso na cabeça?!

Já lhe vou responder a lições de democracia! É o que os senhores fazem, perseguir inocentes, perseguir e intimidar as pessoas!

Deputado Berto Messias (PS): Ouça!

O Orador: Se o senhor vem para aqui num discurso de desespero tentar fundamentar aquilo que não existe, quero dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado: a prova do espírito democrático do PS é que neste debate os proponentes em conjunto têm o triplo do tempo do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Já viu?! Está a ver? Isto é que é protagonismo!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a discriminação positiva das minorias, como fator de igualdade, não foi feita para isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Isso não é democracia, quando os três proponentes em relação à maioria têm o triplo do tempo. O PS tem um terço do tempo que os senhores todos têm.

Deputado José Ávila (PS): Isto é uma vergonha!

O Orador: Isto não é democracia. Isto é a prova de que em muitas coisas, no fundo, aquilo que nós precisamos é de corrigir alguns aspetos que devem merecer uma atenção da nossa parte, porque isso no fundo, Sr. Deputado, representa a ditadura das minorias e das oposições, o que também não é verdade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Portanto Sras. e Srs. Deputados, e com isso a caminho do fim da intervenção, há todavia um mérito neste debate de urgência, que é o facto de nós podermos falar daquilo que a convocatória do debate remete: o funcionamento, a transparência e a isenção da nossa administração pública.

Por isso eu queria aproveitar esta oportunidade para voltar a reafirmar a visão do PS para a nossa função pública, uma função pública rejuvenescida, dinâmica, dotada de bons equipamentos, de tecnologia, dignificada e de proximidade ao serviço dos cidadãos. É para isso que existe uma administração pública.

Através da administração pública podemos prestar um bom serviço aos cidadãos e também através disso podemos ter a correção de assimetrias e a redistribuição de oportunidades. Esta é uma bandeira dos verdadeiros progressistas e da área política onde o PS mergulha as suas raízes.

Portanto, o PS-Açores, nunca alinhará naquele preconceito anti setor público, em geral, anti função pública, em particular, como acontece na atual maioria que governa o País.

Nós continuaremos a defender a dignificação do funcionalismo público, a defender uma administração pública que tem que ser moderna e eficaz e que tem que continuar a ter também um nível de exigência que se impõe face a todas as circunstâncias. É esse nível de exigência que por vezes leva a que surjam algumas contestações, algumas pessoas que se acham indevidamente tratadas e que normalmente, muitas vezes, na maioria dos casos que eu conheço, no próprio âmbito interno da administração regional, tratam desses assuntos e resolvem essas situações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Devia ser assim!

O Orador: Isso também é muito importante e é por isso que nós continuamos a ter uma administração que merece aqui o nosso reconhecimento e o nosso apoio.

Queria por isso dizer, apresentando alguns números, que a 31 de dezembro de 2012, (refiro-me a um relatório de maio passado, que prova a transparência da nossa administração, qualquer cidadão através da internet pode consultar esse relatório, na sequência daquilo que eu próprio e outros colegas já afirmaram há alguns anos desta abertura e desta capacidade de escrutínio da nossa administração) nós temos dezasseis mil e setenta e seis funcionários públicos na nossa administração pública regional e no setor empresarial regional; o nosso

funcionalismo público representa 7,1% da população total com mais de 15 anos (na Madeira é 8,3%, um número muito mais elevado e no fundo numa situação em que as ilhas estão concentradas, não tem a nossa dispersão geográfica, portanto esse valor é incompreensível); no caso da administração central esse valor é de 5,5%, o que é mais reduzido do que nos Açores, mas isso compreende-se porque nós temos nove ilhas e achamos que todos os açorianos têm direito a bons serviços públicos e essa dispersão evidentemente requer sobrecustos e mais recursos, mas também tivemos a capacidade há pouco tempo de podermos, através dos quadros de ilha, racionalizar a nossa administração.

Em relação à população ativa temos nos Açores 12,2%; na Madeira, 13,1% e no continente 10,8%, em síntese dão ar e confirmam esses valores.

Portanto temos para além disso uma administração pública relativamente rejuvenescida, 60% dos nossos quadros estão na média entre os 35 e os 49 anos de idade. É caso para dizer que temos uma administração pública com futuro, rejuvenescida, qualificada e isso são excelentes notícias para todos.

Quero por isso terminar, referindo que nós vamos continuar a ter uma gestão rigorosa, isenta e transparente do setor público, não só da administração pública, mas do setor público em geral.

É isso que nos permitiu, e é bom que se diga, que ainda muito recentemente, perante um ataque sem igual do Governo da República aos funcionários públicos nacionais nos Açores, tenha sido provado que nós não necessitávamos, no quadro da lei de mobilidade especial, de despedir funcionários.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a matéria do debate, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: Isso é da maior importância.

Aliás, esta é a prova, e com isto eu termino, de que o PS tem tido uma gestão rigorosa e isenta, porque só assim é que foi possível (ainda há dois anos atrás quando foi no âmbito das negociações do Programa de Assistência Externa ao nosso País) a própria Troika ter reconhecido que nós não tínhamos uma administração pública regional sobredimensionada.

Isso desmente em absoluto algumas das acusações que foram aqui feitas, dando uma ideia absolutamente fácil de que o PS utiliza a administração pública para arranjar empregos para os amigos. Isso é falso!

O PS-Açores é o partido do *no jobs for the boys*.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, antes de trazer aqui este assunto da maior gravidade, eu pensei se o deveria fazer ou não, ...

Deputado José San-Bento (PS): É preciso provar as afirmações que se fazem!

O Orador: ... se era digno deste Parlamento, ou não, que se trouxesse aqui um caso de perseguição política flagrante, mesmo que fosse a minha mulher, e pelo facto de ao atingiram a ela, quererem atingir-me a mim.

Mas devo dizer o seguinte: estas coisas fazem-se com altruísmo, estas coisas fazem-se com responsabilidade política e o que eu quero aqui dizer neste Parlamento é que se a minha mulher vier a ser condenada nas instâncias judiciais eu demito-me nesse próprio dia e essa demissão sim, é irrevogável.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Eu demito-me de Deputado nesse próprio dia e devo dizer-vos outra coisa: não me candidato às eleições seguintes. Assumo as responsabilidades, meus senhores.

Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

Estas coisas fazem-se com coragem, com frontalidade e eu admito que qualquer pessoa que ler aquele processo vê que é um processo vergonhoso, que só se encontra nas catacumbas da inquisição, da PIDE, que é um processo absolutamente vergonhoso e não tenho dúvida nenhuma que quando ele chegar às instâncias judiciais será completamente afastado e será considerado completamente falso e ilegal. Eu não tenho nenhuma dúvida. Mas se acontecer qualquer coisa de diferente o Deputado que aqui trouxe esse problema não o trouxe gratuitamente e sem responsabilidade política, porque se ela vier a ser condenada eu demito-me nesse próprio dia! Eu assumo essa responsabilidade! Assumo a responsabilidade de ter aqui trazido, com frontalidade, esse problema! Eu não trouxe gratuitamente, trouxe porque estou absolutamente convencido que é uma vergonha.

Agora os senhores perguntam-me o que é que eu faço? Aguentei o mês de julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro a ver todos os dias uma perseguição odiosa à minha mulher, a vê-la chorar por causa deste processo e trazer aqui a minha privacidade. É verdade! Trago aqui a minha privacidade e é com custo que eu estou aqui a expor a minha privacidade e a privacidade da minha família, mas eu considero que isto não pode continuar. Onde é que eu devo trazer? Devo trazê-lo ao Parlamento dos Açores, com toda a frontalidade. É isso que eu estou a fazer, assumindo as responsabilidades inerentes.

Agora, eu quero é que os senhores assumam as mesmas.

Depois de um ano, de um processo interminável de perseguição, se o processo for arquivado o que é que os senhores fazem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fazem nada!

O Orador: Demonstrou-se que as acusações (como o Sr. Secretário acabou de referenciar) de uma carta anónima que foi enviada aí para toda a gente eram falsas, disse o Sr. Secretário. Mas é isso que vai desgastando quem está na vida política.

Eu, como Deputado, ver atacar uma e outra vez a minha mulher, no sentido de me condicionar, meus senhores, já pensei em retirar-me da vida política, porque

os senhores, neste momento, transformaram o exercício da política num inferno. Mas temos que ter coragem! Eu estou aqui e não desisto! Só desisto e só me retiro se vier a ser provada alguma coisa.

Agora, os senhores o que é que fazem se o processo for arquivado, ou se o processo não tiver nos tribunais qualquer tipo de cabimento? O que é que os senhores fazem?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fazem nada!

O Orador: O que é que acontece à Sra. Inspetora?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: O que é que acontece ao Sr. Inspetor Regional da Educação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: O que é que acontece à Diretora Regional da Educação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: O que é que acontece ao Sr. Secretário Regional da Educação?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: O que é que acontece ao Sr. Presidente do Governo, para quem sobre este assunto foram enviadas várias cartas, a dar-lhe notícia desta situação? O que é que acontece?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nada!

O Orador: Se os senhores provarem que existiu alguma irregularidade e se a minha mulher vier a ser condenada no sistema judicial, eu retiro-me, eu demito-me! E os senhores? O que é que os senhores fazem? É isso que eu vos quero perguntar.

Eu estou aqui com toda a frontalidade e com todo o altruísmo na política.

Eu não posso é admitir que isto continue e que os senhores façam conta de que não aconteceu nada.

Eu quero responsabilidades judiciais, com certeza. Elas surgirão. Mas quero responsabilidades políticas, porque eu continuo a reiterar que este é um processo político e temos antecedentes. Há cerca de dois anos eu trouxe aqui um outro problema que era a colocação de um funcionário sem concurso naquela escola, que na altura era o Presidente da Juventude Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh! Ah era?!

O Orador: E o que é que aconteceu? Não existia nenhuma irregularidade, disseram os senhores.

O que é que o Supremo Tribunal Administrativo disse? O Supremo Tribunal Administrativo disse foi que esta colocação era irregular e que os senhores deviam abrir concurso. Abriram-se concursos e ficaram dois licenciados.

A esta senhora que ficou colocada neste serviço sem concurso, a seguir o que é que aconteceu? Foi colocada num outro serviço público, no serviço de saúde, também sem concurso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E esta!

Deputado Jorge Macedo (PSD): *No jobs for the boys!*

O Orador: Agora quero saber: existia a decisão de um tribunal. Quais foram as consequências? Nenhunas.

Quem é que fez a colocação? De quem é a responsabilidade de ter cometido essa ilegalidade? Alguma vez foi investigado? Nada disso foi investigado. Não se apurou nenhuma responsabilidade.

Mas este processo vai ter consequências. Esta administração tem que ter responsabilidades políticas, porque eu já as assumi. Se ela tiver culpa, se ela for acusada, eu demito-me nesse próprio dia.

Dos senhores eu exigirei que façam o mesmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à temática do debate de urgência, a Representação Parlamentar do PCP gostaria de vir a debate também e tecer aqui algumas considerações.

Na sociedade açoriana e na sociedade portuguesa existem efetivamente alguns sinais de pressões sobre cidadãos, sobre organizações ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se fosse no tempo do Dr. Mota Amaral ele tinha posto todos os inspetores e todos os diretores na rua! Ele nunca permitiria isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queres que te conte a história do Dr. Mota Amaral na inspeção? Não vás por aí!

O Orador: ... e existem também sinais de favoritismo que beneficiam cidadãos e organizações.

Mas na sociedade açoriana e na sociedade portuguesa existe sobretudo resignação e medo.

Essa resignação e esse medo resultam das condições de funcionamento da nossa democracia. Aquilo que a democracia nos deveria ter trazido e trouxe até determinada altura, mas está neste momento a sofrer um processo de desconstrução.

(Diálogo entre o Vice-Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: O medo que existe na sociedade açoriana e na sociedade portuguesa tem a ver com a qualidade da nossa democracia, tem a ver com a injustiça na distribuição do rendimento, tem a ver com o medo de perder o trabalho, tem a ver com as limitações do acesso à educação e à saúde.

(Diálogo entre o Vice-Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima)

O Orador: Eu percebo que o Sr. Vice-Presidente do Governo e o Deputado Artur Lima não queiram ouvir a abordagem deste assunto, como na perspectiva do PCP ele deve ser tratado, porque efetivamente não deve ser tratado trazendo para aqui situações de índole particular, mas tem efetivamente razão de ser.

Parece-me que há aqui alguns Deputados e alguns Membros do Governo que não querem ouvir esta visão daquilo que tem a ver com a questão da transparência.

De facto aquilo que acontece, esse medo, tem a ver com a qualidade da democracia: o medo de perder o emprego, o medo de não ter dinheiro para pôr comida na mesa no dia seguinte aos filhos. Isso cria dependências, cria resignação e o tal medo.

É isto que nós devemos considerar quando aqui discutimos e quando tomamos decisões em nome do nosso povo. Isso sim. Estas situações muito particulares têm fóruns adequados para serem tratadas, o que não nega o facto de existirem sinais de pressões e de favoritismo na sociedade açoriana e na sociedade portuguesa.

Mas a verdade é esta: a qualidade da nossa democracia, da democracia nos Açores e na democracia em Portugal, leva a que as pessoas se resignem e sobretudo tenham medo.

Este problema enquanto não for ultrapassado, enquanto houver medo e enquanto as dependências continuarem a manter-se, é evidente que a qualidade da nossa democracia é aquela que é, e a responsabilidade é certamente de todos nós (também não estou a excluir-me).

Nós para caminharmos para uma sociedade mais justa, temos de garantir aquilo que são princípios constitucionais e também princípios da Carta dos Direitos Humanos que não estão a ser cumpridos na nossa Região e no nosso País, desde logo o direito ao trabalho. Mas não só o direito ao trabalho, é o direito ao trabalho justamente remunerado. É um princípio que está na Carta dos Direitos Humanos. Não é do programa do PCP, é um princípio que é aceite por nós, mas também por todas estas bancadas, julgo eu.

Mas a verdade é que aquilo que nós temos hoje no nosso País, aquilo que temos hoje na nossa Região é uma sociedade profundamente injusta, quer em termos sociais, quer em termos económicos.

Aquilo que eu gostaria de dizer às açorianas e açorianos sobre esta questão da transparência e deste debate de urgência é que não tenham medo e que lutem contra o medo e sobretudo evitem as dependências.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário para informar os tempos que os Grupos e Representações Parlamentares ainda possuem para o debate da manhã.

Faça favor Sr. Secretário.

Secretário: Governo Regional - 16 minutos;

PS – 19 minutos;

PSD – 24 minutos;

CDS – 21 minutos e 45 segundos;

PPM – 15 minutos e 30 segundos;

BE – 24 minutos e 30 segundos.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Vamos proceder ao nosso intervalo.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, falarei consigo primeiro.

Entretanto o Sr. Secretário da Saúde há-de chegar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já estamos! Aliás o Sr. Deputado chama e nós levantamo-nos logo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente do Governo:

O Sr. Vice-Presidente tentou com alguma habilidade, é certo ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Obrigado!

O Orador: ... e reconheço, desviar o assunto e aquilo que é o principal que é aqui denunciado.

O Sr. Vice-Presidente vem dizer que a montanha pariu um rato...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... ou que nem um rato pariu e que veio denunciar-se aqui um caso. Vou dizer-lhe o seguinte: este caso lembra-me um, passado aqui há alguns anos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

O Orador: ... de autêntica perseguição que os senhores fizeram a um médico dentista em S. Roque do Pico. Sabem o que é que vos aconteceu Sr. Vice-Presidente, ou já se esqueceu? Foram condenados em toda a linha em tribunal, Sr. Vice-Presidente, e o caso é muito similar.

Mas, apenas trouxe este caso para exemplificar as violações grosseiras da lei feitas pelas Inspeções Regionais e pelos titulares de cargos políticos.

Os senhores relativamente ao caso concreto e dessa senhora que eu não conheço, tive conhecimento do caso por outra pessoa, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sabemos por quem!

O Orador: ... devo dizer-lhe uma coisa Sr. Vice-Presidente: se os senhores não condenam por provas, condenam invocando o dever de obediência. Isto neste processo é claro.

Se as provas não chegam, o processo foi arquivado por duas vezes, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não senhor!

O Orador: ... os senhores invocaram o subinspetor que ordenou à inspetora que por dever de obediência deduza acusação.

Se isso é de um estado de direito democrático Sr. Vice-Presidente, eu vou ali e já venho. Isso é de um estado totalitário, prossecutório dos mais elementares direitos das pessoas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: “Por dever de obediência deduza-se acusação”. É o que está lá escrito.

O que é interessante é que o Sr. Vice-Presidente não fez nenhuma referência à violação grosseira e brutal de dados por parte da SATA, que está obrigada ao sigilo e sobretudo quando o cidadão se tinha oposto veementemente a que os seus dados fossem divulgados.

Eu tomarei as devidas medidas, como já fiz no passado, em relação a outra companhia, de dar queixa da SATA, mas julgava, Sr. Vice-Presidente, que talvez não fosse necessário.

Julgava que fosse o senhor, que não tenho dúvidas que querera defender a justiça e a lei, a tomar essa iniciativa e a investigar se a SATA procedeu bem ao divulgar os dados de um passageiro, porque daqui para a frente nenhum de nós está seguro. Hoje estão os senhores no poder, mas amanhã estarão outros senhores.

Como aqui se dizia no passado também já se queimou documentos da Inspeção Administrativa Regional. Amanhã poderão não ser os senhores que estão no poder e também vão queimar os seus documentos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me diga! Queimaram? Não sei se queimaram!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor tem filhos e vai querer proteger a vida privada da sua família e dos seus filhos até à exaustão das suas forças.

A SATA violou gravemente a lei. O que está aqui em causa é uma violação da lei por parte da SATA e uma violação grosseira e buçal da lei por parte da Inspeção Regional de Saúde e por parte do Secretário Regional da Saúde. Aqui é que está o problema Sr. Vice-Presidente. Não venha com fogo à volta, vamos focar nesta violação da lei na SATA e na Inspeção Regional de Saúde. Vamos focar, aí. Se faz favor, a seguir vai explicar-me.

Sr. Secretário Regional, vou dizer-lhe uma coisa.

O senhor, já não é a primeira vez, que vem aqui com a sua habilidadezinha de insultar os Deputados e hoje fê-lo novamente.

Os Deputados aprovam leis, Sr. Secretário Regional, o que os Deputados às vezes não conseguem prever é que déspotas venham a exercer o poder. Isso é que os Deputados não prevêm porque a lei em si está bem feita Sr. Secretário Regional da Saúde. O artigo que o senhor citou está razoavelmente redigido. O problema é o modo como os senhores acederam aos dados. Esse é que é o problema. Não é o ter acedido, porque há regras, nomeadamente para os dados de saúde. Então cito outra lei, o artº. 7º., da Lei 67/98 da proteção de dados, ou esqueceu-se?

Cito outra lei: a Carta dos Direitos dos Doentes. Não citou. Esqueceu-se?

Portanto, o que é mais estranho é que foram pedir a uma IGAS, à Inspeção Geral das Atividades da Saúde, em Lisboa, (qual autonomia esta?) para um perito se pronunciar sobre um atestado de uma médica dos Açores.

Mas não se pronunciou sobre o atestado do médico do continente. Essa é que é engraçada. Era só sentido prossecutório.

Depois, sem mais nada, entra-se pelo consultório de um médico dentro...

Sr. Secretário, não se esqueça que o senhor não deixou de ser médico. O senhor continua a ser médico e continua a observar os deveres deontológicos e éticos da sua profissão. Não se esqueça nunca disso. É bom que tenha isso presente e neste caso violou-os todos, ao mandar para o Ministério Público um processo-crime contra a médica. O senhor violou tudo ao dar cobertura a um ato ilegal de busca a um consultório médico, Sr. Secretário.

A lei, efetivamente, diz que pode aceder aos dados, mas diz como pode aceder aos dados.

A lei processual penal é clara nessa matéria Sr. Secretário e diz como é que se deve aceder aos dados que são protegidos pelo segredo profissional e abrangidos pelo segredo profissional de médico.

Devia ter sido isso que o senhor devia ter procurado cumprir. Sabe que numa ficha clínica nem todos os dados são do paciente, também são do médico e tem anotações pessoais, por isso é que tem que ser garantido com intermediação médica para se tirar da ficha apenas o que é relevante para o caso e não pura e simplesmente assaltar um consultório ...

(Risos do Deputado Francisco César e do Secretário Regional da Saúde)

Deputado Francisco César (PS): Assaltar o consultório?!

O Orador: O senhor não se ria! Foi o que os senhores fizeram sob coação. Chegaram lá e disseram: “isto é o artº. 5º, do Decreto Legislativo que me dá poder de fotocopiar e levar o processo clínico”. É falso! É mentira! É violar a lei! Portanto, tem que haver consequências: ou demite-se o senhor ou demite-se o Sr. Inspetor Regional! Alguém tem que ser responsável por isso porque violaram grosseiramente a liberdade, a vida privada de um cidadão e violaram grosseiramente o segredo médico a que está obrigada uma médica. Violaram grosseiramente o Código Deontológico da Ordem dos Médicos, também uma lei especial aprovada com dois terços, como o senhor sabe, Sr. Secretário.

Violações foram várias: neste processo todo, Sr. Secretário Regional e Sr. Vice-presidente, os senhores violaram a Declaração Universal dos Direitos do Homem (artº. 26º. da Constituição) ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim!

O Orador: Sim. Sim. Vá ver! Os senhores estão a levar isso como uma brincadeira.

Sabe Sr. Vice-Presidente, vi há um bocado uma frase que achei interessante que é: “os déspotas mantêm-se no poder porque o despotismo dá ...”

Vou ler-lhe aqui uma frase Sr. Vice-Presidente: “o despotismo é sem dúvida a forma mais simples do poder. É baseado num conceito simples, o poder tem sempre razão”.

É isto que se está aqui a passar. Perante factos evidentes, violação dos mais elementares direitos dos passageiros da reserva da vida privada, por parte da SATA, o senhor diz: isto é uma brincadeira.

Violação das mais elementares regras de acesso a dados clínicos, protegidos por lei, dados sensíveis. O Sr. Secretário da Saúde ri-se.

Perante isto fazem queixa de uma médica, violam indecentemente o seu consultório, sob coação. O Sr. Inspetor Regional tem a lata de dizer “não me

pareceu que a funcionária apresentasse sinais físicos ou psíquicos de doença”. Mas então o senhor errou na profissão, devia ser médico! Ou então é usurpação de funções Sr. Vice-Presidente.

É nesse aspeto que eu me quero focar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Nos outros não lhe dá jeito!

O Orador: É na violação da lei, no acesso a uma ficha clínica, na violação da lei por parte da SATA e nas violações sucessivas da lei, relativamente aos direitos dos doentes.

Isto é que o senhor tem que explicar-me e isto é que é a devassa da vida privada de um cidadão, que também é crime, e é protegido constitucionalmente.

Sr. Vice-Presidente, de si esperava que o senhor me dissesse: “vou investigar, vou saber se a SATA forneceu estes dados e em que circunstâncias deu; se entraram de rompante no consultório da médica; se foi cumprida a lei de ter um médico a intermediar e o Representante da Ordem nessa busca e nessa apreensão de ficha clínica; vou saber se foi um juiz que o ordenou; vou saber se foram feitos todos os procedimentos legais”.

Era isso que eu esperava que o Sr. Vice-Presidente me dissesse: “se não foi assim eu vou garantir-lhe, Sr. Deputado, que vai ser assim”.

Era isso que o senhor devia ter dito. Em democracia era assim. Assim é que um Governo defende os cidadãos que o elegeram, Sr. Vice-Presidente. Não é na devassa da sua vida privada.

Por último, só uma palavra de solidariedade ao Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado San-Bento tentou intimidar o Sr. Deputado Paulo Estêvão para não defender a sua família, dizendo que não era caso para ser tratado na casa da democracia. Não é o sítio para todos nós defendermos aquilo que nos é mais sagrado, Sr. Deputado José San-Bento?

Estamos conversados e não tenho mais nada para lhe dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Se o senhor tivesse ouvido o que eu disse não dizia essas asneiras!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para encerrar este assunto ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Encerrar da sua parte!

O Orador: ... e para colocar este assunto onde ele deve estar.

Primeira questão: o que está aqui em causa, no processo que o Sr. Deputado Artur Lima fala, é um caso onde ficou provado que um funcionário da administração regional faltou a uma junta médica e que de acordo com o estatuto disciplinar foi feito um processo disciplinar na sequência dessa falta.

Segunda questão: o que ficou provado foi que de acordo com uma entidade independente (é extraordinário porque se nós recorrêssemos a um serviço da Região estávamos a instrumentalizar; recorremos a um serviço da República estamos a pôr em causa a nossa autonomia)...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Claro!

O Orador: Em que é que ficamos? Então não podemos recorrer a serviço nenhum.

(Aparte do Deputado Artur Lima)

O Orador: Registo para o diário das sessões que o Sr. Deputado Artur Lima considera que o Ministério da Saúde, a Inspeção Geral das Atividades em Saúde, não são pessoas sérias.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não foi isso que eu disse! Foi abusivo da sua parte!

O Orador: Retomando a questão essencial o que está aqui em causa é um funcionário público que falta a uma junta médica, que visa comprovar se a pessoa efetivamente está em condições de ausência ao serviço, no decurso de um auto de perícia médica, do Ministério da Saúde, do Governo da República, da Inspeção Geral de Atividades de Saúde que diz claramente que o atestado médico não é válido. Por um lado, porque foi passado num dia muito diferente

do dia em que foi registado o início da doença, ou seja, foi uma doença prevista com uma semana de antecedência, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... e cito o relatório da Inspeção Geral de Atividades de Saúde que “não há informações clínicas que justifiquem a sua incapacidade para o trabalho”. É disso que estamos a falar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: O processo disciplinar incide sobre estes dois factos: um no âmbito da saúde; outro no âmbito de procedimento disciplinar que obriga, evidentemente, um funcionário público, quando coloca um atestado médico, se assim for solicitador, a ir a uma junta médica. Esse funcionário faltou à junta médica. É só isto que está em causa. Não está em causa absolutamente mais nada.

Portanto, se isto é um tema desta Assembleia, o que é bom perguntar, sendo isto o conteúdo material deste processo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda às questões que eu lhe coloquei!

O Orador: ... é se consideram ou não (isso é bom para todos os funcionários públicos) que um funcionário público que estando de atestado médico falte a uma junta, é este o procedimento correto ou não? É apenas isto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: Em relação ao pedido de informação à SATA, este pedido faz parte das competências de instrução do processo disciplinar, no âmbito do artº. 36º. do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Públicos e que remete para o artº. 340º. do Código do Processo Penal, aliás como é feito em muitas outras situações. Esta não é exceção. O enquadramento legal está devidamente feito e enquadrado nesta matéria.

Deputada Zuraída Soares (BE): Parece o Memorando da Troika! Deturpa a Constituição!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que o senhor acabou de dizer é uma enormidade! É preciso tomar medidas!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta matéria que nós estamos aqui a abordar, o funcionamento, a transparência e a isenção da administração pública, são matérias que nós consideramos fulcrais, fundamentais e que em presença de uma suspeita, ou mais ainda, de factos comprovados, naturalmente que estamos perante situações com gravidade, que justificam a urgência dos debates.

Pelos factos já aqui relatados só uma consciência pouco tranquila é capaz de considerar que aquilo que aqui estamos a discutir e os relatos que aqui foram feitos, são matérias lamentáveis e vergonhosas.

Sr. Deputado José San-Bento, cada cidadão que é vítima do abuso e prepotência da administração e mais ainda dos seus dirigentes, deve, principalmente a nós que somos titulares de cargos políticos, todo o respeito e solidariedade...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor percebeu o que eu disse? Não percebeu!

O Orador: ... e da parte de quem exerce o poder a firme determinação de o reparar, reparar esse erro, e de ressarcir os lesados.

Estranho conceito de democracia, de legalidade e de legitimidade política tem este Partido Socialista.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando um Membro do Governo requisita e nomeia a sua mulher para funções públicas, em departamentos da administração, isso é legal e politicamente legítimo. Nem sequer vou discutir isso. Mas discuto que aqui se considere que já não é razoável, nem politicamente legítimo, um Deputado aqui defender a sua mulher nas circunstâncias em que foi dito.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é a interpretação da sua parte!

O senhor tem uma espinha atravessada na garganta, reconheço-lhe!

O Orador: Portanto, é um estranho conceito de democracia, de legalidade e de legitimidade política.

O Sr. Deputado San-Bento diz que não basta gritar para ter razão, é verdade! Não basta gritar para ter razão, mas também não basta ter a maioria absoluta e ter o poder para ter toda a razão.

A transparência e isenção da administração pública são premissas para o PSD, consideradas indispensáveis à consolidação da democracia e à credibilização dos agentes políticos.

Sem transparência e isenção fica minada a relação entre os cidadãos e a sua administração, fica hipotecada a justiça, assim como a confiança e a segurança que são devidas num estado de direito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Entendemos assim que nunca é vão o esforço que a administração pública, por intermédio da classe política, pode e deve fazer, em benefício de uma ética exemplar posta ao serviço dos cidadãos e do bem comum.

Quando defendemos a transparência não estamos necessariamente a insinuar actos de corrupção, de peculato, de verbas avultadas, de negociatas milionárias. Estamos simplesmente a defender princípios elementares, mas também constitucionais da legalidade, da igualdade, da imparcialidade, que são convocados, todos os dias, na relação entre a administração e o cidadão.

É aqui, nestas questões da igualdade, da imparcialidade, da legalidade, que se coloca com muita premência o problema da transparência. É neste domínio que nos Açores há um caminho longo a percorrer e tem que ser percorrido, com a consciência dos erros cometidos com determinação e com denúncia, quando for caso disso.

A concessão de auxílios financeiros é provavelmente a área que mais escapa aos princípios que aqui anunciamos.

Daí que, no entender do PSD, a concessão de auxílios financeiros públicos deva obedecer a um conjunto de regras e condições consagradas em regimes jurídicos ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é um grande exemplo!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quais eram as regras que havia quando o senhor estava no Governo?

O Orador: ... específicos da matéria, ou área apoiada, regimes jurídicos que têm a obrigação de garantir os princípios constitucionais da legalidade, da igualdade, da imparcialidade e transparência, consubstanciados na descrição concreta das condições e formas de acesso aos apoios; dos critérios de avaliação e de apuramento dos valores a conceder; direitos e obrigações dos candidatos e das entidades concedentes; devem ainda estabelecer as formas de controlo a exercer pelas entidades concedentes, necessárias à correta utilização dos dinheiros públicos; os propósitos e objetivos que motivaram a criação do sistema de apoio.

Vou fazer uma citação: “O histórico da avaliação aos apoios financeiros pagos pela Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia e da anterior Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, evidenciou índices significativos ...

Deputado Berto Messias (PS): Essas sondagens estão a fazer mossa!

O Orador: ... de ausência, omissão ou inadequado enquadramento legal”, diz o Tribunal de Contas.

A reincidência nessa forma de gerir a coisa pública, não pode escapar a uma enérgica censura pública e política, precisamente quando aqui estamos a tratar de questões de transparência e da imparcialidade.

De pouco adianta colocar a questão da dimensão, só de interpretação da lei ou dos meros conceitos, ...

Deputado José San-Bento (PS): São suspeitas!

O Orador: Não são suspeitas Sr. Deputado José San-Bento!

... são factos que sustentam a reprovação daqueles actos pelo Tribunal de Contas.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si!

O Orador: Na auditoria de 2012, feita pelo Tribunal de Contas à gestão do departamento do então Secretário José Contente, foram detetadas situações, no mínimo, estranhas.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si, Sr. Deputado Duarte Freitas!

O Orador: Primeira: o Secretário José Contente não informou o Tribunal de Contas sobre 5,6 milhões de euros, qualquer coisa como 47% da totalidade dos

apoios concedidos (5,6 milhões de euros concedidos escaparam, não foram comunicados ao Tribunal de Contas).

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não há papéis!

O Orador: Segunda curiosidade estranha: dos 6,4 milhões de euros reportados ao Tribunal, 49% dos pagamentos, metade dos pagamentos, foram realizados sem enquadramento legal.

Estamos a falar de transparência. Estamos a falar de igualdade. Estamos a falar de imparcialidade.

Terceira curiosidade: três quartos dos pedidos formulados para obtenção desses apoios, dos tais 6,4 milhões de euros, não apresentam suporte documental sobre a finalidade e o quantitativo do apoio requerido.

Deputado Francisco César (PS): Suporte documental era noutros tempos! Faltavam documentos!

O Orador: Quarta curiosidade: só 74% dos 6,4 milhões, ou seja, só três quartos dos dinheiros concedidos, foram aplicados pelos beneficiários. Resta saber o destino dado a mais de meio milhão de euros.

Aliás, o Secretário José Contento nunca solicitou aos beneficiários os documentos comprovativos da aplicação dos apoios.

De forma implacável sentencia o Tribunal de Contas, e cito: “O controlo dos apoios é negligenciado pela Secretaria em todas as fases do processo, desde o pedido de apoio à sua aplicação”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ih! É o meu dinheiro!

O Orador: É mais uma peça que se repete ininterruptamente num puzzle regional construído pelo Governo Regional e pelo PS, que nada abona a favor da democracia, da sua eficiência e da relação de confiança que tem de existir entre os cidadãos e a administração.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder a algumas perguntas e sobretudo dar alguns dados concretos referentes à intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares e do Sr. Deputado Paulo Estêvão que tem a ver com a Inspeção Regional de Educação.

Sra. Deputada, suponho que sugeriu, e o Sr. Deputado também, que a Inspeção só se ocupava da Escola Mouzinho da Silveira, do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores querem ouvir o que não se disse!

O Orador: Só para dar informações a esta Casa, em 2013, no ano corrente (estamos a meio do ano), existem nove ações inspetivas da IRE, vou dizer as escolas.

Intervenções inspetivas: Ponta Garça, Antero de Quental;

Processo de Inquérito: Mouzinho da Silveira, Vila Franca do Campo;

Processos disciplinares: temos na Calheta, na Vitorino Nemésio, nas Capelas, no Conservatório de Ponta Delgada e na Escola Básica e Secundária da Povoação.

Em 2012 houve 40 ações.

5 intervenções inspetivas: Canto da Maia, Cabo da Praia, EBI de Angra do Heroísmo, EBI da Praia da Vitória, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade;

14 processos de inquérito: Escola Básica e Integrada Canto da Maia (aí são 3),

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só no Corvo foram 7!

Deputada Zuraida Soares (BE): A questão é essa, foram 7!

O Orador: Não, não Sra. Deputada. É muito fácil levantar bocas e suspeitas. Agora vamos aos números.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, não fale mais! Já chega!

O Orador: ... Escola Secundária da Ribeira Grande, Escola Secundária da Povoação (3), Escola Básica Secundária Tomás de Borba, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor só nos está a dar razão!

O Orador: ... Nordeste, Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, Lajes, Rabo de Peixe, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No Corvo, 7!

O Orador: ... EBI de Canto da Maia, mais uma da Mouzinho da Silveira, integrada no processo anterior, EBI da Horta.

21 processos disciplinares: Povoação (3), Capelas, Roberto Ivens, Ribeira Grande, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): No Corvo, 7!

O Orador: ... Tomás de Borba, Velas, Antero de Quental, Roberto Ivens, Furnas, Calheta, aqueles 5 processos que já foram referidos do Corvo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No corvo, 7!

O Orador: ... EBI da Horta ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E no Corvo, 7!

O Orador: ... e Escola Secundária Vitorino Nemésio.

Portanto, o Corvo, felizmente, é uma escola como as outras ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É mais complicada!

O Orador: ... tem menos alunos, mas as pessoas estão lá.

Portanto, esses números são assim. Ninguém anda a perseguir ninguém.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Ninguém anda a perseguir ninguém!” O senhor não diga isso!

O Orador: Onde há situações que é necessário investigar, investiga-se.

Só mais uma correção Sr. Deputado. O Sr. Deputado referiu 7 inspeções à escola do Corvo. Não. São dois processos. Acontece é que os inspetores tiveram que ir lá várias vezes.

Portanto, não confundamos deslocações dentro de um processo, com processos.

Apenas há dois processos na Escola Mouzinho da Silveira.

Sr. Presidente era isto que eu tinha a acrescentar.

Deputado Paulo Estêvão (CDS-PP): Foram 7!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Insisto em recentrar o debate naquilo que é importante e o senhor vai fazer o favor de recentrar o debate naquilo que é importante, porque na resposta que o senhor aqui deu, o senhor sabe que a SATA está obrigada a convenções internacionais, que têm que as respeitar, não apenas a um estatuto disciplinar que não permite ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Código do Processo Penal!

O Orador: O Código do Processo Penal permite sobre determinadas circunstâncias o acesso a dados pessoais.

Vou ler-lhe, o que aqui tenho, por exemplo para o acesso a um consultório de advogado ou de médico, o Código do Processo Penal prevê: “Tratando-se de busca em escritório de advogado ou consultório de médico, ela sob pena de nulidade, (que é o que vai acontecer neste caso) é presidida pessoalmente pelo juiz, o qual avisa previamente o Presidente Local da Ordem dos Advogados, ou dos Médicos conforme o caso, para que o mesmo, ou um seu delegado, possa estar presente”. Tem regras Sr. Vice-Presidente.

Como o senhor sabe, até de um outro processo, que decorreu também no âmbito da saúde curiosamente, a TAP recusou dar os dados sem a fundamentação, sem a devida tramitação e sem o processo legal total, nomeadamente com a intervenção do INAC, que é quem regula o transporte aéreo de passageiros.

O senhor sabe que aqueles dados são absolutamente confidenciais. O que é que na palavra confidencial, o Sr. Vice-Presidente não percebe?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Irrevogável!

O Orador: Eu não estou a brincar Sr. Vice-Presidente, eu estou a falar de coisas sérias, de um estado de direito...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Irrevogável era a brincar?

O Orador: ... de devassa da vida privada dos cidadãos ao mais alto nível, quer seja no transporte aéreo, quer seja no seu emprego, quer seja na saúde, seja onde seja.

Neste momento os cidadãos nos Açores, com estes dois exemplos que o senhor admite, não têm garantias de um estado de direito democrático.

É isso que aqui fica em conclusão deste debate Sr. Vice-Presidente, nos Açores. O senhor não conseguiu. Tentou ir para um pequeno pormenor. A mim não me interessa as diligências processuais que o senhor fez e se a senhora estava doente ou não, se estava de férias ou não. O que me interessa é o modo legal de acesso e de violação da lei, para conseguir meios de prova. Isso é que é grave Sr. Vice-Presidente. O Presidente do Conselho de Administração da SATA pessoalmente assina o ofício em que diz o dia em que a senhora fez a reserva, quanto custou o bilhete, que tarifa foi, em que dia vai embarcar, em que dia embarcou e como. Isto é devassa da vida privada, pura e simples.

Quantos casos haverão Sr. Vice-Presidente? Sabe por quê? Porque as pessoas estão indefesas, porque os senhores são prepotentes e se não lhes aplicam a pena por prova, aplicam por dever de obediência e depois as pessoas não têm dinheiro para ir para advogados, para se defenderem da vossa prepotência.

Os que têm dinheiro vão para o advogado. Dos casos que eu conheço ganharam a perseguição que os senhores fizeram, nomeadamente no Centro de Saúde de S. Roque do Pico aqui há seis anos, ou o senhor já se esqueceu? Perderam em toda a linha e foi um processo muito semelhante a este de devassa de vida privada, de devassa de ficheiro clínico. Os senhores perderam.

Agora o que é estranho é por que é que os senhores não pediram, aliás, a IGAS neste relatório que o senhor também refere, omite aquilo que não pode ser revelado publicamente, omite uma série de coisas, tem o cuidado de as omitir. Não as revela. No processo disciplinar feito nos Açores é tudo revelado preto no branco. Aqui não, é tudo omitido.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tudo?

O Orador: O nome da médica, a especialidade da médica. Tudo o que é dados pessoais, são omitidos aqui porque têm que ser. É feito com cuidado. Não com o desvelo que é feito nos Açores e com a prepotência que é feita nos Açores.

Mas sabe Sr. Vice-Presidente, o senhor quer branquear isto, isto é, violar a lei da privacidade, das pessoas, no mais ínfimo pormenor.

Isso para si não diz nada...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diz tudo!

O Orador: ... mas para mim diz tudo.

Para nós, Sr. Vice-Presidente o caso não fica por aqui. Não fica por aqui porque vamos responsabilizá-los até às últimas instâncias que nos for possível.

Já aconteceu também noutros casos, Sr. Vice-Presidente, e com esse Inspetor Regional que perdeu em toda a linha, como o senhor também bem se lembra e esse ainda está a decorrer. Mas já perdeu em toda a linha.

Portanto, prepotência, perseguição, violação da lei, dos mais elementares direitos, liberdades e garantias dos cidadãos nos Açores, que os senhores deviam ser o primeiro garante. Quando se olhar para o Governo Regional dizer: “ali estamos seguros, ali não há violação da lei, aquela gente defende, cumpre a Constituição, cumpre a lei”. Mas não. “Aquela gente viola a Constituição, não cumpre a lei e persegue pessoas e cidadãos quando lhe interessa e quando lhe dá jeito”.

É o que se passa e profissionais de saúde, neste caso, são perseguidos por terem passado um simples atestado.

Sobre a matéria do atestado nem sequer vou discuti-la aqui consigo, porque não vale a pena discutir aqui consigo.

Quando se vem dizer que não está fundamentado num atestado, essa é doutrina nova que quando um médico passa um atestado tem que o fundamentar. Essa é doutrina nova e só quem não é médico é que não sabe e quem é médico e faz que não sabe é “pior a emenda que o soneto”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Mas está vinculado a um juramento que fez (está vinculado) e não deixou de o ser e por isso há-de ser responsabilizado também.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu trouxe este assunto ao Parlamento com a responsabilidade de assumir as consequências políticas e cívicas dessa ação. Não o trouxe gratuitamente. Não vim aqui dizer umas coisas para influenciar qualquer tipo de processo. Não vim aqui tratar de um caso particular e não tirar as devidas consequências, no âmbito da sociedade em que nós vivemos.

O que eu vim aqui dizer é que esta questão, eu não tenho qualquer dúvida, irá terminar como a outra em que a Secretaria Regional da Educação foi condenada da colocação ilegal do funcionário.

Agora a questão jurídica, a mim, não me chega. Não tenho nenhuma dúvida que este caso vai terminar quando chegar aos tribunais e há um ano que está para chegar lá, mas quando chegar aos tribunais esse caso termina aí.

Mas a questão desta vez não fica aí! Não fica aí! Eu quero responsabilidades políticas de quem deu os despachos para que esses procedimentos fossem seguidos. Quero responsabilidades políticas de quem analisou estas questões e durante um ano submeteu uma pessoa a este tormento. Eu já vos disse o que isto significa para as pessoas serem perseguidas durante um ano. Um ano, meus senhores! Com preocupações todos os dias, com preocupações do que é que vai acontecer, a seguir que mais falsidades vão ser inventadas e a seguir mais cartas anónimas, porque a seguir vem outra. Esta chegou lá, é falsa. Sim senhor! Mas nada diz que não pode sair outra.

Isto é viver na inquisição, isto é viver nos tempos da PIDE, meus senhores.

Os senhores não sabem o sofrimento que isso significa e os Deputados têm obrigação de trazer estes problemas aqui. Agora, têm obrigação, assumindo as responsabilidades. Foi o que eu fiz.

Eu assumo a minha responsabilidade política.

Se se provar que eu trouxe aqui gratuitamente este assunto e que o que trouxe aqui de uma forma injusta, que a justiça não venha a dar-me razão, meus

senhores, eu assumo essas responsabilidades. Eu queria que todos os que aqui estão fizessem a mesma coisa que eu, porque isto é que é política com maiúsculas, é assumindo as responsabilidades, não é fugindo das responsabilidades e do que se diz. O que se disse ficou dito e depois dali a quatro meses já está esquecido. Não! Não! Eu assumo as responsabilidades mas quero que os senhores assumam as vossas.

Isto é fundamental. Eu trouxe este caso, mas há muitos outros nesta Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ui!

O Orador: ... de pessoas que são perseguidas sistematicamente pelo poder. Hoje num *blog*, um psicólogo da Graciosa, por exemplo, escreve umas coisas contra o Governo e já diz que nunca mais quer regressar à ilha, porque já percebeu que será perseguido.

Deputado José Ávila (PS): Oh senhor! Pelo amor de Deus! Não sabe do que é que está a falar!

O Orador: Isto foi dito através da comunicação social e com uma decisão por uma entidade competente em relação a esta matéria. Os senhores podem discuti-la, mas ela foi tomada.

Agora, o que eu acho que é fundamental é que nos Açores se respeite a democracia e se respeite a liberdade de expressão. Que as pessoas critiquem o Governo, livremente, sem medo. Se dão aulas numa determinada zona, numa determinada escola, se são funcionários da administração regional, que não tenham medo, que digam livremente aquilo que pensam e que isso não tenha qualquer tipo de efeito no seu serviço, não tenha qualquer tipo de efeito quando a administração a partir daí, tentará encontrar a mais mínima falha, para lhe tornar a vida num inferno.

Meus senhores, quantos é que se atrevem, hoje em dia, a dizer aquilo que pensam?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Muito poucos, cada vez menos, porque as pessoas não são verdadeiramente livres, porque estes casos, bastam 5 ou 6 exemplares, para que

toda a gente se cale e toda a gente faça aquilo que os senhores pretendem, que ninguém se oponha ao Governo Regional.

Deputado Berto Messias (PS): Basta ler os jornais!

O Orador: Meus senhores este é um péssimo caminho. São 17 anos de poder. São 17 anos em que a liberdade de expressão tem vindo a ser coartada.

Nós estamos aqui a apresentar este exemplo e esta discussão é fundamental. É uma discussão olhos nos olhos, é uma discussão em que nós assumimos a responsabilidade de trazer-vos aqui estes assuntos.

Eu tenho absoluta certeza que muitos milhares de açorianos concordam e sabem que é verdade este assunto que nós trouxemos aqui; sabem que a sua liberdade está coartada; sabem que não podem dizer verdadeiramente aquilo que pensam e se estiverem na administração pública regional as consequências podem ser gravíssimas. A mim preocupa-me esta questão. Preocupa-me por todos os açorianos, até porque tenho um exemplo concreto e não me posso calar, porque tenho uma enorme revolta contra esta situação, porque sou um homem livre e sempre o serei. Sempre direi aquilo que penso e ninguém, em nenhuma situação, retirar-me-á algum dia essa liberdade.

É este exemplo que eu vos trago aqui, assumindo as responsabilidades.

Mas a questão fundamental é: que democracia é esta? Que democracia é esta que nós criámos nos Açores? Que democracia é esta que toda a gente tem medo de dizer aquilo que pensa? Se disserem a favor do Governo, podem dizer, não há problema nenhum, não tem qualquer tipo de problema. Mas se tiverem que criticar as decisões do Governo Regional, meus senhores, as consequências podem ser gravíssimas, porque a vida pode ser um inferno. Aquele processo pode arquivar ao fim de um ano e arquivou. E todas aquelas noites? E aquela preocupação? E aquela questão que todos os dias, todos os dias massacrou as pessoas? E a total falta de confiança que a hierarquia, a tutela, podendo encontrar mais um motivo, não irá perder uma segunda ou terceira oportunidade?

Quem é que hoje da oposição se atreve a desempenhar funções na administração pública? São cada vez menos.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter muita lata!

O Orador: São cada vez menos meus senhores.

Eu posso deixar um conselho de vida a quem faz essa travessia: se o fizerem, se vierem a assumir responsabilidades na administração regional, meus senhores, muito cuidado, porque serão perseguidos.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é só asneiras!

O Orador: Então a partir daí e se fizerem essa travessia não critiquem o Governo meus senhores! Não coloquem as decisões do Governo Regional no tribunal e não alcancem a vitória no Supremo Tribunal Administrativo. Não façam, meus senhores! O perigo é grande para as vossas famílias e para a vossa situação do ponto de vista profissional e pessoal.

Meus senhores, é este testemunho que eu aqui quero deixar.

Voltaremos a este assunto dentro de alguns meses com certeza e depois poderemos comprovar quem falou e não falou de uma forma gratuita.

Deputado Berto Messias (PS): Paulo Estêvão está novamente em greve de fome!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a última intervenção, seguramente, gostaria de tirar algumas conclusões deste debate que aqui foi feito.

Ao contrário do que aqui foi dito, este debate versa sobre uma situação potencialmente grave e que reclama uma resposta urgente. Por quê? Porque a base, a essência deste debate é o abuso de poder.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

A Oradora: Penso que isso ficou completamente esclarecido.

Portanto, para quem diz que este debate não tem razão de ser porque não versa uma situação potencialmente grave e a reclamar uma resposta urgente, está completamente enganado como todos e todas tiveram oportunidade de verificar.

Depois, por que é que estamos a tratar de abuso de poder? A pergunta que eu deixo, e deixo aos açorianos e açorianas em particular, é esta: quem é que na nossa Região está a salvo da devassa completa da sua vida, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que é a questão!

A Oradora: ... em nome de um processo disciplinar que não está em causa, nem ninguém discute? O que está em causa, Sr. Vice-Presidente, são os métodos ilegítimos, ilegais utilizados pelo Governo Regional, ao levantar esse processo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os meios, ilegítimos!

A Oradora: Isto é que está em causa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que está em causa!

A Oradora: O que eu pergunto aos açorianos e açorianas é: quem é que está a salvo, de hoje para amanhã, da devassa da sua vida, ao nível das viagens que faz, quando é que as marca, os horários das viagens, o modo de pagamento dessas viagens, a evocação do princípio de obediência para obrigar um funcionário com responsabilidades a fazer aquilo que ele considerava que não devia fazer?

Sr. Vice-Presidente, já agora, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grotesco!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não fale disso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falo sim senhor!

A Oradora: Sr. Presidente, eu queria continuar.

Presidente: Sra. Deputada faça favor de continuar.

A Oradora: Como estou a dirigir-me ao Sr. Vice-Presidente gostava de ter a graça de que ele ouvisse o que estou a dizer.

Presidente: Sra. Deputada, vou pedir que todos tenham atenção à sua intervenção. Faça favor de prosseguir.

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, perseguição neste contexto quer dizer apenas uma coisa: quer dizer que os trâmites legais não foram cumpridos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foram!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foram!

A Oradora: Quando, para se levantar um processo a uma pessoa independentemente da legitimidade da justiça desse processo, se subvertem todas as leis e faz-se aquilo que não se pode fazer, isto é perseguição e é abuso de poder.

Eu lamento imenso que o Governo Regional tenha tido uma oportunidade nesta casa, durante toda a manhã, de dizer “vou averiguar o que é que se passou; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não fez!

A Oradora: ...vou averiguar o que é que se está a passar com alguns Inspectores Regionais da nossa função pública; assumimos aqui a responsabilidade de que este caminho não voltará a ser trilhado”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é triste, Sr. Vice-Presidente!

A Oradora: Não, ao contrário, tudo aquilo que os senhores fizeram foi minorizar as queixas das pessoas, transformar isto numa coisa absolutamente inacreditável e que não vem ao caso, tentando-se proteger, fazendo uma blague, uma banda desenhada daquilo que é grave e daquilo que é abuso de poder.

Isto vindo do Governo Regional do PS é duplamente lamentável, na minha opinião modesta, Sr. Vice-Presidente.

Depois foi também aqui dito que as pessoas de uma maneira geral no nosso País, por razões que todos conhecemos, a começar pelas dificuldades económicas que vivem, têm medo de falar. Pois têm. Têm medo de perder o emprego. As pessoas estão resignadas, estão assapadas pelo pânico. Pois estão. Mas quando elas falam, Sras. e Srs. Deputados, quando elas ousam dar a cara, dar a voz, dar o nome, o que é que nós fazemos como seus representantes? Se nós viramos a cara e fingimos que não vemos, não lemos, não ouvimos, aquilo que estamos a fazer é que hoje tenham medo, estejam resignadas, mas a seguir têm esperança e nós temos o completo descrédito do nosso papel, do papel de representantes destas pessoas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, trazer a esta Casa, que é a Casa da democracia, as denúncias, as queixas, as convicções dos cidadãos e das cidadãs que estão lá fora é a nossa obrigação como Deputados e Deputadas.

Deputado Berto Messias (PS): Sim, sim! A senhora precisa de violinos de fundo!

A Oradora: É nossa obrigação para credibilizar uma classe que também por esta razão está completamente descredibilizada na praça pública.

A seguir, ao contrário do que aqui foi dito, ninguém está aqui a pôr em causa os funcionários públicos Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Berto Messias (PS): Claro, claro! Violinos!

A Oradora: Não, não. Isso é a demagogia que vos dá jeito.

O que nós estamos aqui a pôr em causa ...

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: Sr. Presidente tenho que gritar?

Presidente: Sra. Deputada tem toda a razão.

Os apartes são regimentais, mas a conversa entre bancadas é capaz de não ser. Agradecia que fizessem algum silêncio para a Sra. Deputada Zuraida Soares continuar a sua intervenção.

A Oradora: Muito obrigada.

O que nós estamos aqui a pôr em causa, com toda a clareza e sem nos escondermos atrás de coisa nenhuma e de ninguém, é o comportamento de altos quadros da função pública, que respondem politicamente ao Governo.

Ninguém está aqui a pôr aqui em causa os funcionários públicos, mas é curioso que os mesmos funcionários públicos que hoje são tão bons, e na sua esmagadora maioria na realidade são, o ano passado foram espoliados pelo Governo Regional e pelo partido da maioria, que hoje os elogia tanto, do subsídio de férias e do subsídio de Natal.

Deputado José San-Bento (PS): Só faltava essa!

A Oradora: O ano passado não foram bons de certeza, por isso ficaram de castigo.

Demagogia é não reconhecer aquilo que está errado e não assumir o compromisso perante o povo açoriano: “Nós, Governo Regional, vamos tratar

do assunto e vamos tratar de pôr rigor, isenção e transparência nos locais da administração pública onde ela não esteja presente”.

Nem uma palavra foi dita neste sentido ao longo de uma manhã.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria usar da palavra tentando fazer uma intervenção rápida e de alguma forma apresentar aqui as nossas conclusões, que no fundo reiteram aquilo que eu já tinha afirmado, mas não posso deixar de fazer uma referência à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado e para desde logo salientar um facto que não pode deixar de ter leitura política.

O Sr. Deputado Joaquim Machado é também o ilustre dirigente dos TSD nos Açores e nós registamos que na intervenção que fez não apresentou nenhuma referência em relação a um aspeto que por vezes, no passado, o PSD muito falava em relação à integridade dos júris dos concursos públicos e de admissão de pessoal.

Isso não pode deixar de merecer um registo e é também de saudar, porque isto representa no fundo um consenso que também nos parece importante.

Queria também salientar, Sr. Deputado, que foi infeliz na forma como derivou a sua intervenção, mas é um aspeto que eu concordo consigo. Foi possível intuir da parte da sua intervenção que o senhor tem a mesma opinião que eu, ou seja o senhor acha de facto que o Dr. José Contente vai vencer as eleições municipais em Ponta Delgada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foi notória essa sua preocupação, compreendo e concordo consigo. Agora, é bom que nós nos entendamos em relação àquilo que está em causa e o que não foi feliz, Sr. Deputado, foi a forma como o senhor, com a habilidade que lhe reconheço, procurou pôr em causa a idoneidade do Dr. José Contente, enquanto foi governante e na atual condição de candidato.

Vamos ver se nos entendemos: nós estamos a falar de alguns valores que são contestados pelo Tribunal de Contas, mas que representam já uma ínfima parte, face àquilo que era a realidade nos tempos dos governos do PSD, nomeadamente nos governos que o Dr. Joaquim Machado fez parte.

Portanto, houve aqui um percurso impressionante (o Sr. Deputado Humberto Melo certamente que atesta isso) de conformação desses apoios com o enquadramento legal e o que resta, que é muito pouco, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Foram eleitos em 96 para fazer diferente, mas está igual!

O Orador: ... (e que contrasta em absoluto com os tempos do PSD, dos governos do PSD) são aspetos que - a Região e inclusivamente alguns dos nossos Deputados - ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... têm a ver com a interpretação que é dada, porque nós e os Membros do Governo consideramos que, quer o Estatuto Político-Administrativo da Região, quer a própria Orgânica do Governo, que não é um Decreto Legislativo Regional, é um Decreto Regulamentar Regional (e sem querer aqui aprofundar muito a questão) isso tem implicações diferentes do ponto de vista da formulação do juízo do Tribunal de Contas, cria aqui uma área onde o Tribunal considera que é necessário haver melhor precisão e documentação desses apoios.

Agora, é bom que se diga a verdade: esses apoios estão nas instituições. É possível constatar isso, escrutinar isso e que isso fique bem claro.

Portanto, não vale a pena aqui atirar uma mancha, nem atirar lama para cima de cargos e de desempenhos que foram muito positivos.

Isso tem que ficar absolutamente claro e isso é muito diferente doutros tempos, de tempos em que os papéis desapareceram, ...

Deputado Francisco César (PS): Eram queimados!

O Orador: ... tempos em que até se fizeram fogueiras para queimar papéis.

Felizmente, esses tempos há muito foram ultrapassados.

Quanto ao debate em si, continuo a referir que do nosso ponto de vista houve aqui um esforço muito grande para tentar provar uma urgência que afinal não era urgente e houve aqui uma tentativa de um caso isolado, de um caso particular, partir para uma generalização que do nosso ponto de vista é injusta e irresponsável e lança um manto sobre toda a administração pública e isso nós não podemos aceitar.

Para terminar, basta lembrar este aspeto.

O primeiro proponente que usou da palavra na tribuna referiu que estávamos perante uma pressão intolerável e antidemocrática, um assunto que devidamente escalpelizado e confrontado, no fundo é uma questão de proteção de dados, da parte de uma companhia de transporte aéreo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acha pouco?

O Orador: Não estou a dizer que é pouco, isto não é, como é evidente para todos, uma pressão intolerável e antidemocrática, Sr. Deputado. É isso que está em causa.

Tenho dito.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Falta um minuto para as 13 horas.

Vamos fazer a interrupção para o almoço.

Vou pedir ao Sr. Secretário para anunciar os tempos que faltam a todos os partidos e Governo Regional.

Secretário: Governo Regional – 9 minutos e 40 segundos;

PS - 4 minutos e 30 segundos;

PSD - 15 minutos;

CDS- 4 minutos;

BE - 19 minutos e 10 segundos;

PPM -5 minutos;

PCP - 8 minutos e 10 segundos.

Presidente: Muito obrigado.

Retomaremos os nossos trabalhos às 15 horas com o mesmo ponto da Agenda.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 04 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate de Urgência sobre a Administração Pública: funcionamento, transparência e isenção, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e Representações Parlamentares do BE e PPM.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria gostaria, nesta fase, de dizer o seguinte.

Nós estamos a falar sobre uma matéria onde, felizmente, para os funcionários públicos dos Açores, os Açores serão a única Região do País onde os funcionários públicos têm o seu trabalho assegurado, com segurança, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos à matéria de facto!

O Orador: ... com estabilidade e sem sobre eles impender qualquer risco de despedimento arbitrário.

Ao contrário do resto do País, onde exatamente se propõe acabar com a segurança no trabalho na relação jurídica de emprego da administração pública, onde o PSD e o CDS-PP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Até que enfim que diz o nome certo!

O Orador: ... propõem que os funcionários públicos passem a poder ser despedidos sem qualquer critério objetivo e onde possam efetivamente passar de um momento para o outro a uma situação de desemprego, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não vá para aí inventar!

O Orador: ... neste contexto penso que é extremamente interessante falar sobre esta matéria onde nos Açores pretendemos manter a relação jurídica de estabilidade de emprego da administração pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos à matéria de facto, à perseguição na função pública!

O Orador: Por isso sobre a segurança, a estabilidade do emprego na administração pública e sobre a relação sem qualquer condicionante do exercício da atividade de funcionários públicos, os Açores são sem dúvida um exemplo, e infelizmente, uma exceção no contexto nacional.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto relevante nesta matéria é que conforme foi comprovado na última greve geral e de acordo com as declarações dos responsáveis das centrais sindicais, nos Açores houve uma adesão muito pouco significativa à greve geral por parte dos funcionários públicos, justificando as centrais sindicais pelas condições efetivamente melhores que os funcionários públicos têm nos Açores, em relação ao resto do País ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E as 40 horas, como é que vai ser?

O Orador: ... e pela satisfação dos funcionários públicos nos Açores, em relação à regulamentação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Vice-Presidente sabe mais do que aquilo que lhe ensinaram!

O Orador: Portanto, factos são factos. Estas matérias são irrevogáveis e sobre isto todos estamos devidamente esclarecidos.

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para deixar o Sr. Deputado Artur Lima mais tranquilo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, muito obrigado!

O Orador: ... relativamente à questão da deontologia médica porque no artº. 2º. do Código Deontológico da Ordem dos Médicos pode ler-se que “as

disposições reguladoras da deontologia médica são aplicadas a todos os médicos no exercício da sua profissão”.

Como sabe a minha profissão neste momento é de Secretário Regional de Saúde e não de médico, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sua profissão?

O Orador: ... ou seja, estou no exercício de funções públicas ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah!

O Orador: ... pelo que a sua preocupação, relativamente à questão de eu ter que responder à Ordem dos Médicos deontologicamente sobre esta questão, acho que não se põe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ter!

O Orador: No entanto, e para que possa ficar esclarecido, relativamente ao envio para o Ministério Público naquilo que são as ações inspetivas do IRE (deixe-me aqui fazer um pequeno parêntesis) como sabe, como Secretário Regional não interfiro naquilo que é a ação inspetiva do IRE. O IRE é um órgão sobre o qual nós não temos uma tutela ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que nomeia!

O Orador: ... no sentido de acompanhar diretamente aquilo que são as suas ações inspetivas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Santa Maria!

O Orador: ... porque o próprio IRE tem capacidade de abrir ações inspetivas quando assim o desejar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E... O senhor é que manda aplicar!

O Orador: Agora, aquilo que lhe posso dizer relativamente à questão do Ministério Público é que não é decidido pelo Secretário Regional da Saúde.

O envio ou não dessas ações inspetivas para o Ministério Público é regulamentado pelo artº. 242º., alínea b), do Código do Processo Penal, ou seja, sempre que o Inspetor Regional da Saúde identifique que existe matéria que evidencie um potencial ou eventual crime, é sua obrigação, ou seja, não é sequer uma decisão da tutela, é algo que é feito sem que haja interferência

direta da tutela, o envio dessa informação para o Ministério Público porque é obrigação do IRE, segundo o artigo que acabei de citar.

Devo dizer também que a Ordem dos Médicos teve exatamente a mesma preocupação que o Sr. Deputado, mas teve pelo menos a preocupação também de se dotar de alguma informação jurídica antes de fazer essas acusações que o Sr. Deputado fez.

Foi pedido por parte da Ordem dos Médicos um parecer ao seu consultor jurídico, Dr. Paulo Sancho, no dia 29 de outubro de 2012, que eu como médico tive acesso porque a Ordem dos Médicos ainda não me tinha retirado dos seus ficheiros de envio de e-mail e enviou-me este parecer, no qual diz claramente isto: “No que respeita à fiscalização é de sublinhar que os inspetores da IRE têm direito a aceder diretamente aos processos clínicos dos doentes, sempre que tal se mostre necessário ao fim da sua ação inspetiva.

Embora não decorra da lei, seria aconselhável que a Ordem dos Médicos interpelasse o Inspetor Regional da Saúde, no sentido de este se fazer acompanhar de um médico dos serviços de inspeção, sempre que pretenda aceder aos dados clínicos, por forma a ter uma garantia acrescida, relativamente ao segredo profissional e ao respeito pelo princípio da proporcionalidade”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está corretíssimo!

O Orador: Ou seja, a própria Ordem dos Médicos....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi isso que o senhor não cumpriu!

O Orador: Isto é o parecer que foi pedido pela Ordem dos Médicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a lei!

O Orador: Isto é um parecer jurídico da Ordem dos Médicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Decorre da lei!

O Orador: O que diz aqui e vou voltar a ler: “Embora não decorra da lei, seria aconselhável ...”.

O parecer que a Ordem dos Médicos pediu ao seu jurista interno diz exatamente isto: “Embora não decorra da lei, seria aconselhável ...”.

A própria Ordem dos Médicos tem como claro e segundo aquilo que foi um pedido interno da Ordem dos Médicos um parecer jurídico que foi divulgado a todos os médicos da Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O tribunal vai julgá-lo!

O Orador: ... em que é dada por parte da Ordem dos Médicos toda a legitimidade de funções ao IRE, não só nas suas ações inspetivas, como também no acesso aos processos clínicos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O tribunal vai julgá-lo, não sou eu!

Artigo 180º do Código do Processo Penal, ouviu Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção decorre em parte daquilo que foram as intervenções do Sr. Deputado José San-Bento e do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Mas comecemos pelo princípio.

O Sr. Deputado José San-Bento hesita muito em ser o “coveiro que procura enterrar as malfeitorias e os erros do PS e o arqueólogo que tenta encontrar os erros do PSD”.

Deputado José San-Bento (PS): Olhe que não!

O Orador: Devo dizer-lhe Sr. Deputado que não lhe gabo o gosto, nem sequer a função e menos ainda a vocação.

Mas na errância entre essa vocação e essa obrigação acaba por fazer uma sucessão de erros e só por simpatia pessoal é que digo erros e não asneiras.

Vejamos então.

Contrariamente àquilo que era sua suposição eu não estou calado e muito menos satisfeito com aquilo que seriam as possíveis virtudes do Governo Regional em matéria de acesso à administração regional, nomeadamente através de concurso. Muito pelo contrário.

Deputado José San-Bento (PS): Tem sempre!

O Orador: Ainda há pouco mais de cinco dias o Sr. Provedor de Justiça emitiu uma nota onde entre outras coisas se dizia o seguinte:

“Propor ao Governo Regional alterações nos procedimentos de avaliação de candidaturas à bolsa de formadores da Região para garantir o respeito (e o sublinhado agora é meu) pelo princípio da igualdade e não discriminação”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que é que isso tem a ver com os funcionários públicos?

O Orador: Mais, o Provedor de Justiça também considera que houve (e vou voltar a citar) “discriminação por parte do Governo Regional dos Açores, que decidiu de forma arbitrária e sem respeito pelo princípio da igualdade, excluir um candidato à bolsa de formadores da Região”.

Portanto, Sr. Deputado José San-Bento nesta matéria errou redondamente. Mas tem ainda mais um erro que é quando diz que eu faço um desvio ao assunto que aqui estamos a discutir. Nada mais errado, porque o que aqui estamos a tratar é de questões de legalidade, de igualdade, de imparcialidade, de transparência e de controlo do uso de dinheiros públicos.

Estamos até a tratar, naquilo que o PSD aqui trouxe, também à colação, de casos que tipificam abuso de poder, que nada têm a ver, ...

Deputado José San-Bento (PS): Tem, tem!

O Orador: ... contrariamente àquilo que o senhor disse, com interpretações sobre o que pode ser ou não ser enquadramento legal dos actos cometidos pelo Secretário de então, José Contente.

Continuam por explicar e o senhor nada disse sobre a razão pela qual o Secretário José Contente escondeu ao Tribunal de Contas, não informando, não reportando a existência de pagamentos no valor de 5,6 milhões de euros.

Deputado Berto Messias (PS): Que obsessão por José Contente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por que será?

O Orador: Não quero crer que nesse acto estará eventualmente a circunstância de quase metade dessa verba se ter destinado a um contrato com a Câmara Municipal da Lagoa.

Está ainda por esclarecer e o senhor nada disse e era seu dever também aqui explicar.

Por que razão três quartos dos pedidos de apoios que foram discricionariamente satisfeitos pelo Secretário José Contente não tiveram suporte documental, nem sobre a finalidade e o quantitativo do apoio requerido?

Ou seja, alguém pediu, não se sabe se por obra e graça do Espírito Santo. O Sr. Secretário José Contente soube que havia alguém que queria o apoio, porque esse pedido nunca chegou de forma documentada e decidiu atribuir um valor com dinheiros dos contribuintes, independentemente de saber qual era o objetivo, a finalidade e o montante que ia ser investido.

Mas também está por explicar por que é que 25% dos montantes atribuídos e só daqueles que foram reportados ao Tribunal de Contas, e estamos a falar num valor superior a um milhão e meio de euros, por que é que não foram aplicados pelos beneficiários e a administração pública, neste caso a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, não tratou de saber a finalidade e onde era o paradeiro desse dinheiro.

Depois, ainda mais uma questão que está por esclarecer: é ou não verdade, como diz o Tribunal de Contas, que o controlo dos apoios é negligenciado pela Secretaria do Sr. Secretário José Contente, em todas as fases do processo, desde o apoio até à sua aplicação?

Mas ainda há mais um erro neste processo, Sr. Deputado José San-Bento, quando diz que, tanto eu, como o senhor, estamos convencidos que José Contente será o vencedor na corrida à Câmara de Ponta Delgada.

Deputado José San-Bento (PS): Claro que sim!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu julgo que o próprio candidato José Contente tem dúvidas sobre o assunto e se mais interrogações se pudessem meter sobre a matéria, ...

Deputado Berto Messias (PS): Por que será esta obsessão?

O Orador: ... só o facto dele se ter plantado durante duas horas, sábado passado, à porta do recinto de espetáculo do Tony Carreira para se mostrar ao povo, já diz tudo sobre as certezas dele.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estava a cobrar os bilhetes!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor também foi ao espetáculo!

O Orador: Mas essa dúvida provavelmente até podia ser explicada pelo antigo Secretário José Contente, ou Deputado José Contente se aqui estivesse.

Registo só isso, sem qualquer juízo de valor.

Deputado José San-Bento (PS): Agora!

O Orador: No Plenário do mês de junho o Sr. Deputado José Contente esteve ausente dos nossos trabalhos. Hoje volta a estar ausente. Certamente que tem razões para isso ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quais são as razões das ausências na sua bancada?

O Orador: ... e não sou eu que vou questionar as razões, nem fazer sobre elas qualquer tipo de crítica.

Deputado Berto Messias (PS): E os Deputados do PSD que não estão na bancada onde é que estão?

O Orador: Ele há-de ter motivos para estar longe daqui.

Mas, nessa ausência, cujas razões não vou questionar, uma coisa é indesmentível: é que ele fica aqui mal defendido. Fica mal defendido porque para estas questões nem a bancada do Grupo Parlamentar do PS, nem o Governo, encontraram justificações para estes casos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A população de Ponta Delgada dará a resposta!

O Orador: ... que não são inventados pelo PSD, que não são suspeitas, são relatos feitos por uma entidade independente, insuspeita, como é o caso do Tribunal de Contas.

Deputado Francisco César (PS): É tão insuspeita que suscita multas!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César quer dizer que o Tribunal de Contas não é uma entidade insuspeita.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não disse nada disso!

O Orador: Eu já percebi que as entidades e outros procedimentos, como já aqui foi dito, dependem da sua conveniência.

Deputado Francisco César (PS): O senhor põe na boca dos outros aquilo que eles não disseram!

O Orador: Quando lhe convém V. Exa. empertiga-se, se calhar sobe o tom de voz e brada a todos os ventos de que o PS é o campeão da legalidade, o PS é o cumpridor da legalidade. Quando as mesmas entidades, no exercício das funções em que estão investidas, vos fazem críticas, já levantam todas as suspeitas. Mas são umas suspeitas normalmente ditas em aparte, ...

Deputado Francisco César (PS): Tudo o que digo vem escrito, Sr. Deputado!

O Orador: ... sorrateiramente, por quem não é capaz de as dizer formalmente e mais ainda, muitas vezes não ser capaz de as dizer como cavalheiro, aquilo que diz a coberto de uma imunidade política.

Mas vou continuar.

Em vez de desmentir o Tribunal de Contas (coisa que era impossível, porque os factos são relatados e indesmentíveis) o que é que faz o Governo Regional e o que é que faz o PS?

O Governo Regional culpa o PSD (imagine-se!) de há 17 anos atrás. O PS o que é que faz? Aquilo que nós ouvimos pela boca de um Deputado do PS, neste caso do Deputado José Contente, é que voltaria a fazer exatamente o mesmo se voltasse atrás no tempo e se tiver oportunidade, no futuro, fazer o mesmo, continuará a cometer os mesmos actos que pelo Tribunal de Contas são entendidos como desenquadrados da legalidade, como feridos na imparcialidade, como não sendo de absoluta transparência, como não promovendo a igualdade, como não fazendo a fiscalização do uso dos dinheiros públicos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é solução de reincidência!

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo)

Se quiser Sr. Vice-Presidente podemos falar também dos tempos do PSD.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu nem sequer estava a falar consigo!

O Orador: Mas eu estou a dirigir-me a V. Exa., já que V. Exa. é muito useiro e vezeiro nos apartes ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu nem falei! Isso é obsessão!

O Orador: ... porque muitas vezes não tem a coragem de depois nas intervenções e no tempo regimental que dispõe dizer aquilo que sorrateiramente diz quando os microfones estão fechados, de fazer acusações às bancadas da oposição, portanto estou a dirigir-me, e se tiver resposta para mim, que me dê.

Deputado Berto Messias (PS): São apartes!

O Orador: Mas eu também falo-lhe do tempo do PSD.

Vou dar-lhe só nota de três matérias que estavam reguladas por Decreto Legislativo.

Dou-lhe o caso do SEBRAE, do SAFIN e dos apoios à comunicação social.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, Sim!

O Orador: Mas vou dar-lhe mais um. Sabe qual é o último que lhe vou dar? É um Decreto Legislativo de 1995 que obriga à publicitação semestral de todos os subsídios atribuídos pelo Governo Regional.

Bastava que esse Decreto Legislativo do tempo do PSD tivesse sido respeitado. Sabe quando é que a opinião pública, quando é que os cidadãos dos Açores tinham identificado, como subsídios que foram atribuídos e escondidos também porque não foram publicados em Jornal Oficial? Vou dizer. Não sou eu que os contabilizei.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Vice-Presidente não quer ouvir!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente não quer ouvir porque estas coisas não são agradáveis.

Pois, o Tribunal de Contas identificou vinte e um apoios, num montante de um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil euros, que não foram objeto de publicitação.

Este incumprimento consubstancia uma irregularidade por desrespeito do normativo.

Sabe o que é que em sede de contraditório a Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia disse sobre isto? Trata-se de uma mera irregularidade.

Para terminar Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se tudo isto que aqui estou a dizer ainda tivesse saído da cabeça do PSD e não fosse aquilo que é afirmado numa auditoria do Tribunal de Contas, havia de sobrar-me mais esta dúvida. Por que é que o Deputado José Contente, antigo Secretário Regional da Ciência e Tecnologia já fez voluntariamente o pagamento da coima determinada pelo Tribunal de Contas?

Deputado José Ávila (PS): Acha bem ou acha mal?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Defesa da honra!

Presidente: Agradecia que justificasse.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pelo facto do Sr. Deputado Joaquim Machado ter afirmado que eu tinha por hábito mandar em apartes coisas que não tinha coragem de dizer pela frente e que era uma atitude...

Presidente: Está justificado, Sr. Deputado. O artº. 83º. diz também que é uma reacção contra a ofensa, à honra e à consideração.

Tem três minutos.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, não o conheço, não tenho qualquer tipo de relação com V. Exa., nem V. Exa. me conhece a mim.

Calculo que também não conheça o meu trabalho e papel neste plenário, portanto, acho muito estranhas as suas declarações quando afirma que eu tenho por hábito de dizer em apartes aquilo que não digo pela frente.

Pois fique sabendo o Sr. Deputado, para todos aqueles que aqui estão, que eu por diversas vezes, já questionei o Tribunal de Contas, sobre diversas atitudes que foram tomadas, em comissão inclusive ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... falando frente a frente com o Sr. Juiz Conselheiro e estão aqui os Srs. Deputados para o comprovar.

Também o Sr. Deputado não pode impor ou restringir o meu direito à indignação, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só faltava essa!

O Orador: ... quando um Tribunal vem publicitar o pagamento voluntário de uma coima.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é indigno da parte de um Tribunal.

Portanto, eu estou no meu direito de não considerar o mais correto.

Agora, acho muito estranho que V. Exa. que não conhece o meu percurso, que não conhece o meu trabalho, venha para aqui fazer afirmações sobre mim, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que não tem qualquer tipo de conhecimento da sua parte.

Eu não o conheço de parte nenhuma, Sr. Deputado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Graças a Deus!

O Orador: Não posso julgar o seu trabalho neste Parlamento porque ainda não o conheço. Conheço o seu passado como os açorianos também o conhecem. Sei que no seu tempo não havia qualquer tipo de enquadramento legal, no tempo em que os subsídios eram atribuídos, mas eu não faço esse julgamento aqui porque acho que não o devo fazer sem conhecer V. Exa.

Sei que V. Exa. no passado, sobre a minha pessoa, nunca se coibiu, mesmo quando não tinha possibilidade de me defender, de fazer julgamentos sobre a minha pessoa.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é algo que caracteriza mais a pessoa, do que propriamente todo o trabalho e tudo aquilo que tem dito aqui no Parlamento.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Tem 3 minutos, como diz o artº. 83º., para responder ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra e vou usá-la para reafirmar exatamente o que eu disse, não me reportando apenas ao caso circunstancial das declarações do Sr. Deputado Francisco César, sobre o Tribunal de Contas, ...

Deputado Francisco César (PS): Está no relatório o que eu disse!

O Orador: ... mas a um outro conjunto de intervenções que sistematicamente em apartes faz, desconsiderando as bancadas da oposição, não o fazendo de microfone aberto no uso formal da palavra.

Quero também retribuir-lhe o mesmo epíteto. Também não o conheço de parte nenhuma, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah pois! Nunca fiz nenhum aparte com o microfone aberto!

O Orador: ... ou se calhar até conheço-o.

Deputado Berto Messias (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: Eu explico-lhe e explico-lhe como político, como seria capaz de explicar como cavalheiro, isto é, fora de qualquer abrigo de imunidade, nesta como em qualquer outra matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Seja mais explícito, Sr. Deputado!

O Orador: Diz o Sr. Deputado que eu tenho passado e que os açorianos conhecem-no. Pois conhecem! De si não podem dizer o mesmo.

Deputado Francisco César (PS): Pois, não! Não fui eleito!

O Orador: E sabe por que é que não podem dizer o mesmo?

Deputado Francisco César (PS): Tenho metade da idade de V. Exa.!

O Orador: Não é só por uma questão de idade. Com a idade de V. Exa. já tinha feito muitas coisas na vida. Não estou a dizer na vida política, estou a dizer muitas coisas na vida.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma vergonha!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ao que isto chegou!

O Orador: Vou cingir-me ao campo político, tem pouca obra feita, naturalmente ainda não é conhecido pelos açorianos.

Espero que um dia possa ser conhecido, porque eu acho que, apesar de tudo, o trabalho de qualquer um, seja numa maioria, seja no poder, seja na oposição, quando é feito com competência, com dedicação e com seriedade, pode sempre contribuir para o bem comum.

Portanto, sem cinismo, espero que um dia também o seu passado político possa ser reconhecido. Quanto ao resto é da sua conta.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas brevíssimas mas inevitáveis sobre a verdadeira matéria deste nosso debate de urgência.

A prova de que este debate de urgência sobre, no fundo, abuso de poder e impunidade na RAA tem toda a razão de ser, é a postura (e não o digo com gosto mas vou dizê-lo) do Sr. Vice-Presidente, durante todo este debate.

É uma postura de menorização dos assuntos trazidos a esta câmara, é uma postura de tentar justificar o injustificável, é uma postura de misturar alhos com bugalhos, como aliás acabou de fazer na sua última intervenção.

Portanto, no fundo, é uma postura de desprezar as razões objetivas dos cidadãos e das cidadãs que se queixam das atuações irregulares e contra a lei de altos quadros da administração pública regional.

Esta nota tinha que a fazer em abono da verdade.

Também, já agora, dizer o seguinte: acrescentando à intervenção do Deputado Joaquim Machado, chamar à coação os aconselhamentos do Provedor de Justiça

sobre uma situação concreta, dum psicólogo da Graciosa. Não vale a pena estarmos a inventar, todos sabemos do que é que estamos a falar, é verdade que o Provedor de Justiça diz ao Governo Regional, utilizando a expressão do Sr. Secretário Regional da Saúde, que “seria aconselhável que o Governo Regional garantisse o respeito pelo princípio da igualdade e da não discriminação”. O que é que isto quer dizer? Que o Governo Regional, não garante. Primeira conclusão.

Segunda conclusão: o mesmo Provedor de Justiça aconselha o Governo a não continuar a decidir de forma arbitrária e sem respeito pelo princípio da igualdade. O que é que isto quer dizer? Que o Governo Regional tem decidido sem respeito pelo princípio da igualdade e de forma arbitrária.

Mas o mais curioso de uma notícia vinda a público e até hoje não desmentida, é que o Governo regional e a expressão está entre aspas “aceita (aceita)” as chamadas de atenção do Provedor de Justiça.

Sras. e Srs. Deputados, na minha terra diz-se assim: “quem enfia a carapuça, merece perdão”.

Se o Governo Regional aceita é porque reconhece ao Provedor de Justiça razão, nas chamadas de atenção que ele fez.

Ora, nada mais tem sido dito nesta Câmara durante toda a manhã e este bocado da tarde, se não por outras palavras e com casos concretos, aquilo que o Sr. Provedor de Justiça fez o favor de afirmar e o Governo Regional fez o favor de reconhecer, aceitando os aconselhamentos do Provedor de Justiça.

Por isso ninguém entende que, se aceitam aquilo que o Provedor de Justiça aconselha, estejam tão indignados e tão ausentes da assunção das responsabilidades que têm, nos casos concretos que foram trazidos a esta câmara durante este debate de urgência.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente apenas para responder a uma parte daquilo que foi interpelado diretamente pelo Sr. Deputado Joaquim Machado e para deixar claro que em relação a esta polémica que ele tenta aqui alimentar, é óbvio Sr. Deputado que não precisa de ser tão dissimulado e tão ingénuo. Esse tratamento que o senhor aqui procurou dar ao candidato do PS à Câmara de Ponta Delgada é um tratamento que só se dispensa aos adversários que nós sentimos que nos vão vencer.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto isso é óbvio.

O problema aqui é que o senhor faz isso com dois registos que eu lamento.

Um registo é esse registo dum recentimentozinho de quem não se esqueceu daquelas malvadas eleições de 96, em que o povo resolveu mandar o PSD para casa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu já afirmei isso aqui várias vezes, esse é um dos atributos essenciais da democracia, é o povo ter a capacidade de poder “despedir” (entre aspas) quem não gosta que esteja a governar.

Isso foi feito e parece-me que o senhor continua um pouco fixado nisso.

Queria também dizer, Sr. Deputado, que eu não sou nem coveiro nem arqueólogo, penso que não tenho grandes vocações para isso, mas eu acho que o senhor devia também apelar um pouco à memória. Sinceramente, acho curioso o senhor vir aqui fazer um conjunto de acusações. Já tive oportunidade de referir que esses apoios estão junto das instituições, prosseguiram o sentido de interesse público, obviamente o Tribunal de Contas detetou, como deteta em inúmeras fiscalizações, irregularidades. Isso não são ilegalidades.

O senhor procurou aqui confundir as coisas e além disso é bom que se diga que nós temos tido, como também referi e aqui apelo novamente à memória, um percurso notável, que vai cada vez mais retirando argumentos para o Tribunal de Contas.

Agora, há um aspeto que também nos deve preocupar, é que nós não podemos cair numa situação em que os políticos fiquem completamente sem poder discricionário para resolver os casuísmos que muitas vezes surgem na atividade governativa, no plano social de situações muito graves e no plano económico que carecem de uma intervenção muito rápida.

Por isso Sr. Deputado, o senhor vem falar nesta situação. O senhor que, recorde-se, foi o único Secretário Regional com a tutela da comunicação social que foi censurado por este Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Conhece a história? Eu também conheço a história!

O Orador: O senhor foi censurado por este Parlamento pela sua atitude perante a comunicação social de querer dominar e controlar as notícias, os editoriais e os jornais, antes de 1996.

Deputado Berto Messias (PS): Aí não havia democracia!

O Orador: Portanto, não tente aqui branquear.

Ao contrário do meu colega Francisco César, conheço o senhor felizmente há muito tempo e sei bem como é que eram esses tempos, embora na altura eu era um aluno de uma escola secundária e o senhor era professor dessa escola.

Portanto, temos ambos memórias dos encontros de futebol que essa escola proporcionava, como também daquilo que foi a participação pública, da minha parte muito mais modesta na altura como um jovem e do Sr. Deputado Joaquim Machado já noutras responsabilidades.

Para terminar Sr. Presidente, queria também aqui reiterar um aspeto que me parece muito importante e que o Sr. Deputado Joaquim Machado procurou ignorar.

Obviamente que o senhor apresenta, uma vez mais, um exemplo sobre uma questão que é apontada pelo Provedor de Justiça.

Mas Sr. Deputado, o senhor também não pode ignorar que os Açores têm o recorde ao nível de números reduzidíssimos de reclamações para os presidentes de júri. Nos concursos públicos, nos concursos da administração regional,

temos o recorde de recursos para os presidentes de júri, de recursos hierárquicos e de recursos para o Tribunal Administrativo, Sr. Deputado.

O senhor na qualidade de sindicalista, certamente que isso terá uma leitura e a leitura é óbvia. A leitura é que nós temos uma administração pública que é gerida com rigor, com transparência, com imparcialidade. É por isso que nós não temos uma administração pública sobredimensionada. Isso é muito diferente dos tempos do PSD, em que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez parte desses governos, inclusivamente, foi censurado neste Parlamento.

Tenho dito.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tinha ideia de vir de novo ao debate mas face ao duplo desafio que o Sr. Vice-Presidente fez, não poderia deixar de vir e dizer-lhe o seguinte, Sr. Vice-Presidente.

Aquilo que resultou da desmobilização dos trabalhadores face às greves do mês passado tem a ver com um facto e não tem a ver com transparência, tem a ver com manobras de propaganda que o Governo Regional resolveu, na altura própria, intentar de forma a desmobilizar a luta dos trabalhadores.

Também não me parece que os dirigentes sindicais tenham afirmado exatamente aquilo que o Sr. Vice-Presidente aqui afirmou, isto é, garantiram antes das greves já anunciadas que a mobilidade especial não seria aplicada na Região e garantiram o pagamento dos subsídios de férias com um mês de atraso e isso naturalmente levou à desmobilização, não dos sindicatos, mas dos trabalhadores relativamente às greves e às lutas anunciadas.

Agora, os motivos para lutar nos Açores são idênticos aos motivos para lutar no resto do País porque aquilo que por que se luta nos Açores é de facto por melhor democracia, mais justiça social e mais justiça económica. Disso, V. Exa. tenha a certeza, essa luta não é só justa, como é necessária, porque temos muito

caminho para percorrer para termos uma sociedade justa, económica e socialmente, e isso nos Açores também não existe.

Isso, como eu disse na minha primeira intervenção, tem a ver efetivamente com a qualidade da democracia, porque quem não tem trabalho e quem tem um rendimento baixo ou quem tem, infelizmente, que recorrer aos apoios sociais tem a sua liberdade cerceada e esse é um grande problema desta democracia.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Lembro que lhe resta cerca de 3 minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para cumprir este tempo.

O Sr. Deputado José San-Bento diz que ...

Deputado José San-Bento (PS): Que o senhor foi censurado!

O Orador: ... o PS está a investir no rigor, na imparcialidade, na transparência. Bom, mas até agora não foi capaz de explicar estes actos todos de uma Secretaria Regional que são desconformes com tudo isto, segundo o Tribunal e não é o PSD que o diz. Primeira questão.

Segunda questão: diz que foi assegurado o interesse público desses investimentos.

Sr. Deputado, como é que foi assegurado o interesse público desses investimentos em que 26% dos apoios concedidos não foram aplicados?

Deputado José San-Bento (PS): Fale das instituições!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aquilo é o meu dinheiro!

O Orador: Como é que foi assegurada a transparência se muitos desses apoios corresponderam por exemplo a pagamentos que tinham ocorrido dois, e dois anos e meio, antes da concessão do subsídio?

Como é que está assegurada a igualdade, a imparcialidade, a legalidade, a transparência se muitos desses apoios foram traduzidos em faturas emitidas

sucessivamente no mesmo dia, pelo mesmo fornecedor e exatamente para o mesmo material?

Mais, como é que foi garantida a igualdade, a equidade, todos esses princípios de um estado de direito e também princípios constitucionais, nomeadamente quando inclusivamente houve o caso de um apoio que foi pedido num dia e no mesmo dia autorizado pelo Secretário José Contente?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é malabarismo!

O Orador: Mas entretanto o menos eficaz tempo de procedimento da Secretaria demorou 96 dias.

Por que é que há uma entidade que pede um subsídio, tem um despacho favorável no mesmo dia e noutros casos demora 96 dias?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É porque era muito urgente!

O Orador: Ou era muito urgente ou então tem a ver com a natureza de quem pediu e isso os senhores continuam a não explicar.

Mas há ainda mais.

O Sr. Deputado diz que não tem vocação para coveiro, nem para arqueólogo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é a rede das clientelas que é preciso alimentar!

O Orador: Reconheço que sobretudo para arqueólogo tem muita falta de jeito, mas apesar de não ter o jeito, continua a insistir na função.

Portanto, faz-me aqui um desafio ao lembrar que este Parlamento fez uma censura. Sr. Deputado, das duas, uma e quero acreditar que seja só a primeira, que apesar de alguma diferença de idade entre nós seja a sua memória que esteja a trabalhar menos bem, porque se é a outra o caso muda de figura, que é ter de forma (eu vou dizer até assim) descabelada feito uma acusação fundada num erro deliberadamente.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi um erro!

O Orador: Essa censura foi feita por uma oposição ressabiada, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então houve censura!

O Orador: ... depois de ter aqui organizado uma maioria que não correspondia à maioria que os eleitores tinham conferido em 1988.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado agradecia que concluísse. Esgotou o seu tempo.

O Orador: Estou mesmo a concluir Sr. Presidente e agradeço-lhe a concessão que me faz.

Retribuo-lhe desta maneira: faço-lhe um desafio, a si, como já fiz a toda a comunicação social desta Região, dos que estão em funções, dos que continuam em funções e dos que cessaram funções, a começar pela sua bancada, pelo Sr. Deputado Pedro Moura, que dê um exemplo (ou melhor não quero um, quero meio exemplo) de um acto cometido por mim, enquanto Subsecretário Regional da Comunicação Social, que interferisse no trabalho dos jornalistas. Não quero um, quero meio exemplo.

Basta recorrer à sua bancada para fazer essa acusação.

Quanto ao ressentimento, ...

Deputado José San-Bento (PS): Parece-me!

O Orador: ... o ressentimento que eu tenho de ter perdido as eleições de 96, vai-me condescender, é exatamente aquele que o senhor tem de ter perdido as eleições de 76, de 80, de 84, de 88 e mais, 92.

Presidente: Queria informar que o PSD já não tem tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Lembro que tem quatro minutos.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde:

Vejo que no intervalo foi estudar alguma coisa para vir aqui defender o indefensável.

Sr. Secretário, o senhor não tem que me tranquilizar a mim, tem que tranquilizar os cidadãos açorianos e açorianas e tem que tranquilizar os profissionais de saúde que exercem diligentemente as suas funções nesta Região. Esses é que têm que ser tranquilizados, não sou eu Sr. Secretário.

De resto devo dizer-lhe aí uma coisa. Há uma frase muito engraçada Sr. Secretário que diz o seguinte: “Não existe medicina sem confiança, tal como

não existe confiança sem confidências, nem confidências sem segredo”, Sr. Secretário. Isto é o primado da proteção da confidencialidade do nosso processo clínico, Sr. Secretário.

Quem viola isto está a pôr por terra tudo e o senhor está agora nas suas funções de Secretário Regional, mas não deixa nunca, jamais, de obedecer aos princípios dos valores mais fundamentais da ética da sua profissão que são para a vida, independentemente de transitoriamente assumirmos outras funções. Foi isso que eu lhe quis dizer, não o quis julgar. Percebe?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Obrigado!

O Orador: Foi isso que eu lhe quis dizer. Os nossos valores, independentemente de estarmos aqui ou noutra sítio qualquer, que aprendemos na nossa formação, esses são universais, Sr. Secretário.

Foi isso que lhe disse e volto a reafirmar.

De resto é preciso que aqui fique bem claro que o que se passou aqui é o *modus operandis* de obtenção de provas para castigar um funcionário. É isso que temos que trazer aqui a público e ainda bem que há um que teve a coragem de dizer: “Torna-me isto público” porque há dezenas deles que nos contam e dizem: “Eu não posso, porque tenho medo”.

Isso é a verdade que acontece todos os dias de queixas que temos.

Sr. Vice-Presidente, o senhor disse aqui uma vez que enquanto houvesse um desempregado o senhor estaria sempre preocupado com esse desempregado.

Sr. Vice-Presidente, enquanto houver um açoriano que eu ache injustiçado eu trarei sempre aqui para o defender. Sempre Sr. Vice-Presidente! Não terei nenhum problema. Podem acusar-me daquilo que quiserem, mas enquanto houver um apenas injustiçado, e que eu ache que é injustiçado, eu trarei aqui.

Eu esperava sempre que o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Secretário da Saúde, tivessem em conta estas coisas e tivessem em conta os seus subordinados que não cumprem a lei, porque o Sr. Inspetor Regional da Saúde violou, grosseiramente, a lei, com a conivência e com a autorização do Sr. Secretário Regional da Saúde.

Sr. Secretário Regional, citou e bem esse parecer. É corretíssimo! Aceder não é a mesma coisa que entrar, fotocopiar, vilipendiar, divulgar e apropriar-se ilegitimamente. Não é a mesma coisa! Aceder significa consultar e retirar, mediante os condicionamentos legais da Lei de Proteção de Dados, da 67/98 do Sigilo Médico, dos direitos dos doentes e da confidencialidade do próprio médico, retirar os elementos necessários à prova necessária para... Não é fotocopiar deliberadamente um processo e sob coação, ameaçar uma médica e levantar suspeitas, denúncias, antes de saber e dizer: “Este atestado é fraudulento”.

Presidente: Sr. Deputado acabou o seu tempo. Agradecia que concluísse.

O Orador: “Este atestado é fraudulento”. Jamais se pode dizer isso. Quem vai dizer isso, em última instância é o Tribunal, Sr. Secretário.

Eu acho que ainda vamos voltar a falar sobre esse assunto e tenho a certeza que vamos voltar a falar sobre esse assunto porque ele irá naturalmente a Tribunal, porque há gente, nomeadamente, como eu lhe disse, profissionais que exercem com diligência o seu dever, que naturalmente não vão deixar ficar assim.

O que é curioso é que sobre o atestado passado no continente os senhores não questionam nada, esse é legal. O da médica dos Açores é ilegal, está constituída arguida com um processo-crime. Isso é que é lamentável, inaceitável e denunciável, todos os dias, aqui nesta casa, sempre que tiver conhecimento.

Por último e para acabar Sr. Presidente, se me permite, lamento profundamente que um caso como este que foi aqui trazido da violação dos mais elementares direitos dos cidadãos, de devassa da vida privada dos cidadãos, ao PSD não tenha incomodado nem um bocadinho e tenha derivado o debate para outro tema.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria aqui de reafirmar em nome do Governo Regional, o total respeito pela transparência, rigor e pelos valores de direito que regem o funcionamento da própria administração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fico à espera!

O Orador: Quero dizer particularmente ao Sr. Deputado Artur Lima que tem razão numa matéria: enquanto houver um açoriano que se sinta injustiçado, aqui estaremos para dar justificações; ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... enquanto houver um açoriano que sinta que não foi corretamente tratado pela administração pública aqui estaremos para verificar, para fiscalizar e para corrigir quando for necessário.

Agora Sr. Deputado Artur Lima, não pode é exigir que nós possamos corrigir procedimentos que achamos que estão corretos, mas o princípio base desta matéria é que a defesa dos direitos dos nossos funcionários é um princípio que queremos sempre, sempre assegurar.

Entre uma dezena de milhares de funcionários e entre muitos milhares de procedimentos, não sendo ninguém nesta sala perfeito, todos nós temos assuntos a corrigir. Todos nós temos assuntos a aperfeiçoar e todos temos procedimentos a melhorar.

Quem assim não o assume, não assume a sua condição humana.

É neste contexto que este debate deve ser feito e é também neste contexto e neste espírito permanente que o Governo tem de aperfeiçoar, melhorar e corrigir quando necessário, tem essa disponibilidade total. Agora, não nos peçam para corrigir procedimentos que nós consideramos que estão corretos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas há que corrigir os incorretos!

O Orador: Exatamente!

Mas a abertura total para permanentemente podermos ser sempre o recurso de qualquer açoriano para verificar, para fiscalizar e quando necessário para corrigir procedimentos, os açorianos sabem que podem contar com este Governo, por isso confiam neste Governo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Não tenho mais nenhuma inscrição. Depreendo que vamos concluir o ponto um da nossa Agenda e passar ao ponto seguinte.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Retomaremos os nossos trabalhos às 16 horas e 15 minutos.

Eram 16 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 28 minutos.

Terminado o ponto um, vamos passar ao ponto dois: **Autorização para prestação de depoimento do Deputado Miguel António Moniz da Costa, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 89/13.2BEPDL.**

O relatório da CAPAT foi distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados, sendo do conhecimento de todos.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretária: A autorização de prestação de depoimento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Seguimos para o ponto três da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 3/2012 – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2011”**.

O debate e a votação seguem o disposto no artigo 168º. do nosso Regimento.

O debate decorre nos termos do artº. 132º. com o tempo combinado em Conferência de Líderes e passo a mencionar os tempos.

Governo Regional – 25 minutos:

PS – 25 minutos;

PSD – 20 minutos;

CDS – 13 minutos;

BE - 10 minutos;

PCP - 10 minutos;

PPM - 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, relator da Comissão de Economia, para apresentação do Relatório e Parecer final.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Possível consultar o referido relatório através do link <http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/CPpR003-12.pdf>)

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Relator.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2011 foi o ano da intervenção da Troika em Portugal;

O ano de 2011 foi o ano de todas as auditorias, de todas as avaliações e foi o ano onde todas as dúvidas ficaram dissipadas.

As contas dos Açores foram, nessa altura, vistas pormenorizadamente por todas as entidades nacionais e internacionais, não tendo sido, ao contrário do resto do País, detetado qualquer desvio ou qualquer correção nos valores apresentados.

Os Açores foram nesse contexto, no ano de 2011, um exemplo para o País referenciado por todas as entidades nacionais e internacionais.

Os Açores também pelas contas apresentadas em 2011 deram efetivamente um contributo para o esforço nacional que se iniciou nesse ano, de cumprimento das metas orçamentais e de cumprimentos dos compromissos internacionais que o País então assumiu.

Os Açores não registaram em 2011 qualquer desvio ou derrapagem das suas contas públicas com impacto nas contas nacionais.

De acordo com o 7/95, ou seja, de acordo com o Sistema Contabilístico Europeu que mede as contas públicas da mesma forma e de acordo com o único critério aceite em igualdade de circunstâncias entre todos os países e regiões, a dívida pública dos Açores, no âmbito de todo o perímetro da administração pública, de acordo com as regras internacionais que quantificam a dívida pública e do País e da Europa foi de 690 milhões de euros, ou seja 19% do nosso PIB, o que quer dizer em termos comparativos cinco vezes inferior àquilo que se registava no País.

O défice da Região, de acordo com o 7/95 foi em 2011, 31,7 milhões de euros, ou seja, apenas 0,8% do nosso PIB, isto é, por outras palavras, registou uma redução de 42% face ao ano anterior.

Para efeitos comparativos, em 2011 o nosso défice orçamental foi 36 vezes inferior ao verificado na região Autónoma da Madeira. Não é erro, é efetivamente 36 vezes inferior ao verificado na Região Autónoma da Madeira.

Da abordagem do relatório englobado nesta análise do Tribunal de Contas, importa ressaltar que o Tribunal de Contas confirma todos os valores referenciados pelo Governo.

Mais, salienta o Tribunal de Contas que a dívida e outros compromissos assumidos, no final de 2011, tinham-se reduzido em 14,6% face ao ano anterior,

ou seja, uma redução de 110 milhões de euros de acordo com o Tribunal de Contas.

Por outro lado, verificou-se, de acordo com as contas do Tribunal de Contas, uma redução do endividamento no âmbito de todo o setor público empresarial da Região, de 15 milhões de euros.

Saliente-se também neste âmbito e de acordo com esta abordagem uma redução dos compromissos assumidos perante fornecedores e credores, no âmbito da administração direta da Região de menos 24,6% que no ano anterior, sendo esse valor apenas no final de 2011, 9,6 milhões de euros, sendo que uma parte muito significativa estava dentro do seu prazo normal de pagamento.

Regista-se também a referência a uma maioria generalizada nos resultados nas empresas públicas que apesar do objetivo ser o seu equilíbrio é bom salientar que a função das empresas públicas não é obter lucro, mas sim servir a população.

Por outro lado, regista-se também, que tendo sido autorizado por esta Assembleia um financiamento de 50 milhões de euros, apenas foram utilizados 23 milhões de euros, tendo sido autorizado o montante de avales de 45 milhões de euros, da sua utilização apenas resultou um aumento de 6,9 milhões de euros desse montante, nesse ano.

Estes dados reforçam a convicção que é confirmada por todas as entidades externas à Região do rigor e da transparência das nossas contas públicas.

Aliás, segundo o Tribunal de Contas após verificar a receita, 99,9% dos valores apresentados foram devidamente comprovados por entidades externas.

Por outro lado, em termos de execução, regista-se uma execução muito significativa em termos de receitas próprias da Região, que totalizaram 93,5% do valor que estava previsto no orçamento, tendo-se registado também uma redução de 4,2 milhões de euros na despesa corrente primária e uma redução muito significativa de 18% na aquisição de bens e serviços correntes.

Saliente-se também que de acordo com este relatório que acompanha a Conta, 94% dos apoios foram atribuídos com o devido enquadramento legal específico

e adequado, sendo que foi reconhecido neste âmbito pelo Tribunal de Contas, um significativo aperfeiçoamento nesta matéria.

Podemos dizer, em termos de conclusão, apesar das dificuldades, apesar das limitações e apesar das falhas e dos erros que sempre existiram e existirão, penso que no contexto nacional e internacional, esta Conta que estamos aqui a abordar é algo que prestigia a Região e deve ser essencialmente um elemento de união entre os açorianos.

A Conta da Região é sem dúvida um património a preservar na defesa dos Açores.

Não devemos nesta matéria alienar, por questões de oportunidade conjuntural, este grande património que nos distingue do resto do País e particularmente defende-nos perante aqueles que quiserem pôr em causa a nossa Região.

Esta matéria, a bem dos Açores, é algo que devemos valorizar, preservar e unir-nos.

Neste contexto gostaria também de lembrar que o ano de 2011 foi o ano em que a Troika chegou a Portugal, mas lembrar também que em 4 avaliações consecutivas os Açores foram dispensados pela mesma Troika desse processo de avaliação, não tendo sido colocada à Região qualquer condicionante ou imposição específica ao desenvolvimento da sua atividade e da nossa autonomia.

São estas as matérias essenciais da Conta de 2011, que penso que devem ser devidamente utilizadas pelos Açores e pelos açorianos como um instrumento adicional de reivindicação de um princípio que, não tendo os Açores contribuído para o desequilíbrio das contas do País, não devem os Açores ser penalizados em função de problemas que não foram originados nem para os quais os Açores contribuíram.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Tenho inscrito o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

À leitura que eu consideraria benévola que acabámos de assistir, temos que passar para uma leitura realista, temos que ser realistas e dar conta aos açorianos da situação financeira em 2011 que decorre desta Conta e designadamente do parecer do Tribunal de Contas que sobre a mesma foi elaborado. O que é que releva neste parecer relativamente à Conta da Região Autónoma dos Açores de 2011?

Bem sei que o Governo e o PS têm um entendimento muito particular sobre o papel do Tribunal de Contas. Já lá vamos a essa questão. Vamos ver qual é a leitura que podemos fazer e os aspetos mais significativos do Relatório do Tribunal de Contas, a três níveis distintos:

Um primeiro nível, o nível da transparência, aliás uma questão que já foi trabalhada durante esta manhã. Foram dadas, inclusivamente, algumas situações em termos da falta de transparência ao nível da concessão dos apoios e efetivamente aquilo que releva (e vou fazer aqui exclusivamente referências a isso) é àquilo que diz o Relatório do Tribunal de Contas. Portanto isto não é nenhum comunicado da Comissão Política Regional do PSD, nem nenhum trabalho feito pelo PSD, é feito pelo Tribunal de Contas, entidade soberana, órgão de soberania.

Ao nível da correção e logo abrir a apreciação da Conta da Região, diz o Tribunal de Contas: “Omissão (isto ao nível da elaboração do orçamento) de critérios (vejamos bem o que diz aqui) de atribuição de subsídios regionais”. Era aquilo que teria que ser forçosamente obrigatório para que se tivesse uma boa gestão das finanças públicas, uma boa gestão do dinheiro que pertence a todos os açorianos.

Mas continua ao nível de fatores que carecem de correção: “Exige uma correção no sentido de conhecer a aplicação das verbas concedidas a título de transferências, subsídios e ativos financeiros”. Exige correção, factor que o Tribunal de Contas considera a exigir correção.

Considera também o Tribunal de Contas: “Tem que haver uma análise consolidada dos resultados alcançados com a atribuição dos apoios financeiros

(como é óbvio) para que dessa avaliação se possa melhorar e se possa fazer uma avaliação criteriosa e transparente dos apoios financeiros.

A Conta consolidada tem que ser apresentada de forma suficientemente explícita” (não é aceitável que não o seja). O dinheiro de todos os açorianos exige esse tratamento, exige esse rigor.

Considera ainda, neste primeiro nível da transparência, que ao nível de situações que devem ser acauteladas ou evitadas a existência de: “Um elevado volume financeiro de despesa atribuída quer a entidades públicas, quer a entidades privadas, a título de transferências, subsídios e ativos financeiros”, o que não é tão pouco assim.

Estas transferências, subsídios e ativos financeiros correspondem a 52% do total da despesa, mais de metade da despesa pública regional e correspondem a 68% do Plano de Investimentos, do Plano Regional Anual, ou seja, mais de dois terços do Plano Regional Anual, sem que exista (os açorianos que atentem nesta parte, este é um elevado número de despesa, que tem aquela expressão que eu referi) um efetivo sistema de acompanhamento, controlo e avaliação por parte da administração regional. Pura e simplesmente inadmissível.

Não é possível tratar assim o dinheiro que pertence a todos nós.

Depois há aquelas situações que sucedem, penso que estou aqui a discutir a oitava, ou a nona ou a décima Conta da Região e isto vem em todas as contas da Região.

“Pagamento pelo Plano Regional Anual de despesas de natureza funcional, inclusivamente pessoal, que não evidenciam constituir atividade de investimento e desenvolvimento”. Outro aspeto a carecer de correção.

Bom, depois temos aquela célere questão da SATA que por aqui temos vindo a falar já há vários anos da aplicação das receitas provenientes de reprivatizações, para aumento de capital social da SATA como define a Lei Quadro das privatizações e como define a Constituição da República Portuguesa, em que o Governo, penso que no passado utilizei uma palavra tipo “fez uma giga joga”, aumentou o capital social da SATA e depois voltou a reduzir o capital da

SATA. O que é certo é que desde 2005 as Contas da Região evidenciam esta situação, consideram esta atividade inconstitucional, ...

Deputado Francisco César (PS): Inconstitucional?!

O Orador: ... consideram que ainda não está resolvida e o Governador teima em continuar com isto.

Sr. Vice-Presidente já resolveu isto em 2012? Passou a ter o procedimento legal em 2012, ou manteve o procedimento ilegal?

O mesmo esclarecimento relativamente à compensação de verbas que não são referenciadas na Conta da Região Autónoma dos Açores, no que foi acordado entre a Região e a Atlanticoline para regularizar um crédito que a Região tinha sobre aquela empresa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dívida da República!

O Orador: Era bom que nos explicasse isso porque o Tribunal de Contas não percebeu, não sou eu que não percebo. É o Tribunal de Contas que considera que é estranho e que carece obviamente de explicação.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Dra. Berta Cabral faz-lhe um desenho!

O Orador: Primeiro nível, a transparência e a transparência ficou vista nas questões que eu aqui referi.

Segundo nível, o nível da eventual derrapagem e a existência de endividamento elevado. Diz e continua aqui exclusivamente a referir aquilo que diz o Tribunal de Contas: “É necessário ao nível da correção, fixação de critérios objetivos para o cálculo do limite máximo de endividamento indireto acumulado”, como é óbvio. Aliás, o próprio Juiz Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Guilherme de Oliveira Martins, destacou essa quando veio apresentar o parecer da Conta, como a principal preocupação do Tribunal de Contas, o alegado endividamento, designadamente do Setor Público Empresarial Regional, por isso a necessidade da fixação deste limite.

Depois dizem mais, e atentemos novamente nas palavras, as palavras que foram escolhidas não foram por acaso, porque são suficientemente graves para que os açorianos as devam conhecer: “Obrigatoriedade de elaboração dum orçamento

demasiado otimista, que é o que tem acontecido, com riscos associados de derrapagem orçamental”. Isto consta no Parecer do Tribunal de Contas.

“Não cumprimento de equilíbrio orçamental”. Um princípio básico da gestão orçamental. Não foi cumprido o equilíbrio orçamental.

Esta aqui é importantíssima: “Manutenção de empresas públicas e serviços e fundos autónomos, (vejamos bem as palavras), maioritariamente sem receitas próprias, ou tendo estas reduzida expressão financeira, estão dependentes do Orçamento da Região Autónoma dos Açores”, ou seja, há um conjunto de empresas públicas, há uma parte substancial do Setor Público Empresarial Regional e mesmo serviços e fundos autónomos que pura e simplesmente são organismos que têm que se socorrer do orçamento da Região Autónoma dos Açores para desempenharem a sua função, ou seja, coloca-se a questão da razoabilidade da sua existência.

“O SPER, (Setor Público Empresarial Regional) com especial relevância no setor da saúde, tem vindo a observar resultados líquidos negativos e uma dívida bancária considerável (Tribunal de Contas, cito) maioritariamente avalizada pelo Governo Regional”. São 1248 milhões no final de 2011. A dívida da Região é 397, se bem me lembro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não são. São 690!

O Orador: 690 com todo o perímetro orçamental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é que é a dívida!

O Orador: Mas temos aqui 1248 no Setor Público Empresarial Regional, não se esqueça.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E os 400 da EDA?

O Orador: Mas temos outra: “O acréscimo de encargos que o Orçamento da Região Autónoma dos Açores terá de suportar para fazer face ao pagamento das atuais obrigações contratualizadas”. Isto é o Tribunal de Contas a assinalar o perigo das obrigações contratualizadas que sobem acima de 1900 milhões de euros e o acréscimo dos encargos obviamente também comporta riscos de natureza orçamental: um é o endividamento do SPER (que já falámos) e uma significativa dependência do orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Segundo nível, o nível da eventual derrapagem, o nível do endividamento.

Terceiro e último nível de análise deste parecer do Tribunal de Contas.

Poderíamos considerar como falta de respeito institucional. Ouvimos o ano passado o Deputado Francisco César, mais ou menos por esta altura do ano, penso que foi em Maio dizer, a determinada altura, que o Tribunal de Contas valia o que valia. Pois nós temos muito respeito por ele.

Deputado Francisco César (PS): Disse-o publicamente!

O Orador: Mas o Governo Regional não.

Eu acho que quem tem a responsabilidade das finanças regionais não devia querer que se dissesse isso sobre ele. Todos estes aspetos que eu referi de uma forma genérica têm sido objeto de análise e alvo de recomendação por parte do Tribunal de Contas, em sede de Parecer da Conta da Região Autónoma dos Açores e acabámos de os ver em relação a 2011.

Depois diz assim: “Em sede de contraditório a maioria das matérias apreciadas no anteprojeto de parecer não são objeto de ponderação, esclarecimento e fundamentação por parte da administração regional”. Isto era o mínimo que eram obrigados a fazer.

Se o Tribunal de Contas coloca as questões, estas deviam ser ponderadas, deviam ser suficientemente esclarecidas e fundamentadas. O Tribunal de Contas diz que o Governo Regional não o faz.

Portanto, é algo de inadmissível, quando o Governo Regional está a utilizar o dinheiro dos açorianos, está a gerir o dinheiro que pertence a todos os açorianos.

Ainda sobre a falta de respeito institucional, diz o Tribunal de Contas: “O devido grau de acatamento das recomendações que o Tribunal de Contas tem vindo a aprovar em sede de parecer da Conta da Região Autónoma dos Açores, para além (note-se bem nas palavras) da contínua falta de esclarecimentos, suficientemente fundamentados, fornecido pelo Governo Regional aquando do contraditório...”. Ou seja o Governo Regional tem pura e simplesmente esquecido que existe o Tribunal de Contas e quando responde, responde por favor, responde incomodado, não gosta das referências que o Tribunal de

Contas faz e por isso é que acontece que no conjunto das recomendações deste ano (35 recomendações), em 35, 24 são não acatadas. São ligeiramente melhoradas e foram apenas acatadas 6. Temos aqui recomendações que vêm desde 2004 (8 anos na altura) em que pura e simplesmente o Governo Regional fez orelhas de mouco e resolveu não acatar as recomendações de uma entidade soberana, um órgão de soberania, como é o Tribunal de Contas.

Limitei-me a referir as conclusões do Tribunal de Contas.

Por isso, reforçando que nós temos um profundo respeito por este órgão de soberania, mas efetivamente o Governo e o PS atribuem-lhe um papel que o tentam pura e simplesmente desvalorizar. Desrespeitam-no! É a única conclusão a retirar da leitura deste parecer.

Desrespeitam-no por quê? Porque este parecer incomoda-os, apesar das leituras opostas feitas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo que tem uma habilidade fantástica para o diálogo que o penaliza, de transformar aquilo em algo que confirma aquilo que o senhor diz. Não. Este parecer do Tribunal de Contas, aliás, como os anteriores, confirmam mais uma vez o contrário daquilo que o Governo Regional diz, daí o incómodo do Governo Regional, que contraria no fundo a tese da excelente gestão das Finanças Públicas Regionais, porque há inúmeros problemas de transparência (volto mais uma vez a dizer), de derrapagem e de falta de respeito por uma entidade como o Tribunal de Contas. Lembra-nos pura e simplesmente este tipo de atitude e as práticas do Governo Regional, deste como dos anteriores governos regionais, aquilo que se passou entre 2005 e 2011 neste País (isto já para não falar no pântano que alguém reconheceu ter conduzido o País anteriormente). No fundo, aquilo que nós temos tido e continuamos a ter são governos à José Sócrates.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Os governos regionais do PS são governos à José Sócrates e sabemos bem a que é que estes conduziram.

Tal como Teixeira dos Santos dizia há poucos dias, foram estes governos que conduziram à necessidade de ajuda internacional, à necessidade do regaste,

resgate esse que conhecemos perfeitamente os efeitos e também os sentimos aqui.

Foi este José Sócrates, com o qual se assemelha este Governo Regional, que procedeu à elaboração do Memorando da Troika que obrigou à prática de uma política de austeridade que os açorianos como todos os portugueses estão a sofrer.

Deputados Bruno Belo e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a culpa não ter sido de D. Afonso Henriques foi uma sorte!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não vai fazer aqui uma análise técnica ao relatório da Conta, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas devia!

O Orador: ... mas vai estender, pelo menos, um olhar político e com alguma preocupação sobre a Conta e sobretudo olhar para ela a dois níveis: a evolução da situação financeira da Região, que continua a crescer, ...

Deputado Francisco César (PS): Diminuiu!

O Orador: Não diminuiu não, Sr. Deputado. Já lá vamos e Vs. Exas. vão ter oportunidade de contrariar aquilo que eu vou afirmar.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queremos é que diga! Temos as nossas reservas!

O Orador: Como afirmei no início da intervenção vou voltar a reafirmar: o olhar é um olhar político e preocupado com o futuro da situação financeira da RAA e Vs. Exas. entenderão como muito bem entenderem.

Dizia eu, duas questões políticas sobre as quais se estende este olhar e esta minha intervenção: uma sobre a evolução da situação financeira da Região e outra sobre a gestão orçamental, a transparência e a arbitrariedade na gestão do Orçamento e do Plano.

Relativamente à primeira questão, e como vão perceber, não estão aqui alguns números até para não ser acusado de estar aqui a levantar problemas onde eles não devem ser levantados, vamos separar as coisas, mas a dívida bancária e compromissos assumidos são no valor de 642,5 milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Menos 110 milhões!

O Orador: Eu sei.

As obrigações contratualizadas, incluindo as PPP, atingem 1937 milhões de euros. As responsabilidades com garantias ou vales quase 420 milhões de euros...

Deputado Francisco César (PS): Mas decresceu!

O Orador: ... o que nos dá aqui um valor de cerca de 3 mil milhões de euros...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dá mais!

O Orador: Eu sei Sr. Vice Presidente, mas isto é um encargo que a Região tem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É menos 3,3%!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, este encargo é um encargo que a Região...

Eu sei que o PS e o Governo do PS estão a empurrar isto para o futuro, estão a pôr em causa o investimento futuro da Região, mas a verdade é esta.

Depois, temos ainda que associar a esta situação menos uma queda da receita, menos 44 milhões do que em 2010 e 110 milhões abaixo do orçamentado para 2011.

A descida da cobrança dos impostos indiretos, nos diretos não houve uma queda tão acentuada, mas verificou-se uma descida na cobrança dos impostos diretos.

Deputado Francisco César (PS): A receita continua a subir!

O Orador: Oh Sr. Deputado...

Deputado Francisco César (PS): Está errado!

O Orador: Não está errado. Isto está nas páginas 39 e 40 do Parecer do Tribunal de Contas, portanto, Vs. Exas. farão as leituras que muito bem entenderem. Isto é o que diz o relatório do Tribunal de Contas e como vos disse o meu olhar não é um olhar técnico, é um olhar político e de preocupação relativamente ao futuro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Se passar 3 vezes pelo mesmo sítio não é 3 vezes a mesma coisa!

O Orador: Pois, pois, Sr. Vice-Presidente.

A questão é a seguinte. De facto esta situação tem vindo a agravar-se e como V. Exa. já reparou eu não estou aqui a colocar outras dívidas que não são dívidas diretas da Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não são indiretas?

O Orador: Não, não. Não estou a colocar aqui dívidas indiretas da Região. Só estou a falar na dívida direta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E a direta quanto é que é?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, neste momento, contando com aquilo que está contratualizado a prazo, nós temos aqui uma dívida que ascende a perto de 3 mil milhões de euros. Isto é inegável Sr. Vice-Presidente e eu acho que nós nos devemos preocupar com isto. Aliás, julgo que é fundamental para o futuro que se tenha isto em consideração e que se altere as políticas de gestão orçamental e de gestão da dívida, sob pena de estarmos aqui a hipotecar o futuro de alguns açorianos que ainda nem sequer nasceram.

Portanto, é apenas um alerta. Vs. Exas. entenderão esta leitura e esta preocupação como muito bem entenderem.

Relativamente à questão da gestão orçamental e da falta de transparência e até arbitrariedade dizer o seguinte: desde logo uma falha na previsão da receita, cobraram-se menos 110 milhões do que o orçamentado. É evidente que o Sr. Vice-Presidente irá dizer-me que 58 milhões ou à volta de 59 milhões têm a ver com fundos da União Europeia. É verdade. Mas na verdade houve menos 110 milhões do que estava orçamentado.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não leu o relatório final do Tribunal de Contas?

O Orador: Li sim senhor.

Deputado Francisco César (PS): Então o que é que está lá escrito?

O Orador: O senhor vá ler porque isto está na página 39 do Parecer do Tribunal de Contas. Aconselho-lhe a leitura disso.

Por outro lado o Governo Regional não cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental. Ficou com um pequeno défice...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Défice de?

O Orador: ... apesar de apenas ter executado 90% da despesa prevista e ter tido uma redução de custos com pessoal de aproximadamente 9 milhões de euros.

Mas grave, grave, é que só executou 80% do Plano Regional em 2011.

Deputado Francisco César (PS): Grave? O senhor não vive neste mundo!

O Orador: Portanto, deixou 101 milhões por executar. Vs. Exas. querem verificar? Está na página 56 do Relatório do Tribunal de Contas.

Depois temos aqui uma outra questão que também nos merece alguma preocupação que são as 113 alterações ao Orçamento e 67 alterações em projetos.

Eu sei que Vs. Exas. têm cobertura legal para o fazer, mas também sei o seguinte: ...

Deputado Francisco César (PS): O ano da crise!

O Orador: ... o Plano e Orçamento são aprovados nesta câmara.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: O que quer dizer que no conjunto do Orçamento e do Plano fazerem quase duas centenas de alterações, embora com cobertura legal, é minorizar o papel deste Parlamento, designadamente aquilo que aqui aprovamos.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aprovam a Classificação Económica? Diga lá!

O Orador: Oh Sr. Vice-Presidente, já lhe disse que tem cobertura legal para o fazer.

Agora, o meu entendimento é que um conjunto tão alargado de alterações ao Orçamento e ao Plano é menorizar o trabalho e documentos importantes como são o Orçamento e o Plano que aqui aprovamos anualmente.

Relativamente ao suporte jurídico para atribuição de subsídio, eu não vou referir-me até porque essa situação tem vindo a melhorar, portanto a minha preocupação não se prende tanto com isso, mas com as questões que aqui abordei e que estão sustentadas no Relatório do Tribunal de Contas.

Julgo que é fundamental que se faça aqui alguma alteração, na forma como se faz a gestão.

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: É a minha opinião, Sr. Vice-Presidente. A responsabilidade é sua mas eu tenho direito a ter opinião. Certo?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente!

O Orador: E por que tenho opinião é que é necessário melhorar. Anuncio aqui e desde já que em setembro irei apresentar um conjunto de iniciativas legislativas no sentido de alterar a Lei de Enquadramento Orçamental, definindo algumas regras que capacitem melhor esta câmara para a fiscalização e o acompanhamento da execução do Orçamento e do Plano da RAA.

Como vê Sr. Vice-Presidente não me fico apenas pela análise...

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.

O Orador: Vou já terminar Sr. Presidente.

Portanto, Sr. Vice-Presidente é um contributo, é uma preocupação, é uma visão política sobre este assunto.

Aquilo que foi apresentado e a que V. Exa. está a referir-se é insuficiente.

Portanto, há necessidade de facto de dar alguns passos em frente na perspetiva de melhorarmos designadamente o papel desta câmara na gestão orçamental e na execução do Plano da RAA.

Muito obrigado pela sua tolerância Sr. Presidente.

Presidente: Não tem nada que agradecer. Fazemos isso para todas as bancadas!

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Conta da Região que nos é dada analisar decorre da execução orçamental do ano de 2011, Orçamento esse a que o Bloco de Esquerda deu o seu voto contra. Não estamos, porém, a analisar esse Orçamento, mas a Conta da Região de 2011, ou seja, em boa medida, as consequências da aplicação desse orçamento. Contudo, pensamos que a análise da Conta de 2011, só por si, será uma análise minimalista e redutora, se não for enquadrada, na realidade, então, vivida.

O ano de 2011 ficará marcado para a história, como o ano do Memorando de Entendimento com a Troika.

Memorando que tinha tido, como antecessores, os famigerados PEC's, os quais, na sua essência, continham as linhas gerais da política da Troika. É bom lembrar que o curvar da espinha à Senhora Merkel não é só do governo PSD/CDS.

Deputado Francisco César (PS): É bom lembrar isso!

A Oradora: A aplicação da política dos PEC's - intensificada com a aplicação do Memorando - lançou o país para uma recessão sem igual, assim como para um desemprego recorde.

Mas, nessa altura, quando nós, nesta bancada, apontámos os efeitos para o país e para toda a população desta política, o Governo Regional e o Partido Socialista faziam coro com o PSD e o CDS, brindando esta bancada com piropos vários, pouco abonatórios e com a célebre tese da 'inevitabilidade'.

Todos/as estão lembrados, estou certa.

É, exactamente, neste ano (2011) que, nos Açores, o desemprego e as falências começam a disparar, ao mesmo tempo que (como disse o Bloco de Esquerda, nessa altura) as políticas do Governo Regional não estavam à altura das exigências contra cíclicas necessárias.

Este traço da realidade - ainda não tão distante – serve, pelo menos, para dar um contributo da vida real à frieza dos números.

Quanto ao relatório propriamente dito, alguns aspectos achamos por bem salientar:

Consideramos que a constatação feita pelo Tribunal de Contas, sobre o nível de execução do Plano, que ficou a 80% do previsto (menos ainda 5% do que em 2010) é profundamente negativa, num ano, tendo em conta que a envolvente externa à Região exigia, precisamente, o contrário. Aqui, o Governo falhou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): As taxas de juro não subiram esse ano?

A Oradora: O Governo Regional também não fica bem, na fotografia, no que toca à transparência das suas contas.

O Tribunal de Contas continua a desconhecer a execução da componente “Outros Fundos”, prevista como investimento público. Se, para o Tribunal de Contas, este item é mistério (apesar dos meios e prerrogativas que a lei lhe dá para fiscalizar), um simples cidadão não poderá ser levado a pensar que estamos perante um “saco azul”?

Mas, quanto à transparência, continuamos com a saga dos subsídios, onde avulta, neste caso, os 291.000 euros que, em conjunto, a Presidência e a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, repartiram para acções dedicadas ao desporto. Como afirma o Tribunal de Contas, estas entidades nada têm a ver, directamente, com o desporto.

Concordamos com esta apreciação, até porque mais parece a história do dono da quinta que distribui presentes aos/às meninos/as que se portam adequadamente.

Também não é muito claro e bastante complicado de perceber que, num ano, em que a dívida pública directa aumentou 23 milhões de euros, a Região tenha pago, em juros, mais 35% do que no ano de 2010.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Na sua conta não pagou mais juros?

A Oradora: Para um governo que se gaba, constantemente, que tem tudo sob controle, este facto carece de uma boa explicação.

O Bloco de Esquerda defende (desde sempre) ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Demagogia!

A Oradora: ... que o mesmo critério que é aplicado, em Berlim, em Lisboa ou na Madeira, é obrigatório ser aplicado nos Açores, no que respeita ao preceito de não classificar como dívida as obrigações futuras. Neste âmbito, inserem-se, principalmente, as Parcerias Público-Privadas.

Mas sendo clara, como sempre, a nossa posição sobre esta matéria, já não é clara, por parte do Governo Regional, a recusa em renegociar as PPP's existentes na Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Diga como!

A Oradora: Os valores em causa apontam para uma rentabilidade do consórcio financeiro acima dos dois dígitos, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é que dá falência!

A Oradora: ... taxa exorbitante para os dias que correm e, mais ainda, quando à população se impõem sacrifícios inauditos.

Com taxas destas percebe-se melhor porque é que as obras do Casino (também com dinheiros públicos) não avançam. Há outro tipo de roletas...

Uma renegociação séria (não a mascarada que se está a fazer, na República), que incida sobre as taxas de rentabilidade, é uma exigência democrática, da decência e do respeito a que os sacrifícios a que os/as Açorianos/as estão sujeitos, obriguam.

Por todas estas razões, entre outras, o BE não pode aprovar a Conta da Região de 2011.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2011 foi o ano em que os partidos da então oposição (o BE, o PCP, o CDS-PP e o PSD) ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Chumbaram o PEC!

O Orador: ... chumbaram o PEV IV e deram origem à intervenção da Troika em Portugal.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O PEC IV tinha um défice de 2%. Onde é que nós já íamos se tivéssemos aprovado?

O Orador: Foi este o ano em que Portugal ficou sob intervenção externa; foi este o ano em que o PS foi obrigado a negociar com a Troika; foi este o ano em que o PS, negociou e até por imposição dos próprios organismos internacionais, o Memorando da Troika com o PSD e com o CDS como parceiros.

Quem não se lembra de Eduardo Catroga dizer: “Este Memorando de Entendimento é uma vitória do PSD”. Foi isso que disse o então responsável pela política económica do PSD.

Pois bem, aquilo que nós assistimos então, foi: o PSD ganhou as eleições, assumiu o Governo com o CDS e não aplicou a austeridade do Memorando de Entendimento, aplicou sim várias vezes a austeridade que estava prevista no Memorando de Entendimento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tal foi o estado do País que os senhores deixaram!

O Orador: Com isto aquilo que se percebeu e aquilo que se constatou foi exatamente aquilo que foi revelado pelo ex-Ministro das Finanças: as políticas aplicadas falharam! Os resultados não corresponderam com aquilo que o PSD e o CDS sempre tinham previsto.

É este o contexto então que nós devemos analisar, as contas públicas e a execução orçamental da RAA no ano de 2011.

Quem não se lembra nesta câmara de muitos partidos aqui presentes dizerem: “A RAA está falida, não tem um chavo, não tem condições e está endividada até ao tutano”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E está!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E tem dinheiro para pagar o subsídio de férias!

O Orador: Pois, bem, neste ano de 2011, para desagrado de muitos partidos as contas da RAA foram analisadas pela Troika, foram analisadas pelo Tribunal de Contas, foram analisadas pela Inspeção Geral de Finanças e ao contrário do que dizia o Sr. Deputado António Marinho, a conclusão destas Instituições foi de

que a situação financeira e orçamental da administração regional não comporta riscos que impliquem apoios significativos do Governo da República.

Esta foi a constatação de uma entidade independente tutelada pelo Governo da República do CDS-PP/PSD.

O que é que diz o Tribunal de Contas, de um ano de crise, de um ano de intervenção? Aquilo que diz é que a receita fiscal subiu, os passivos financeiros daquele ano decresceram. Sim Sr. Deputado Aníbal Pires. A receita foi mais baixa porque o Governo contraiu menos dívida, decresceu em 27 milhões de euros os empréstimos contratualizados, por isso é que a receita foi mais baixa. E a despesa? A despesa desceu menos 3,2%, menos 32,8%.

E o Plano de Investimentos? O Plano de Investimentos numa altura de crise, numa altura em que as taxas de juro subiram (sim, Sra. Deputada Zuraída Soares, as taxas de juro subiram e eu fiquei profundamente desagradado porque também tive que pagar nos encargos do meu empréstimo mais juros, mas não critiquei por isso o Governo dos Açores, não critiquei por isso o Governo da República, critiquei a banca e a Europa pelo facto de nós pagarmos mais juros), foi assim para todos, porque é que não devia ser assim?

Mais, neste mesmo ano, a dívida e os compromissos assumidos, segundo o Tribunal de Contas, decresceram, em 14,6%. O Tribunal de Contas diz que os compromissos assumidos e a dívida decresceram em 14% (lembro no ano de 2011).

Deputado António Marinho (PSD): Isso é uma redonda mentira, mas tudo bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é muito grave!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, o Sr. Deputado vem e comete um erro que eu espero que não seja propositado. O Sr. Deputado, soma dívida com dívida. Muitas delas não podem ser somadas. O Sr. Deputado faz-me lembrar um velho amigo meu que morava ao pé da minha casa e todos os dias via um cagarro. Eu um dia disse: “Vou começar a contar os cagarros”. Sabe o que é que ele me disse ao fim de um ano? “Olhe, vi 365 cagarros”. Eram 365 cagarros diferentes? Não Sr. Deputado era o mesmo cagarro contado todos os dias.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Pois bem Sr. Deputado, o raciocínio que o senhor está a aplicar é igual ao deste meu amigo comunista.

Sr. Deputado, iremos ou podemos cingir-nos ao Setor Público Empresarial. Todos nós sabemos que este ano foi um ano difícil, foi um ano que nós tivemos que pôr todas as nossas forças, toda a nossa economia, a possibilidade de intervenção do Governo dos Açores ao serviço da mesma economia. O que é que se verificou? Sim, Sra. Deputada Zuraída Soares, os encargos financeiros do Setor Público Empresarial aumentaram, tiveram que aumentar porque os juros aumentaram nesse ano. Mas o que é que dizem os relatórios que foram apresentados sobre os resultados operacionais do Setor Público Empresarial? Bom, os resultados operacionais do Setor Público Empresarial Regional melhoraram em 19 milhões de euros.

O que nós sabemos é que a conjuntura dificultou em muito a atividade quer do Governo, quer do Setor Empresarial Regional.

O Sr. Deputado António Marinho referiu todo um conjunto de questões ao nível da transparência, ao nível daquilo que é a execução orçamental.

Aquilo que é dito no Relatório do Tribunal de Contas e nos outros que estão aqui em análise, é que há uma melhoria e que há um esforço. O Tribunal de Contas não considera suficiente, mas há um esforço da parte da administração regional para que estas situações deixem de acontecer.

Há divergências ao nível das interpretações. Bom, Sra. Deputada, este Governo não é perfeito. Tem vindo sucessivamente a melhorar a sua ação e os resultados estão à vista. Num ano de dificuldades nós tivemos mais receita, mais ação da parte do Governo dos Açores, menos despesa, menos custos com pessoal.

Portanto, este é um ano em que nós nos devemos orgulhar do trabalho do Governo dos Açores.

Digo-lhe mais, Sra. Deputada.

Quando fala das parcerias público privadas.

Quer o Relatório da Inspeção Geral de Finanças, que não está aqui em análise, mas pode ser referido, quer o próprio Tribunal de Contas chamam a atenção para as PPP e diz “atenção aos custos futuros destas PPP”.

Pois bem, este é o ano de 2012, nós em 2013 temos condições para poder aferir, se as premonições do Tribunal de Contas estavam certas ou erradas.

O que é que se verifica este ano? Aquilo que estava previsto. Os encargos com as SCUT foram 50% abaixo daquilo que estava previsto pelo Tribunal de Contas.

Portanto, aquilo que o Governo sempre disse foi a verdade, foi que nós não só não gastamos aquilo que estava previsto, como tivemos inclusive um valor em 50% abaixo dos encargos que estavam previstos com estas mesmas PPP.

Isso só revela a frontalidade e a verdade com que o Governo dos Açores sempre apresentou as suas contas públicas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso é que era para renegociar!

Deputada Zuraída Soares (BE): Depende!

O Orador: Há erros, é certo. Poderíamos ter feito melhor em diversas matérias, mas o compromisso que aqui deixámos (e que continuaremos a trabalhar) era para que nós, com as contas públicas equilibradas, com as dificuldades que todos nós sabemos que temos, tudo fazer para trabalhar contra o desemprego, trabalhar a favor da economia, trabalhar, em suma, a favor dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Vamos fazer o nosso intervalo. Retomamos os trabalhos às 18 horas.

Eram 17 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, antes de mais e sendo a primeira vez que tomo a palavra hoje, queria agradecer-lhe o cumprimento simpático que me dirigiu hoje de manhã e manifestar a minha satisfação por estar aqui de volta.

Em relação aos documentos que estamos aqui a analisar começaria por referir o seguinte: desde logo aqui a Conta da Região continua a revelar um dos problemas que está a tornar-se estrutural, ao fim e ao cabo as despesas de funcionamento da própria Região não são cobertas pelos impostos gerados e pelas receitas próprias da Região.

Portanto, em apenas 87% significa isto, que a coleta de impostos arrecadada pela Região, juntamente com as outras receitas próprias, não é suficiente para fazer face às despesas de funcionamento apenas da Região. Significa isto que as transferências do Orçamento de Estado e ao abrigo da Lei das Finanças Regionais tem que cobrir despesas de funcionamento não sendo aplicadas apenas e tão só no investimento e no desenvolvimento regional.

Por outro lado, é de referir que as reduções ocorridas na despesa foram sobretudo verificadas à conta de reduções nas despesas de capital, ou seja, foi à conta do investimento. A taxa de execução, incluindo as despesas de capitais, ficou-se pelos 73%, quando a taxa de execução das despesas de funcionamento ascendeu aos 96%.

Aliás, a título de exemplo, podemos ver o caso concreto de duas áreas sociais, ironicamente as áreas sociais que são precisamente bandeira da região social que o Governo Regional tanto diz defender, que são as áreas da saúde e as áreas da educação.

No caso da saúde as despesas de capital ficaram-se por uma execução de apenas 66%; no caso da educação de apenas 77%, num valor de cerca de 40 milhões de euros.

Aliás, a propósito deste valor, importa aqui referir que mantendo-se o financiamento atual, por exemplo, às escolas privadas, particulares e

cooperativas, nos moldes atuais, estes 40 milhões de euros investidos no Plano de 2011, seriam suficientes para manter esse ritmo de financiamento do primeiro ciclo até ao secundário durante 28 anos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não é verdade!

O Orador: Por outro lado, é preciso atender aqui à dívida global do SPER, que atinge o valor de 1249 milhões de euros.

Esta dívida apenas em parte consolida ao abrigo do 7/95 na Conta da Região, mas por não consolidar não quer dizer que não seja dívida e que a Região não seja por ela responsável.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O Governo da República diz o mesmo!

O Orador: Portanto, os valores que a Região é responsável, incluem e devem incluir nas suas análises, também, o que não está consolidado nos 690 milhões.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por que é que o Governo da República não faz o mesmo?

Nem a Espanha, nem a França, nem a Alemanha!

Só os Açores é que tem que fazer!

O Orador: Por outro lado, esta prática, apesar da desorçamentação não ser exclusiva da Região, não deixa de ser preocupante na medida em que uma decisão informada é uma decisão mais adequada e mais acertada.

Concretamente, em relação ao relatório do SPER e ao relatório inclusive da Comissão de Economia, nós consideramos que alguns dos rácios setoriais calculados induzem em erro. Induzem em erro, nomeadamente na sua aplicabilidade e autonomia financeira, porque efetivamente os capitais próprios de uma empresa não podem ser utilizados para financiar passivos de empresas exteriores a essa própria.

Portanto, há uma indução aqui de erro. Estamos em crer que não é deliberada mas importa que de futuro o Governo Regional, nas informações que presta, corrija esta situação.

Por outro lado, e não menos preocupante, importa-nos aqui referir o aspeto das obrigações contratualizadas, no valor de quase 2 mil milhões de euros, referenciadas na página 153 também do Relatório do Tribunal de Contas.

É evidente que o Governo Regional e tendo em conta os argumentos que o Governo Regional tem utilizado do critério estar a ser diferente na Secção do Tribunal de Contas dos Açores, comparativamente com o resto do País, nós compreendemos esse argumento e aceitamo-lo, mas é evidente que não podemos escamotear e esquecer que este valor é o valor que ano a ano, repartido por todos os anos, no futuro terá que ser pago do Orçamento da Região.

É importante relembrar aqui, como se vê também nestes relatórios de análise das contas de 2011, que as receitas estão a diminuir. Apesar de em 2011 as receitas fiscais terem aumentado, por via do aumento de impostos que ocorreu naquele ano, é um facto que as receitas estão a diminuir e os encargos que a Região tem pelo menos manter-se-ão, ou seja, os valores nominais futuros destas obrigações contratualizadas deste conceito introduzido aqui pela Secção Regional do Tribunal de Contas, tornam-se cada vez mais relevantes quanto menores forem as outras receitas e as outras despesas de cada orçamento da execução orçamental de cada ano.

É precisamente esse fenómeno que estamos a assistir, uma vez que há uma contração nas transferências do Estado para a Região, há uma contração nas receitas fiscais próprias da Região e uma vez que há um aumento dos encargos. Portanto, estes encargos ano a ano, mesmo que façamos a 2012, ou a 2011 ou a 2013 a sua atualização, o facto é que o valor nominal que vamos pagar torna-se cada vez mais pesado em termos relativos com a redução orçamental que se tem verificado ao longo dos anos. Verificou-se em 2011 o global do orçamento face ao executado de 2010.

Portanto, na nossa ótica, pese embora concordarmos em princípio com a posição do Governo, que não deve ser aplicado na Região um critério de análise pelo Tribunal de Contas que difere do que é aplicado no resto do País, alertamos que é necessário, apesar de discordarmos da utilização desse critério

neste relatório, que a Região tenha em conta que efetivamente estas obrigações existem e fazem parte das obrigações futuras que a Região tem.

Por último, para referenciar aqui um aspeto que nos parece ser estrutural e que tem a ver com a estrutura da despesa no futuro.

Se é verdade que o ciclo do betão já chegou ao fim e se é verdade que o orçamento regional tenderá a ter cada vez mais peso nas despesas de funcionamento, então está na altura (não é cedo, nem é tarde) para que a Região comece a utilizar aquilo que chama a sua credibilidade, a credibilidade que o Governo Regional chama a si próprio, por apresentar documentos que não contribuem para o défice, por apresentar documentos que demonstram uma boa aplicação dos fundos comunitários, por apresentar documentos muito mais favoráveis à criação de condições para que a Região seja mais apoiada, do que o resto do País.

Se isso é tudo verdade está na altura de converter isso num novo paradigma de financiamento tendo em conta que efetivamente nós também achamos que em grande parte o ciclo do betão já acabou e agora somos contemplados com despesas de funcionamento de um conjunto de infraestruturas que a Região tem, despesas essas que terão que ser apoiadas e financiadas por outra via.

Finalmente, só para referir duas ou três observações em relação à intervenção do Sr. Deputado Francisco César.

Se é verdade que em 2011 a receita fiscal aumentou, isso deveu-se à intervenção da Troika e ao aumento das taxas de impostos, ...

Deputado Francisco César (PS): No Governo da República desceu!

O Orador: ... não se deveu a uma melhoria no desempenho económico, até porque eu recordo que 2011 foi o ano em que pela primeira vez nos Açores o desemprego passou a taxa de dois dígitos. Isso não consta deste relatório, mas é um facto indesmentível e inseparável do desempenho económico de 2011.

Recordo aqui, para finalizar, que 2012 veio a seguir a 2011 e 2012 foi o ano do Memorando de Entendimento entre a Região e o Governo da República.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria vou socorrer-me do Tribunal de Contas, acho que é uma síntese que deixa absolutamente descrita a fragilidade do nosso Orçamento, da Conta da Região de 2011 e das insuficiências e fragilidades que a mesma contém.

Refiro apenas estes oito pontos:

“Enumeram-se algumas situações que importa acautelar/evitar:

1 – elaboração de um orçamento demasiado otimista de riscos associados de derrapagem orçamental;

2 – não cumprimento do equilíbrio orçamental, ou seja, despesa efetiva superior à receita efetiva;

3 – decréscimo nas receitas arrecadadas, acompanhado por um agravamento dos juros e outros encargos associados a empréstimos contraídos em anos anteriores;

4 – grau de execução do investimento, prejudicado comparativamente ao funcionamento devido às restrições financeiras;

5 – elevado volume financeiro da despesa atribuída a outras entidades públicas e privadas a título de transferências, subsídios e ativos financeiros: 52% do total e 68% do Plano de Investimentos, sem que exista o efetivo sistema de acompanhamento, controlo e avaliação por parte da administração regional;

6 – pagamento de despesas de natureza funcional que não evidenciam constituir atividades de investimento e desenvolvimento;

7 – manutenção de empresas públicas, serviços e fundos autónomos, maioritariamente sem receitas próprias, ou com pouca expressão financeira, dependentes do orçamento regional;

8 – Sector Público Empresarial Regional, em especial na área da saúde, com resultados líquidos negativos e uma dívida bancária considerável, maioritariamente avalizada pelo Governo Regional”.

A estes pontos acresce ainda o seguinte:

“- o acréscimo de encargos que o orçamento regional terá de suportar para fazer face ao pagamento das atuais obrigações contratualizadas;

- o volume de endividamento do Sector Público Empresarial Regional e uma significativa dependência do orçamento regional;
- o reduzido grau de acatamento das recomendações que o Tribunal tem vindo a provar em sede de parecer sobre a Conta da Região, para além da contínua falta de esclarecimentos, suficientemente fundamentados, fornecidos pelo Governo Regional aquando do contraditório”.

Mais dois dados:

“ As obrigações contratualizadas somam já 1937 milhões”.

Finalmente, os números da saúde são também espantosos:

“O setor da saúde mantém um desempenho deficitário” e temos aqui resultados líquidos consolidados negativos sucessivos.

Faço referência a esta evolução:

2007 – 83 milhões de euros;

2008 – 51 milhões de euros;

2009 – 63 milhões de euros;

2010 – 52 milhões de euros;

2011 – 87 milhões de euros.

Penso que estes números, estas preocupações e esta descrição do Tribunal de Contas são bem elucidativos de quanto irrealista e descontextualizado é o discurso do Vice-Presidente do Governo Regional nesta matéria.

Quem o ouviu falar, quem o ouviu descrever a Conta da Região, ficou convencido que vivia na Noruega ou na Suécia, mas a verdade é que analisando estes resultados (e estas conclusões não são minhas, o que acabei de ler é uma síntese da posição do Tribunal de Contas) o que nós verificamos é uma Região extremamente fragilizada, muito dependente do exterior, com contas muito suborçamentadas em áreas como a saúde em que nós temos problemas cada vez maiores de endividamento e também muito daquele que é o nosso futuro enquanto região financeira, muito hipotecado.

Portanto, esta é a realidade, é a realidade que nós temos vindo a analisar sempre com um sentido de agravamento dos desequilíbrios e nunca no sentido de melhorar a situação financeira da Região.

O que nós temos é sempre uma evolução cada vez mais negativa e que hipoteca o futuro da Região.

Podemos aqui recordar a expressão “quem vier à frente é que vai resolver estas questões, estes desequilíbrios tremendos...”

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim. Por isso é que diminuiu a dívida!

O Orador: ... que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional deixa para gerações de açorianos que se seguirão”.

Vamos levar muitos anos a reequilibrar estas contas que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional deixa para a posteridade.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos esquecer-nos que estamos nesta Assembleia.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Vamos esquecer-nos que estamos a falar dos Açores.

Eu perguntaria a cada um de vós, para desenvolverem os vossos exercícios de independência total, que se tivessem um relatório do Tribunal de Contas, em qualquer parte do mundo, que dissesse e cito: “A dívida da Região e os compromissos assumidos baixaram nesse ano 110 milhões de euros, ou seja 14,6%”, o que é que diriam?

Segundo, se tivessem um relatório que dizia que o total do endividamento do Setor Público Empresarial da Região teria nesse ano uma redução, ou seja, tinha baixado 15 milhões de euros, o que é que diriam?

Se nessa mesma abordagem fosse dito que os compromissos e dívidas a fornecedores tinha baixado 24,6%, ou seja, que se situava num valor muito reduzido, o que é que diriam?

Portanto, esqueçamos que os senhores estão na oposição e nós estamos no Governo; esqueçamos que estamos a falar na Região, mas com toda a objetividade tenho a certeza que cada um de vós em consciência com estes factos iriam no mínimo considerá-los positivos, curiosamente todos omitiram estes valores que representam a análise global da Conta. Preferiram divergir para assuntos pontuais e esquecer a globalidade dessa análise.

Segundo aspeto essencial nesta matéria.

Passaram dois anos da vinda da Troika a Portugal. Esta visão negra que o Sr. Deputado Paulo Estêvão aqui referiu, passados dois anos, 7 avaliações da Troika a Portugal, será que essas entidades são tão incapazes (o FMI, o BCE, a Comissão Europeia) e não viram nada aqui que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de ver?

Deputado Francisco César (PS): A Inspeção Geral de Finanças!

O Orador: A Inspeção Geral de Finanças. Será que estas entidades todas têm uma incapacidade, que só o Sr. Deputado tem a capacidade de visualizar algo que nenhuma dessas entidades internacionais o refere?

Segundo aspeto essencial nesta matéria.

A verdade é que passados dois anos desta análise, as contas dos Açores mais uma vez não tiveram qualquer observação, qualquer preocupação, inclusivamente, os Açores foram dispensados das últimas 4 avaliações. Isto para os senhores não diz nada.

Em relação a este relatório, os dados relevantes, e curiosamente se formos aos diários da sessões, o que é que no passado criticavam na Conta da Região? Era porque a dívida e os compromissos assumidos aumentavam. No ano que eles baixam o que é que os senhores dizem? Essa questão já não interessa, vamos a outra.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Não é não interessa, já vamos falar nela!

O Orador: Quando o endividamento do setor empresarial subia o que é que diziam? Este assunto já não interessa, vamos falar doutro.

Portanto, já percebemos que a abordagem será sempre a abordagem das falhas. Ótimo! Ótimo!

É importante aperfeiçoarmos. É importante melhorarmos.

No entanto, é importante também quando as coisas têm as características que têm, nos documentos que analisamos, possamos também identificar os aspetos positivos.

Podem crer numa coisa: quem só critica, quem só vê o mal, nunca terá credibilidade para quando tiver razão nessa crítica, a mesma ser identificada.

Outro aspeto essencial tem a ver com as matérias que aqui foram inclusivamente referidas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, que somou três vezes a mesma coisa.

Sr. Deputado Aníbal Pires, se o senhor entrar e sair três vezes por esta porta, é só o Sr. Deputado que entra e sai, não são três Deputados.

Portanto, o que o senhor fez foi pegar em três parcelas, somar, esquecendo-se que nas três parcelas estão exatamente os mesmos valores e a mesma realidade.

Mas mais importante do que isso, uma das matérias que foi aqui várias vezes abordada, tem a ver com a questão que eu não quero, de maneira nenhuma, fugir a ela. Tem a ver com os apoios atribuídos às diversas entidades.

O que o Tribunal de Contas diz é que “4% dos apoios foram atribuídos com o enquadramento legal específico e devidamente adequado” reconhecendo nesta matéria um grande aperfeiçoamento por parte do Governo.

Diz também que 6% ainda não tem um enquadramento legal específico, não sendo ilegal, não tem um enquadramento específico. Então vamos avaliar a atribuição dos subsídios por parte do Governo.

Se isto fosse uma avaliação, estando 94% certo e 6% carecendo de alguma correção, se fosse numa avaliação, por exemplo, escolar, um aluno que tem 94% qual é a classificação que tem?

Eu respondo-lhes: muito bom ou excelente.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Aníbal Pires já não tem tempo regimental para este debate. Pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era exatamente para inscrever-me para intervir!

Presidente: Mas nós já tínhamos informado o Sr. Deputado que o seu tempo regimental já tinha terminado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para confessar e dizer que a determinada altura da primeira intervenção do Sr. Vice-Presidente e também da intervenção do Deputado Francisco César, pareceu-me ouvir o eco da Dra. Manuela Ferreira Leite.

A Dra. Manuela Ferreira Leite, durante muito tempo, dizia que governar o País era como governar uma casa. A economia do País era como a economia doméstica. Se se tirava de um lado depois não se podia pôr no outro e assim sucessivamente.

Outra bem, aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse e o Sr. Deputado Francisco César também, é que os contratos financeiros do Governo Regional estão ao nível dos contratos da casa de cada Deputado ou Deputada nesta Assembleia. Isto é uma coisa extraordinária e muito pouco tranquilizadora.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Queria que fizéssemos os *swap*?

A Oradora: Isto quer dizer que a gestão do Governo Regional sobre esta matéria está ao nível da economia doméstica, Sr. Vice-Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Está a falar das PPP, Sra. Deputada?

A Oradora: Não. Já vou dizer do que é que estou a falar.

Mas mesmo que isto fosse verdade e todos sabemos que não é, até a Dra. Manuela Ferreira Leite bem sabia que estava a fazer demagogia, mas mesmo

que isto fosse verdade a pergunta que eu faço é aquela que eu deixei na minha primeira intervenção e não obtive resposta.

Face a um aumento da dívida direta de 23 milhões no ano de 2011, como é que se explica que tenha havido um aumento de juros de 35%?

A resposta não pode ser: “então os juros não aumentaram para as casas dos Srs. e das Sãs. Deputadas?”

Deputado Francisco César (PS): Aumentou para toda a gente!

A Oradora: A resposta não pode ser esta porque os senhores não fazem contratos ano a ano, ou então se fazem o Governo está a governar mal. A pergunta mantém-se Sr. Vice-Presidente: 23 milhões de aumento de dívida direta; 35 milhões de aumento de juros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 35 milhões é mentira!

A Oradora: 35%, peço desculpa. Foi o que eu disse, agora enganei-me: 35%.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É muito diferente!

A Oradora: Continuo a perguntar como é que se explica este aparente desequilíbrio. Gostaria de o ouvir explicar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apenas dois esclarecimentos.

Primeiro, ao Sr. Deputado Nuno Melo Alves, em relação ao índice de solvabilidade.

Primeiro esclarecimento: o Governo não forneceu nenhum índice de solvabilidade à Comissão de Economia, foi a Comissão de Economia que calculou os valores que estão lá referidos.

Portanto, a responsabilidade de qualquer problema que haja nesse índice é da Comissão de Economia e não do Governo dos Açores.

Em segundo lugar, eu discordo da análise que foi feita, não pelo Sr. Deputado mas sim pelo Sr. Deputado Francisco Silva.

A análise que o Sr. Deputado Francisco Silva fazia e que propôs, criava alguns problemas ao nível da análise do índice de solvabilidade.

Posso dar-lhe um exemplo muito claro: o critério proposto pelo Sr. Deputado implicava que a Transmaçor, empresa com capitais do Governo, com o pequeno capital que tem, pudesse transformar o índice de solvabilidade de todo o setor dos transportes, num índice de solvabilidade muito baixo, quando esta empresa tem um peso em termos de volume de negócios muito baixo em relação ao setor, significa perto de 2% do setor dos transportes.

Portanto, o critério que nós utilizamos foi aquele que achamos mais adequado em termos de dar uma ideia dos pesos, dos problemas ou das virtudes que possam existir nos setores que estiveram em análise no relatório do SPER.

Relativamente à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sra. Deputada, obviamente que gerir uma Região não é como gerir uma casa, mas há princípios básicos que são muito semelhantes.

Quando se faz um empréstimo, quando se cria crédito há geralmente dois fatores: um é a taxa de juro negociada, outro é o indexante.

Bom, se a Euribor sobe, geralmente as despesas que nós temos com esses créditos aumentam.

O que se passa aqui é exatamente o mesmo. Não tem nada a ver os 23 milhões com o que a Sra. Deputada está a dizer. O que está aqui em causa é que o juro subiu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas culpa do Governo Regional!

O Orador: Não, Sra. Deputada, subiu para toda a gente. Nós fomos intervencionados nesse ano se bem se lembra.

Percebo que a Sra. Deputada não queira, ou pelo menos, há sempre aquele problema que tem com a banca, com os empréstimos...

Deputada Zuraida Soares (BE): O BE tem esse problema. É pena que o PS não tenha!

O Orador: ... mas há aqui factos e esses factos têm que ser...

Bom, este mundo não é perfeito, não é aquilo que nós queremos, mas há coisas que são inevitáveis como dizia Adam Smith: o primeiro é pagar impostos, o segundo é a morte e o terceiro é estarmos sujeitos aos juros.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já agora é Passos Coelho!

O Orador: Estes juros estão sujeitos às políticas do BCE e aquilo que aconteceu em 2011...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não há contratos a longo prazo?

Deputado Rogério Veiros (PS): A Euribor varia!

O Orador: A Euribor varia Sra. Deputada.

Só há uma forma de nos protegermos das oscilações das taxas de juro e é utilizar instrumentos como os *swaps*.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Bloco de Esquerda quer os *swaps* ou não quer?

O Orador: Bom, como sabemos o Governo dos Açores teve muito cuidado na utilização de instrumentos para proteção de juro, ao contrário de outros governos, do governo liderado pelo CDS e pelo PSD.

Deputado António Marinho (PSD): Para que é que falou nisso? Está a enterrar o governo de José Sócrates!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É o Governo do PSD e do CDS-PP!

O Orador: Sr. Deputado, que eu saiba uma das responsáveis pelos *swaps* e até responsável pela condução dessa investigação é a atual Ministra das Finanças.

Eu bem sei que os senhores podem estar incomodados com a nomeação da Sra. Ministra das Finanças, de certeza que o CDS está. Mas a questão não é essa. A questão é que a única forma que existe para nós nos protegermos das oscilações da taxa de juro é através deste tipo de instrumentos financeiros. O Governo dos Açores optou por utilizar com cuidado todos os instrumentos que estão disponíveis neste âmbito, portanto é normal que sejamos atingidos pela flutuação das taxas de juro: temos que pagar mais quando as taxas de juros sobem; pagamos menos quando as taxas de juro descem. Provavelmente nos encargos financeiros, quando a taxa de juro é mais baixa, o Governo dos Açores paga menos.

Agora, Sra. Deputada, nesta matéria funciona exatamente como a economia doméstica, o indexante pode fazer-nos pagar mais ou pagar menos. Neste caso, neste ano, pagámos mais.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César julguei que o senhor não ia falar dos *swaps*, porque os *swaps* vêm do tal Primeiro Ministro José Sócrates ...

Deputado Francisco César (PS): Mas não foi ele que contratou os *swaps*! Foi a anterior Ministra das Finanças!

O Orador: ... e isto realmente confirma que são governos à José Sócrates.

Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Vice-Presidente do Governo, que neste momento está falando ao telefone mas que falarei para ele, eu não só não me esqueço que estou neste Parlamento, nem me esqueço que estou a falar sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores. É disso que eu quero falar neste Parlamento e falar sobre os Açores e sobre a realidade financeira de 2011. Não me esqueço disso, não me posso esquecer e tenho pena que o senhor se queira esquecer.

Agora, tenho um péssimo hábito nas questões que o senhor referiu, designadamente na dívida e nos compromissos assumidos, que é ler os documentos todos, ler os documentos integralmente, por isso mando para dentro do tacho todos os elementos e não apenas aqueles que me interessam.

Diria, por exemplo, em relação aos apoios sem enquadramento legal, que o senhor falou, que desceram, que são só 94% , só 6% é que não estão, não podem estar 6% esquecidos, tem que ser 100%. Estamos a lidar com o dinheiro dos açorianos.

Diz: “Os apoios sem enquadramento legal (Tribunal de Contas) registaram um ligeiro acréscimo tanto no valor, mais 1,3 milhões, como na percentagem, mais 1%”. Portanto, piorou em 2011, relativamente a 2010. Vamos dizer a verdade porque é importante dizer a verdade.

O mesmo se passa relativamente aos compromissos assumidos e às responsabilidades plurianuais.

O senhor invocava há bocado a página 137. Pois vá à página 160, ou na própria 137 onde tem a dívida, os compromissos assumidos e as obrigações contratualizadas. Juntando esses três fatores dentro do tal tacho que eu referi há bocado, aquilo que o senhor tem não piora muito, é verdade. Não piora muito porque o mal já estava feito, o problema já existia.

Agora, se juntarmos todos esses elementos relativamente a 2011, efetivamente os 3 305 milhões de 2010, não são muito piores, aproximam-se dos 3,4 mil milhões e são 3 396, se retirarmos os fluxos entre administração regional e SPER.

Portanto, isso é um número perfeitamente adquirido e está na cabeça dos açorianos. Eles conhecem essas responsabilidades todas criadas pelo Governo Socialista e não vale a pena falar muito mais nisso. É agora ligeiramente maior, o problema estava feito.

Isto faz-me falar noutra questão abordada pelo Sr. Deputado Francisco César que falou em premunições relativas às SCUT que afinal de contas já não era aquele valor...

Deputado Francisco César (PS): E é mentira?

O Orador: É menos, é 18. Passou para 18, não foi? O Sr. Vice-Presidente confirmará.

Disse mais, disse que o Governo diz sempre a verdade. Mas que Governo? Qual Governo?

Deputado Francisco César (PS): O Governo dos Açores!

O Orador: O Governos dos Açores. Sim senhor.

“Governo vai pagar até 12 milhões de renda pelas SCUT”, outubro de 2010. Os senhores têm que se entender.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Já lá vou.

Mas depois lemos a entrevista supostamente de um Membro do Governo que diz assim, a pergunta do jornalista é: “Entre que valores vão oscilar as rendas ao longo dos 30 anos e com que critérios?”

Responde o dito Membro do Governo: “ Na projeção que foi feita a renda máxima anual rondará os 12 milhões de euros, mas a primeira renda em 2012, por exemplo, será de 7 milhões de euros.” Lembra-se quanto é que foi a renda em 2012?

Deputado Francisco César (PS): Lembro sim senhor!

O Orador: 23 ou 24.

Portanto, eu pergunto, de que Governo é que o senhor está a falar que fala sempre a verdade? Fala é a duas velocidades.

Finalmente, em relação ao Sr. Presidente do PSD que perguntava quem é que diz? Eu repondo-lhe Sr. Presidente. Foi este senhor, que por acaso é nosso colega, o então Secretário José Contente, atual Deputado José Contente, aquele de quem estivemos a falar durante um bom bocado de manhã.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É fixação!

O Orador: Era este Membro do Governo que dizia que era 7. Afinal foi 18 e já chegou a 24. Em que é que ficamos?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que as sondagens fazem!

O Orador: Portanto, é bom que se entendam.

Relativamente a esta questão e relativamente à clareza do Parecer do Tribunal de Contas está tudo dito.

Os açorianos têm o direito, designadamente com este Parecer do Tribunal de Contas, de saber a forma como está a ser gerido o seu dinheiro.

Finalmente, a novidade desta Conta. Esta Conta tem uma novidade, foi falada, é um relatório sobre o Setor Público Empresarial Regional. Já o abordámos, falámos nos 1 248 milhões de endividamento.

Apreciamos e registamos nota do trabalho feito pela Comissão que foi essencialmente feito pelos Deputados do PS, designadamente o Presidente da Comissão e o seu Relator e depois visto por parte dos outros. Apreciamos esse

trabalho, é importante fazer melhorias, seguramente a introduzir, mas foi um bom trabalho, só que a matéria é muita e carece de maior conhecimento, maior aprofundamento porque é aqui que está o ponto de fuga das finanças regionais.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Termine já Sr. Presidente.

Estamos a falar aqui em 1 248 milhões de dívida. Estamos a falar de um setor que tinha 63 entidades e passou neste ano de 2011, para 58. Baixou o número de entidades.

Curiosamente o número de pessoas ao serviço aumentou em 182 pessoas e já chega a 6 172 pessoas.

Portanto é importante no contexto das finanças públicas ...

Deputado Francisco César (PS): O que interessa é o valor médio!

O Orador: ... mas relembremos só uma coisa, e termino já Sr. Presidente, o pacote de transparência financeira que o PSD apresentou há cerca de dois anos continha nesta matéria um debate sobre a situação do Setor Público Empresarial Regional.

Foi decidido por parte da maioria não aprovar a realização do debate e avançaram para a construção deste relatório.

Como está à vista, para discutir a Conta da Região os tempos são curtos, digamos assim, para a importância que tem esta matéria.

É preciso maior aprofundamento sobre esta questão, está aqui o ponto de fuga das finanças públicas regionais e por isso fica desde já aqui afirmado que o Grupo Parlamentar do PSD-Açores vai provocar uma interpelação sobre esta matéria, antes mesmo da discussão do debate orçamental, relativamente a 2014.

Portanto, no próximo mês de outubro fica desde já aqui anunciado que vamos provocar uma interpelação sobre a situação do Setor Público Empresarial com base neste relatório e noutros elementos.

Desculpe Sr. Presidente por ter abusado um pouco do tempo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, vi hoje que há aqui uma fixação da bancada do PSD pelo Sr. Deputado José Contente que já foi citado inúmeras vezes.

Sobre a matéria das SCUT os dados são muito claros. Como ele teve oportunidade de dizer inúmeras vezes e como eu tive oportunidade de dizer inúmeras vezes, a remuneração das SCUT, após o primeiro ano é em função do tráfego efetivamente verificado nessas estradas.

Deputado António Marinho (*PSD*): Ele é que disse que no primeiro ano era 7, não fui eu!

O Orador: Neste contexto, os valores até então são valores de projeção de tráfego e, felizmente, para os açorianos e para os Açores, o valor efetivamente que vamos pagar pelas SCUT, se se mantiver o tráfego que efetivamente houve no primeiro ano de contagem, é metade (repito metade) do que estava previsto, porque o modelo foi feito com a projeção que era o dobro do tráfego efetuado, ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Por quê? Explique!

O Orador: ... o que é uma excelente notícia para a Região, é uma excelente notícia para o Governo, é uma má notícia para a empresa concessionária, mas nesta matéria, Sra. Deputada Zuraída Soares, ...

Deputado Luís Silveira (*CDS-PP*): Quem é que fez a projeção?

O Orador: ... é um caso concreto onde o interesse público e o interesse da Região foi muito bem defendido, porque o que nós vamos efetivamente pagar, se se mantiver o volume de tráfego atual, é metade do que a senhora previu, ou seja, metade do que está em todas estas projeções, o que demonstra nesta matéria, também, o rigor e o respeito que existe em termos dos recursos públicos da Região.

Uma nota final para o Sr. Deputado António Marinho.

Acho extraordinário que no debate da sessão anterior, o Sr. Deputado e a bancada do PSD tenham dito aqui “a EDA é um ativo da Região, é um anel da Região”, mas quando vão analisar a suposta dívida do Setor Público

Empresarial, a EDA já é um passivo e não um ativo, porque no valor que o senhor referiu, incluiu uma parte substancial que como sabe é da EDA.

Deputado António Marinho (PSD): Incluí e o Tribunal de Contas também!

O Orador: Portanto, isto quando dá jeito é de uma maneira, quando não jeito é de outra.

Sobre isto estamos conversados.

Deputado António Marinho (PSD): É só isso? Ainda falta a conclusão?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso queriam vocês!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fazer uma última observação sobre esta Conta.

Dizem que só se conhecem os melões depois de se abrir.

Eu penso que em relação às contas da Região, nós temos esta vantagem de fazer a análise com dois anos de atraso e podemos medir aquelas que foram as consequências macroeconómicas das contas da Região.

Portanto, temos oportunidade de se fazer exatamente ao contrário do que se faz em relação ao melão: já está aberto!

O futuro, as consequências dessa Conta já estão visíveis, já são observáveis.

Dois anos depois esta Conta da Região significou que as opções macroeconómicas foram incorretas? Não foram. Estamos envolvidos numa crise económica tremenda.

Em relação ao desemprego esta Conta da Região foi a estratégia mais eficaz de combater o desemprego?

Como temos a grande oportunidade de observar dois anos depois, verificamos que não. O desemprego aumentou!

O nosso setor produtivo? Esta Conta da Região foi a opção macroeconómica correta para impedir a ruína do nosso tecido produtivo?

Dois anos depois temos a resposta. Não foi! E o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional vem aqui dizer: “Não! Não! Aqui a Conta da Região de 2011, demonstra que as nossas opções foram as corretas”.

Ora, o que demonstrou dois anos depois? Nós temos oportunidade de saber quais foram as consequências económicas dessa Conta da Região, da execução dessa Conta da Região.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Falar mais alto não lhe vai dar razão!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, os equilíbrios incrementaram-se, o desemprego incrementou-se. Aquele que é o endividamento da Região incrementou-se nos últimos anos; ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Baixou!

O Orador: ... o setor produtivo está um caos; os problemas sociais incrementaram-se.

Diga-me uma coisa: se tivesse que fazer outra vez a Conta da Região de 2011, fazia da mesma forma?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Conta não se faz, executa-se!

O Orador: Se tivesse que fazê-la, se tivesse que implementar a estratégia, a estrutura, fá-la-ia da mesma forma. O que eu lhe pergunto é isto, porque o que o Sr. Vice-Presidente parece é aquele corredor que se atirou para o precipício e tem uma nova oportunidade temporal, a dizer “não, estava errado”, e agora vamos repor o filme outra vez. E o que é que acontece? O Sr. Vice-Presidente vem aqui e diz: “Não, não, atirava-me outra vez para o precipício e também levava a população dos Açores e as Contas da RAA”.

É isso Sr. Vice-Presidente, porque estas contas são de há dois anos. Os resultados são esses: uma economia destruída, um desemprego a crescer, desequilíbrios enormíssimos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Desemprego a crescer?

O Orador: Sr. Vice-Presidente, nós temos o resultado desta Conta. Nós sabemos o que é que ela significou.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Falar mais alto não lhe dá razão!

O Orador: O que ela significou foi profundamente errado e o Sr. Vice-Presidente vem aqui dizer: “Não, eu não errei, eu faria tudo da mesma forma, porque o que fiz foi correto”.

Não, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente continuou a arruinar a economia desta Região e estes dois anos demonstram que o senhor estava errado em 2011.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas três pequenas e curtas observações.

Uma, desde logo, para esclarecer aqui um assunto que foi mencionado pelo Sr. Deputado Francisco César, enquanto Presidente da Comissão de Economia e não querendo parecer deselegante nem com ele, nem com o Deputado Francisco Silva, até porque nós aprovámos o relatório e foi aprovado por unanimidade, fica aqui só uma observação para futuras elaborações de relatórios, alertando para o seguinte: não sendo possível somar esses indicadores porque os capitais próprios não são transferíveis de uma empresa para outra, há uma solução que é utilizada numa média ponderada, ponderada precisamente por aquilo que pode ser o volume de negócios ou o peso relativo que possa ser entendido para se fazer esse cálculo e é possível traduzir melhor os indicadores setoriais do que desta forma.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Mas vai dar no mesmo!

O Orador: Segundo aspeto e para referenciar aqui o seguinte de uma forma muito curta, uma questão que o BE colocou em relação ao crescimento dos juros em 35%, que ficou por esclarecer na mesma, porque efetivamente basta responder de uma forma mais quantitativa dizendo qual é a taxa de juro implícita nos juros pagos e nos valores de 2010...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Está na Conta!

O Orador: ... e qual é a taxa de juro implícita nos juros pagos em 2011. Basta dizer isso, basta responder a isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está na Conta!

O Orador: Essa é a única resposta possível que o Governo e o PS podiam e deviam ter apresentado, para que...

Deputado Francisco César (PS): Está aqui, Sr. Deputado!

O Orador: Está aqui, mas não está aqui. Está aqui mas não foi dito aqui.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor quer uma cópia da Conta?

O Orador: Terceira observação, também de uma forma muito curta. Foi aqui referenciado que de facto o modelo do tráfego calculado para as SCUT acabou por se revelar o dobro do tráfego efetivo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não! Metade!

O Orador: ... usado para o cálculo do acordo, foi o dobro do que se veio a verificar. Disse corretamente, ou seja, o tráfego real é metade daquilo que foi projetado.

Isto faz-nos questionar um conjunto de todos os investimentos feitos pelo Governo Regional ao longo destes anos, como por exemplo as Portas do Mar e outras obras de grande dimensão, cujas projeções económicas vêm a revelar-se também o dobro ou o triplo, nomeadamente nas lojas ...

Deputado Francisco César (PS): Está cheio de barcos de cruzeiro!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): E a restauração está a fechar as portas!

Deputado Francisco César (PS): Paguem a conta e abrem novamente as portas!

O Orador: ... nos lojistas, nas atividades comerciais que se queixam todas do impacto negativo e de um conjunto de situações que vêm a revelar-se excesso de otimismo nas projeções do Governo Regional.

Isto levanta aqui uma questão de fundo que tem a ver com o realismo, ou a falta dele, nalgumas das projeções económicas e nas projeções de investimentos sobretudo que o Governo nos apresenta.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

Passamos à votação da Proposta de Resolução n.º 3/2012 – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2011”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigado Sra. Secretária.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental.

Vamos retomar os nossos trabalhos às 19 horas e 28 minutos.

Eram 18 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço a vossa atenção para o seguinte.

Eram 19 horas e 05 minutos.

A Sra. Deputada Zuraida Soares e o Sr. Deputado Paulo Estêvão iam solicitar um intervalo regimental à 19 horas e 30 minutos.

Em Conferência de Líderes, de urgência e informal, concordámos todos que era um desperdício de tempo todos os Srs. Deputados estarem aqui à espera até às 19 horas e 30 minutos, fazer um intervalo logo de seguida e recomeçar os trabalhos às 19 horas e 45 minutos.

Assim decidimos transferir o próximo ponto para amanhã às 10 horas da manhã, já com o Sr. Vice-Presidente Humberto Melo a fazer a condução dos trabalhos.

Bom jantar.

Até amanhã. Muito obrigado.

Eram 19 horas e 07 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**

José António Vieira da Silva **Contente**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Listagem da correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe a diretiva n.º 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais – n.º 155/XII - n.º 48/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, conformando-o com a disciplina do Decreto Lei n.º 92/2010, de 26 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, e respetivos pareceres – n.º 156/XII - n.º 49/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10;

Assunto: Aprova os requisitos de acesso e exercício das atividades das empresas de manutenção de instalações de elevação e das entidades inspetoras de instalações de elevação, e seus profissionais, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as diretivas n.º s 2005/36/CE, relativa ao

reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno – n.º 157/XII – n.º 54/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 27

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 17;

Assunto: Estabelece o regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas – n.º 158/XII - n.º 55/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 27

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 17.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Garante a internalização dos trabalhadores que se encontrem a desempenhar funções ao serviço de serviços municipalizados a extinguir ou de empresas municipais a dissolver por força do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e define o estatuto dos trabalhadores que lhe estão afetos.- n.º 424/XII – n.º 50/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10;

Assunto: Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da administração pública que desempenham funções de manuseamento de valores, numerários, títulos ou documentos - Terceira alteração ao Decreto Lei n.º 4/89,

de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto Lei n.º 276/98, de 11 de setembro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro
n.º 425/XII – n.º 51/X

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10.

3 – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu:

Assunto: Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e as Comité das Regiões - Plano de ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (COM(2013)279) - n.º 52

Autor: Assembleia da República

Entrada: 2013 – 06 – 21

Comissão: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho e Política Geral.

4 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece as bases gerais das políticas públicas de solo, de ordenamento do território e de urbanismo - PCM (MAMAOT) - (Reg. PL 192/2013).- n.º 50/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 03;

Assunto: Estabelece o novo Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação - PCM (MAMAOT) - (Reg. PL 1249/2013).- n.º 51/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 28

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10.

5 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente - MAMOT - (Reg. DL 70/2013) - n.º 49/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 01;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que estabelece as bases gerais das políticas públicas de solo, de ordenamento do território e de urbanismo - PCM (MAMAOT) - (Reg. PL 192/2013) - N.º 50/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 03.

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que estabelece o novo Regime do Arrendamento Apoiado para Habitação - PCM - (MAMAOT) - (Reg. PL 249/2013) – n.º 52/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 28

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que aprova o regime excecional de extensão de prazos previstos para a execução de obras, a caducidade de licença ou admissão de comunicação prévia e a apresentação de requerimento do respetivo alvará de licenciamento ou de autorização de utilização, previstos nos artigos 58.º, 59.º, 71.º e 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro - MAMOT - (Reg. DL 250/2013) - N.º 53/X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 28

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 10.

6 – Anteprojeto de Lei:

Assunto: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - n.º 51

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 28

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 08.

7 – Projeto de Decreto Regulamentar:

Assunto: Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de março, modificando a designação, a composição e as competências de uma das secções especializadas do Conselho Nacional de Cultura - PCM - (Reg. DR 181/2013) - n.º 487X

Autor: Conselho de Ministros

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 07 – 09.

8 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Regime jurídico das unidades privadas de saúde](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 07 – 04

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 08 – 29.

9 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Criação do Canal Parlamento/Açores - Substituição Integral – nº 18/X](#)

Autor: PPM

Entrada: 2013 – 06 – 27

Comissão: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

10 - Proposta de Resolução:

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2012](#)

Autor: Governo

Entrada: 2013 – 07 – 01

Comissão: Todas as Comissões.

11 – Petições:

Assunto: Contra o encerramento do serviço de atendimento urgente do centro de saúde da Praia de Vitória, aos dias de semana a partir das 20 horas, aos sábados à tarde e aos domingos todo o dia n.º 10/X

Autor: João Manuel dos Santos Rodrigues

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda a Admissibilidade da Comissão;

Assunto: Reestruturação do Serviço Regional de Saúde - Encerramento do SAP no Centro de Saúde de Nordeste – n.º 11/X

Autor: O Presidente da Câmara Municipal de Nordeste, José Carlos Barbosa Carreiro

Entrada: 2013 – 06 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda a Admissibilidade da Comissão.

12 – Requerimentos:

Assunto: [Apoiar festivais sem critério](#)

Autores: José Andrade e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.25

Referência: 54.03.00 – N.º 126/X;

Assunto: [Frota de aeronaves da Sata Internacional](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2013.06.26

Referência: 54.04.00 – N.º 127/X;

Assunto: [Avaliação da situação económico-social por concelho](#)

Autor: António Marinho (PSD)

Data de Entrada: 2013.06.27

Referência: 54.08.00 – N.º 128/X;

Assunto: [Avaria no avião Dash Q 200 da SATA Air Açores](#)

Autores: Nuno Melo Alves, Artur Lima e Luís Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013.07.03

Referência: 54.01.00 – N.º 129/X.

13 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Ainda o Museu Carlos Machado](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.28

Referência: 54.03.02 – N.º 88/X;

Assunto: [Processo de deslocação da pedreira da Barca – Madalena do Pico](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.28

Referência: 54.01.06 – N.º 89/X;

Assunto: [Deslocação dos estaleiros da Tecnovia](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.28

Referência: 54.03.06 – N.º 94/X;

Assunto: [Cancelamentos sucessivos da SATA Internacional para a Horta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.28

Referência: 54.03.07 – N.º 101/X;

Assunto: [Relatórios das atividades levadas a cabo pela inspeção Regional da Trabalho à SATA](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.06.28

Referência: 54.06.00 – N.º 121/X;

Assunto: [Horário de abertura ao público do Pinhal da Paz](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.04

Referência: 54.07.02 – N.º 53/X;

Assunto: [Dívidas do Serviço Nacional de Saúde aos subsistemas do Serviço Regional de Saúde](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.04

Referência: 54.02.00 – N.º 77/X;

Assunto: [Abastecimento de água aos agricultores nos Fenais da Ajuda](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.04

Referência: 54.03.02 – N.º 118/X;

Assunto: [Avaria no farol de entrada e inexistência de iluminação na Barra do Porto da Casa na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.04

Referência: 54.07.09 – N.º 119/X;

Assunto: [Frota automóvel da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2013.07.05

Referência: 54.07.00 – N.º 62/X;

14 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar pedido de apoio - Prémio Literário - Daniel de Sá

Autor: O Provedor da Santa Casa da Misericórdia da Maia, Laudalino Moniz Rodrigues

Data de Entrada: 2013 – 06 – 20;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante a partir do dia 24 de junho inclusive

Autora: Maria da Graça Amaral da Silveira

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante a partir do dia 24 de junho inclusive

Autor: Francisco Silva

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Ofício na sequência dos pedidos de substituição apresentados, informa que o Deputado substituto será Nuno Melo Alves iniciando funções a partir de 24 de junho de 2013 (Pedidos de substituição dos Deputados Francisco José Ferreira, António Félix Flores Rodrigues e Maria da Graça Amaral da Silveira)

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar CDS/PP

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Ofício a remeter iniciativa relacionada com os Portos: um motor para o crescimento [COM(2013)].

Autor: Assembleia da República

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Comissão: Economia

Emissão de Parecer: 2013 – 07– 10;

Assunto: Ofício a solicitar autorização para audição/depoimento do Deputado Miguel António Moniz da Costa, na qualidade de testemunha

Autor: Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Ofício a indicar a substituição temporária do Deputado Francisco Silva, pelo Deputado Nuno Melo Alves nas Comissões Parlamentares Permanentes de Economia e Assuntos Sociais

Autor: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP

Data de Entrada: 2013 – 06 – 26;

Assunto: Apreciação preventiva da constitucionalidade das normas constantes da parte final do n.º 1 do artigo 10.º do DLR n.º 7/2013 - Regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas

Autor: O Presidente do Tribunal Constitucional

Data de Entrada: 2013 – 06 – 28;

Assunto: Subscrição dos Conselhos Executivos da Região Autónoma dos Açores sobre a PDL n.º 13/X – Proposta de alteração ao regime de criação autonomia e gestão das unidades orgânica do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de Setembro e de 13 de Abril.

Autor: O Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária das Velas, Rui Moreira

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02;

Assunto: Debate de urgência sobre a dimensão, custo, utilização e eventual necessidade de racionalização da frota automóvel da Região Autónoma dos Açores

Autor: Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01;

Assunto: Debate de urgência sobre a Administração Pública: funcionamento, transparência e isenção

Autores: O Grupo Parlamentar do CDS-PP e Representações Parlamentares do BE e PPM

Data de Entrada: 2013 – 07 – 03;

Assunto: Ofício a comunicar o Indeferimento da Petição n.º 8/X - Definição de titularidade e responsabilidade de fajãs/falésias

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 03;

Assunto: Ofício a enviar Veto ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2013 - Regime jurídico aplicável às novas substâncias psicoativas

Autor: O Representante da República, Pedro Catarino

Data de Entrada: 2013 – 07 – 03;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório Anual do Provedor de Justiça relativo ao ano de 2012 e de informar que se encontra disponível no link:

http://www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/Relatorio__AR_2012..pdf

Autor: O Provedor de Justiça

Data de Entrada: 2013 – 07 – 04;

Assunto: Agradecimento do envio de um Voto de Congratulação aprovado, por unanimidade a 15 de maio de 2013

Autor: O Chefe Nacional do Corpo Nacional de Escutas

Data de Entrada: 2013 – 07 – 04;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, os relatórios de auditorias aprovados e abaixo indicados:

- Audit. n.º **07/2013-FC/SRATC** (Proc.º n.º 12/102.02) – “Auditoria a adicionais a contratos de empreitada de obras públicas – Administração

direta e indireta e empresas públicas da Região Autónoma dos Açores”;

- Audit. n.º 08/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 13/102.02) – “Auditoria ao cumprimento da obrigação de remessa de contratos para visto pela Portas da Lagoa, S.A.”.

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05.

15 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103. do Regimento da ALRAA](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 153/XII - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas e procede à quinta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de agosto, e à quinta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro \(A.R\)](#)

Autor: Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 06 – 28;

Assunto: [Sobre a Verificação de Impedimentos e Incompatibilidades do Deputado José Joaquim Ferreira Machado](#)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de](#)

2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente - MAMOT - (Reg. DL 70/2013) – n.º 49/X (C.M)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 01;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 18/X - Criação do Canal Parlamento/Açores

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02;

Assunto: Sobre o pedido de autorização para o Deputado Miguel António Moniz da Costa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 89/13.2BEPDL – outros processos cautelares – que corre termos junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei n.º 192/2013 – “Estabelece as bases das políticas públicas de solo, ordenamento do território e urbanismo” – N.º 50/X (C.M.)

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 03;

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 2/X – Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação

Autor: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: Sobre a Proposta de Lei n.º 154/XII - Institui e regula o sistema de requalificação dos trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da administração pública e procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90,

de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho (A.R.)

Autor: Política Geral

Data de Entrada: 2013 – 06 – 28;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103. do Regimento da ALRAA

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que “Aprova o Regulamento do Espetáculo Tauromáquico” – PCM – (Reg. DL 232/2013) – n.º 47/X (C. M.)

Autor: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que “Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico”. PCM – (Reg. DL 233/2013) – n.º 46/X (C.M.)

Autor: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Proposta de Lei n.º 139/XII – Criação do Observatório da Criança – n.º 44/X (AR)

Autor: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: Projeto de decreto regulamentar que procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar n.º 35/2007, de 29 de março, modificando a designação, a composição e as competências de uma das secções especializadas do Conselho Nacional de Cultura – PCM – (Reg. DL 181/2013).

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Relatório e parecer sobre a reapreciação ao Decreto Legislativo Regional N° 7/2013 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativo ao “Regime Jurídico Aplicável às Novas Substâncias Psicoativas”](#)

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional 13/X – Proposta de alteração ao regime de criação autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho, alterado e republicado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 35/2006/A e 17/2010/A, respetivamente, de 6 de setembro e de 13 de abril](#)

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional 12/X – Segunda Alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional 11/X – Proposta de Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário](#)

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional 8/X – Altera o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário](#)

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional 10/X – Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Autor: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico de manutenção e inspeção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes, monta-cargas e plataformas destinadas a movimentar pessoas, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, e revoga o Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro – MEE – \(Reg. DL 220/2013\) - n.º 45/X \(C.M\)](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que Estabelece um Quadro Normativo para o Acesso ao Mercado dos Serviços Portuários e a Transparência Financeira dos Portos \[COM\(2013\)296\] - n.º 45/X – \(AR\)](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 155/XII – Aprova os requisitos de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a disciplina da lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpôs a diretiva n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais - n.º 45/X – \(C.M\)](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 25;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que aprova o Código do Animal de Companhia, estabelecendo normas relativas à reprodução, à criação, à detenção, ao maneo e ao comércio de animais de companhia, bem como ao controlo sanitário dos animais de companhia – MAMAOT – \(Reg. DL 214/2013\) n.º 44/X \(C.M.\)](#)

Autor: [SubComissão de Economia](#)

Data de Entrada: 2013 – 06 – 27;

Assunto: [Proposta de Lei 150/XII – Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, e revoga a Lei n.º 26/94, de 19 de agosto, e a Lei n.º 104/97, de 13 de Setembro 43/X \(A.R.\)](#)

Autor: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 06 – 27;

Assunto: [Projeto de Resolução N.º 37/2013 - Acordo de Comércio Livre com a Tailândia](#)

Autor: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 07 – 02;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores relativa ao ano de 2011.](#)

Autor: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2013 – 07 – 05.

16 – Diários:

Está presente na Sessão Plenária a Separata n.º 7/X

—

P'la redatora, Noélia Escobar

